



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 110

QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 13ª SESSÃO, EM 15 DE JULHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

— Nº 1.026/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 260/92, de autoria do Senador Esperidião Amin.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 112/92, de autoria do Senador César Dias, que altera o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que dispõe sobre a remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº 798/92, do Sr. Deputado Estadual Rubens Cosac, encaminhando ao Senado cópia do relatório e das conclusões finais da CPI, criada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com a finalidade de investigar a situação da esterilização em massa de mulheres naquele Estado. (Diversos nº 5/92-CN.)

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Noticiário inserto no Informe JB, de hoje, atribuindo a S. Exª interferência junto à Presidência da Petrobrás na nomeação do Superintendente da Petrobrás para o Nordeste.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — A CPI do caso PC e a estagnação da economia brasileira diante da

onda de escândalos e denúncias. A fragilidade do Governo, gerando maior instabilidade econômica.

SENADOR JOSÉ RICHÁ — Antecipação do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Homenagem póstuma ao Deputado Edivaldo Motta.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa à homenagem prestada ao Deputado Edivaldo Motta pelo Sr. Humberto Lucena.

SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, como Líder — Considerações a respeito das circunstâncias da tomada do depoimento da Srª Ana Accioli pela CPI do Senado, em face das observações do Sr. Presidente da República.

SENADOR CÉSAR DIAS — Política de doação de sangue voluntária e gratuita.

SENADOR MÁRCIO LACERDA — Necessidade de uma legislação própria para o transporte multimodal de cargas.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Razões da ocorrência de desperdício de 20% dos cereais produzidos no País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem prestada ao Senador José Sarney pelo Governo Português.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 516, de 1992, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando ao Sr. Ministro da Previdência Social, informações que menciona.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1.3 — ORDEM DO DIA

Ofício S/17/92, pelo qual a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro solicita autorização para emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro daquele Município (LFTM-RJ), vencíveis no segundo semestre de 1992. **Extinção da urgência**, nos termos do Requerimento nº 517/92, a fim de ser realizada diligência solicitada, após parecer proferido de Plenário.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR HUGO NAPOLEÃO — Sucesso das negociações da dívida externa com os bancos internacionais

e as consequências benéficas para a economia brasileira.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF

— Ata da 174ª Reunião, realizada em 27-5-92.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 13ª Sessão, em 15 de julho de 1992

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Lavoisier Maia,

Francisco Rollemberg e Magno Bacelar

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Carlos De'Carli — César Dias — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Elcio Álvares — Enéas Faria — Esperidião Amin — Francisco Rollemberg — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Irupuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro —

Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Roman Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Aviso nº 1.026/92, de 7 de julho corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 260, de 1992, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Foram encaminhadas cópias ao requerente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 1992

Altera o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que dispõe sobre a remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Os saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) passam a ser remunerados pela taxa aplicável à remuneração básica dos depósitos da poupança, utilizando-se o critério **pro rata die**, quando for o caso, no período compreendido entre a data da última atualização mensal e o dia do efetivo saque.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei, que dispõe sobre a atualização diária dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tem por objetivo adequá-lo ao momento econômico, que é de inflação ascendente.

Dentro da atual sistemática em que o Fundo somente é corrigido uma vez ao mês, o empregado demitido sem justa causa deverá esperar o dia dez, data em que são depositados os valores correspondentes à remuneração da caderneta de poupança, pois, do contrário, terá prejuízo.

A nossa iniciativa irá possibilitar ao trabalhador o saque do seu FGTS em qualquer dia do mês, pois a remuneração, que será diária, não implicará qualquer perda para o empregado.

Convém ressaltar que a presente medida não acarretará qualquer elevação dos custos da administração do FGTS.

Por outro lado, eliminará uma profunda injustiça praticada contra o trabalhador, já que este, atualmente, na maioria das vezes não pode esperar até o dia 10, devido aos seus baixos salários e sua incapacidade de poupar.

Estas as razões da apresentação deste projeto de lei, para cuja aprovação esperamos contar com o apoio dos eminentes pares.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1992. — Senador César Dias.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991

Estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.

Art. 17. A partir de fevereiro de 1991, os saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, passam a ser remunerados pela taxa aplicável à remuneração básica dos depósitos de poupança, com data de aniversário

no dia 1º, observada a periodicidade mensal para a remuneração.

Parágrafo único. As taxas de juros previstas na legislação em vigor do FGTS são mantidas e consideradas como adicionais à remuneração prevista neste artigo.

(A Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto lido vai à Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa daquele Colegiado. (Pausa.)

A Presidência recebeu o Ofício nº 798, de 3 de julho corrente, pelo qual o Deputado Estadual Rubens Cosac encaminha ao Senado cópia do relatório e das conclusões finais da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com a finalidade de investigar a situação da esterilização em massa de mulheres naquele Estado.

O expediente será encaminhado, para conhecimento, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Congresso Nacional com objetivo análogo. (Diversos nº 5, de 1992-CN).

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg, para uma breve comunicação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores; ontem, o **Jornal do Brasil**, no seu Informe JB publicou o seguinte artigo:

“Sem gerência

Um Senador de Alagoas queria nomear o superintendente da Petrobrás no Nordeste. O Presidente da Petrobrás, Benedito Moreira, disse-lhe claramente que não seria possível. Então, o Senador avisou que ele ia falar com o Presidente da República.

“Pode ir, faça-me esse favor, disse Benedito.

“Vim para sanear a empresa e quero saber com quem estou trabalhando.”

Ora, Sr. Presidente, isso não me diz respeito e eu até fiquei a imaginar quem teria sido esse Senador. O Senador Divaldo Suruagy, por certo, não seria O Senador Teotônio Vilela Filho encontra-se em campanha para Prefeito Municipal, e o Senador Guilherme Palmeira, o pacificador da família Collor, certamente não precisaria enfrentar ou exigir quem quer que fosse para pleitear cargos na Petrobrás.

Mas, Sr. Presidente, hoje pela manhã, sou surpreendido com outra nota do Informe JB, que diz:

“Nome aos bois

O senador que tentou pleitear o presidente da Petrobrás, Benedito Moreira, para nomear um superintendente regional da estatal do Nordeste não é de Alagoas, para alívio de Guilherme Palmeira — único dos três senadores alagoanos com trânsito no Planalto.

É de Sergipe. Chama-se Francisco Rollemberg (PFL).

Além de prometer contar ao Presidente Collor que Benedito se negara a atendê-lo, ameaçou também pedir a demissão do presidente da Petrobrás.”

Sr. Presidente, confesso a minha indignação, a minha ira, ao ler tal artigo. Daí por que decidi escrever o que iria dizer nesta tarde, para que a minha ira e a minha indignação não me levassem a dizer coisas que não gostaria ou não deveriam ser ditas neste instante e nesta hora.

Sr. Presidente, faço a leitura deste pronunciamento, para não me deixar trair pela emoção resultante de um estado de indignação que acometeria qualquer homem de bem.

Não conseguindo distinguir com clareza — se por desinformação da imprensa ou se devido à maledicência própria dos desejosos de notoriedade à custa da difamação alheia — fui atacado gratuitamente em minha honra de homem público por uma nota saída no Informe JB de hoje, dia 15, em prosseguimento a notícia veiculada ontem pela mesma coluna.

Trata-se de uma pretensa nomeação patrocinada por mim junto ao Presidente da Petrobrás, fato que jamais existiu, pois desconheço pessoalmente S. Sª, nunca o vi nem lhe falei, sei de sua existência por dever de ofício e por ser leitor de jornais.

Diante de tanta aleivosia, Sr. Presidente, solicito que esta Casa tome as devidas providências quanto a um formal desmentido por parte de quem mentiu — o jornal ou o informante —, de modo que não apenas eu, mas o próprio Senado da República não fique conspurcado perante a opinião pública e em nome da manutenção da dignidade do cargo que honrosamente ocupo por determinação do povo de Sergipe.

Torno-me veemente, em nome da verdade.

Com base nesse princípio, acabo de dirigir ao jornalista do *Jornal do Brasil*, Marcelo Ponte, fac-símile assim redigido:

“Senhor Jornalista Marcelo Pontes,

Em sua coluna Informe JB de hoje V. Sª informa a seus leitores que: “O Senador que tentou peitar o Presidente da Petrobrás, Benedito Moreira, para nomear um superintendente regional da estatal no Nordeste não é de Alagoas (...).”

É de Sergipe. Chama-se Francisco Rollemberg (PFL).

Além de prometer contar ao Presidente Collor que Benedito se negara a atendê-lo, ameaçou também pedir a demissão do Presidente da Petrobrás.”

Devo dizer a Vossa Senhoria que não conheço o Presidente da Petrobrás, nunca o vi, nunca falei com ele. Por dever do ofício, sei de seu nome e do cargo que ocupa. Por isso mesmo, é pessoa que me assusta, pelo fato de tratar-se de alguém capaz de transmitir tamanhas inverdades a um órgão de imprensa, em busca, com certeza, da notoriedade que seus méritos pessoais e profissionais o impedem de confirmar. Solicito de Vossa Senhoria, senhor jornalista, que me dê ciência acerca do dia e da hora em que mantive com o Presidente da Petrobrás aquele diálogo, cujo teor minha dignidade seria a primeira a censurar. Volte a contatar o Senhor Moreira, a ver se aquele funcionário tem a hombridade de confirmar o que disse.

Esteja certo de que esta solicitação se compromete com a restauração da verdade — e apenas por essa razão —, em nome da credibilidade de sua coluna da qual sempre fui leitor assíduo e, agora, mais ainda, no policiamento de possíveis falsidades lançadas por terceiros contra a honra do cidadão e, em especial, do homem público e das instituições nacionais.”

Atenciosamente, — Senador Francisco Rollemberg.

Na esperança de que tudo se esclareça, aguardo, de pronto, a recuperação da verdade.

Era o que, lamentavelmente, tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Senador Francisco Rollemberg, em relação à comunicação que V. Exª faz à Casa, inclusive quanto ao envio de um fax ao Jornalista Marcelo Pontes, a Presidência se compromete com V. Exª a procurar aquele jornalista que é, sem dúvida, um profissional competente, que não se recusará a proceder, na sua coluna “Informe JB”, à retificação agora reclamada por V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, por cessão do Senador Magno Bacelar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no curso da sessão legislativa extraordinária para a qual foi o Congresso Nacional convocado a trabalhar neste mês de julho, o assunto dominante — e, por sinal, o determinante dessa convocação — continua sendo a CPI que apura as irregularidades do Sr. Paulo César Farias.

Acompanho de perto os trabalhos da Comissão, tanto pelo fato de ser um dos seus membros suplentes quanto por pertencer a este Congresso, mas principalmente como cidadão interessado no esclarecimento cabal de todas as irregularidades denunciadas, a fim de que os responsáveis sejam punidos exemplarmente na forma da lei e que possamos, no menor prazo possível, retomar a normalidade da vida nacional.

Aliás, fala-se muito na contribuição dessa normalidade. O próprio Presidente Collor, como que voltando à normalidade de certos hábitos inaugurados por Sua Excelência há algum tempo, estampou numa de suas camisetas dominicais uma mensagem que pode ser traduzida como exortação ao trabalho com o abandono de quaisquer outras preocupações.

Acho que, de fato, o País não pode, nem deve parar por causa da CPI ou dos escândalos que a imprensa noticia diariamente. Nossa economia não pode estacionar, até porque o maior responsável pela estagnação dela (estagnação seria o termo mais apropriado) foi o próprio Presidente com a política econômica por Sua Excelência patrocinada. Quer dizer, devemos prosseguir trabalhando, sim. Mas, dentro do que seria uma desejável normalidade, é impossível. Primeiro, porque — repita-se — a política econômica praticada pelo Governo não permite; segundo, porque não há como escamotear que a turbulência do momento político interfere nas condições do próprio trabalho. Como abandonar preocupações, se elas estão presentes no desemprego em massa, nas falências em massa, na falta geral de dinheiro, nas incertezas atuais e futuras da vida política?

Nesse contexto, exortar ao trabalho em mensagem de camiseta é pior do que uma brincadeira de gosto duvidoso. É um deboche, quase um acinte. Como trabalhar mais se não há trabalho? Como trabalhar mais se as condições do mercado vendedor, que por sua vez inibe o mercado comprador inibem o mercado produtor, que por seu lado opera com capacidade ociosa, a qual determina o desemprego em massa, que de sua parte entope as ruas das grandes cidades com suas barracas, seus balcões ambulantes, seus caixotes, vendendo o que tem e pedindo o que não tem de quem também não tem? Por isso, a mensagem é de humor negro. Ou será que o Presidente está desinformado sobre a real situação deste

País, da qual Sua Excelência é o maior responsável? Ou será que Sua Excelência, preocupado com a queda da arrecadação tributária, está desejoso de que todos trabalhem para pagar mais impostos? Nessa hipótese, o senso comum faz supor que a mensagem da camiseta presidencial é, isto sim, uma grande provocação. Porque e qual é o cidadão-contribuinte que sequer ingenuamente imagina hoje que o imposto pago ao Governo vai ser efetivamente aplicado no custeio das necessidades públicas, no interesse e no bem público?

Ora, diante de tantas denúncias, de tantos escândalos, ninguém mais acredita em algum governante, quicá em algum político.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, retomando o fio da meada, espero, como qualquer brasileiro hoje, que voltemos imediatamente à normalidade da vida nacional. Mas isso não poderá ocorrer, passando-se uma borracha nessa sujeira toda que veio à tona nos últimos meses. Voltar à normalidade não significa um retorno puro e simples à plenitude da atividade econômica, pela reativação do mercado de trabalho e das atividades produtivas. Significa, sim, uma nova perspectiva segura e tranqüila das condições de nosso desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

No momento, todas as atenções se voltam, em especial, para o impasse político gerado pela crise de confiabilidade e de governabilidade. Tudo se encontra como que paralisado no País, na expectativa do desfecho desse impasse político. E essas atenções se concentram no Congresso Nacional, que hoje é o fiel depositário da confiança e das esperanças nacionais, pois dele sairá a solução para superarmos as dificuldades políticas que travam os passos desta Nação. E a solução há de ser justa, judiciosa e ética, muito além de política.

Nesse sentido, a CPI mista do Congresso Nacional, criada para apurar as denúncias contra o Sr. Paulo César Farias, tem em mãos, como nenhum outro colegiado deste Legislativo, a tarefa de elevar ou de destruir de vez o prestígio do Parlamento.

O próprio Governo vem procurando, numa desesperada e inadequada tática de contra-ataque, amedrontar, acovardar e desmoralizar a CPI, quando ameaça alguns de seus membros — talvez os mais incômodos — com devassas fiscais e bancárias.

Ora, o Governo não tem nenhuma razão para contra-atacar. A CPI não foi criada para perseguir nem o Presidente da República, nem qualquer outro integrante do Governo. A CPI foi instituída, depois, até, de uma certa hesitação de lideranças partidária, para que o Congresso pudesse cumprir uma de suas missões constitucionais, precisamente a de fiscalizar os atos do Poder Executivo. As denúncias objeto das investigações não partiram exatamente do Congresso. Foram parentes e ex-aliados políticos do Presidente Collor que tomaram a iniciativa das denúncias. O Congresso apenas cumpre o seu papel de guardião do interesse público e a CPI tão-somente busca apurar a verdade dos fatos.

Se o Governo não tem o que temer, deixe de ameaçar e, assim, constranger os membros da CPI. Se o Presidente Collor sente-se ofendido, injuriado, caluniado por alguém, procure infirmar as denúncias e obter reparação de eventual dano moral na forma da lei e perante o Poder Judiciário, como se anuncia que Sua Excelência já o tenha feito com relação alguns de seus acusadores, inclusive o irmão. Assim como o Presidente, outros que se sintam atingidos devem

recorrer aos meios adequados de defesa no foro próprio que é a Justiça.

Agora, ameaçar com retaliações e devassas, isso demonstra apenas desespero, destempero e, em havendo realmente algo de concreto e de irregular com as pessoas ameaçadas, isso demonstra também inércia e omissão do Governo quanto a fatos pretéritos, que seriam de seu conhecimento, mas que ele, por qualquer motivo, escusara-se de revelar e punir.

Sr. Presidente, refiro-me aqui especialmente a um fato denunciado pela imprensa, noticiado ontem ou anteontem: a declaração do nosso amigo Senador Ney Maranhão de que mais um golpe de karatê ou de jiu-jitsu estaria preparado para derrubar de vez a Oposição, bem como a declaração publicada de que o Sr. Lafaete Coutinho teria a cópia do contrato de um apartamento do Sr. Civita, e com isso estaria tentando fazer com que a Veja diminuísse o seu ímpeto.

Então, pergunto aos Srs. Senadores: O que faria um governante realmente em condição de confiabilidade e de respeito à sua função? Se tem um documento que incrimine alguém, tem que, de imediato, apresentar o fato, para que o órgão competente faça a averiguação, investigue se a culpa realmente existiu e puna o culpado. Agora, se guarda o documento como uma ameaça para chantagem, está fazendo o quê? Prevaricação. Isso é um crime de prevaricação. Se, realmente, as notícias são verdadeiras, o Sr. Lafaete Coutinho deveria responder pelo crime de prevaricação. É preciso que o Sr. Lafaete Coutinho diga se tem ou não esse documento. Se não o tem, fica tudo bem esclarecido; mas se tem e não o utilizou, deverá responder por esse crime.

Não há dúvida de que a situação do presidente Collor é bastante delicada. Basta lembrar o discurso, e cadeia de rádio e televisão, quando Sua Excelência procurou refutar as denúncias de que as despesas de manutenção da Casa da Dinda eram custeadas por PC Farias, cujo numerário era administrado e intermediado pela sua Secretária particular. O possível impacto do discurso favorável ao Presidente foi desfeito em vinte e quatro horas, pelo desmentido do motorista de sua secretária, que, no depoimento prestado à CPI, com absoluta simplicidade e tranqüilidade, desmontou todo o esquema de defesa arquitetado, durante quarenta e oito horas, pelo Sr. Fernando Collor.

Ontem soubemos do depoimento da Sr^a Ana Acioli Gomes de Melo, que, infelizmente, estava doente e não pode prestá-lo na CPI, como seria necessário. Ela, mais uma vez, declarou que os depósitos eram feitos pelo Sr. Cláudio Vieira. Até o momento, porém, não apareceu nenhum documento que comprovasse a veracidade desse fato.

Anteontem depôs a Sr^a Marta Vasconcellos Soares, secretária da empresa Brasil Jet. Há um fato curioso no seu depoimento: sua função é atender a telefonemas que são dados pela empresa, e percebe um salário de cinco milhões e meio. Como uma empresa, que, segundo se sabe, não está dando esse lucro tão grande, pode pagar a uma simples telefonista — porque a função certa é esta — cinco milhões e meio de cruzeiros? A depoente simplesmente não sabia de nada, nunca viu o motorista que disse ter estado, lá, nunca fez qualquer tipo de depósito, nem entrega de dinheiro.

Esse tipo de depoimento, para mim e, acredito, para muitos brasileiros, demonstra uma certa culpabilidade, porque tem condições de dizer de imediato, que o dinheiro era seu — o Presidente declarou na televisão que o dinheiro era de Sua Excelência —, pode pegar o extrato de sua conta bancária e discriminar todos os depósitos e gastos.

Por que, até hoje, não se esclareceu de quem é o cheque utilizado na compra de um carro em nome do Presidente? Qualquer um de nós que compre um carro com um cheque de outra pessoa, por qualquer razão, poderá dizer a quem pertencia.

Procura-se para depor a Secretária Rosinete Melanias e essa não aparece, passando a sua convocação através de edital.

A Sr^a Marta Vasconcelos Soares apresenta várias desculpas, adiando o seu depoimento e, quando aqui comparece, diz não saber de nada.

Ana Acioli Gomes de Mello, por sua vez, também não pode depor.

O Sr. Guy de Longchamps não é encontrado, assim como o Sr. Ironildes Teixeira.

Ora, vamos acabar com essa situação, responsável pela crise de confiabilidade no Governo do Presidente. Como acabar? Falando a verdade.

Portanto, o Governo está numa situação de extrema fragilidade e pouco ou quase nada tem a fazer em sua defesa.

A verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que todos esses fatos permitem apontar um significativo amadurecimento da democracia brasileira. O cidadão, a sociedade, o povo, todos, neste País, passaram a exigir transparência inequívoca nos atos governamentais e na ação política. Há uma consciência disseminada de que a praça é do povo, o dinheiro público é do povo, os mandatos eletivos pertencem ao povo e de que tudo que este dá ao Governo, sob a forma de impostos, deve ao povo retornar, transformados em benefícios sociais, econômicos, culturais e políticos.

De repente, quando tudo parece desabar sobre nossas cabeças, quando o caos parece instalado, irremovível, imperável, eis que a Nação reage e há sinais bastante claros e otimistas de que o Brasil vai emergir de toda essa crise mais forte, mais confiante, mais irmanado, mais determinado, mais acordado, como que de banho tomado.

A política, tão maltratada, tão amesquinhada, tão desacreditada, até ela — e principalmente ela — passará a ser vista como algo inseparável e irremovível de nossas vidas. Deixará de ser um mal necessário para ser um bem indispensável. Os valores políticos passarão a ter lugar de grande relevo na vida nacional.

Mas essa visão otimista tem um preço, ou melhor, tem uma contrapartida. Tudo isso somente será possível obter se nós, políticos desta geração e deste momento, soubermos ouvir, traduzir, decodificar linguagem simbólica de fortíssimo conteúdo social e sentido histórico que o povo brasileiro, a duras penas, está formulando e emitindo.

Cabe-nos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, formalizar, corporificar, edificar os novos padrões da vida política brasileira, cujos elementos ontológicos e axiológicos a sociedade, como um todo, nos está fornecendo.

É chegada a hora de prevalecer o sentido ético, absolutamente ético, da atividade política e da vida pública dos que a ela se dedicam.

Quando vejo as ameaças do Governo contra os membros da CPI, conforme lembrava há pouco neste discurso, sinto-me impellido a convocar os meus Pares, nesta Casa e neste Congresso Nacional, para que, juntos, nos antecipemos a qualquer iniciativa do outro Poder, abrindo mão do sigilo bancário e de qualquer outra garantia constitucional ou legal de proteção de nossa vida privada, demonstrando que nada há a escon-

der, que nada pode ameaçar a reputação ilibada dos que não têm a temer.

Vamos permitir, abertamente, qualquer tipo de apuração, qualquer devassa, por parte da Receita Federal, em nossas declarações de renda relativas a qualquer exercício. Que sejam permitidos e feitos quantos levantamentos e auditorias forem necessárias.

Há muito tempo, os políticos em geral vêm sendo considerados corruptos, sem qualquer distinção entre eles, por parte da chamada opinião. É a hora, portanto, de separarmos o joio do trigo.

Se a ocasião é de devassa recíproca, os que nada devem poderão perfeitamente abrir suas vidas para exame de quem quer que se interesse por isso.

Tudo isso deve ser feito, porém, com o compromisso de que os culpados, isto é, aqueles que não puderem escapar das malhas da lei, sejam, de que lado forem, exemplarmente punidos.

Não só os Parlamentares, de todos os níveis, de Vereador a Senador, deveriam abrir mão do sigilo, mas, também, todos os executivos, de Prefeito a Presidente, passando por Secretários e Ministros e Presidentes de empresas estatais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHÁ (PSDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, tivemos a oportunidade de assistir, no gabinete do nosso Presidente Mauro Benevides, a uma cerimônia simples, singela, mas de profundo significado político.

Trazido por uma comissão de Deputados, chegou a este Senado, à tarde, o projeto de emenda à Constituição, aprovado em dois turnos pela Câmara, que antecipa a data do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.

Na ocasião, um grupo de senadores se fez presente ao gabinete do nosso Presidente Mauro Benevides e ali tivemos a oportunidade de, rapidamente, ouvir algumas palavras a respeito do evento, pronunciadas pelo Presidente da Comissão, na Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, que analisou o projeto de emenda à Constituição, estando presentes, ainda, o Deputado José Serra, autor da emenda, o Deputado Roberto Magalhães, seu Relator; a Deputada Sandra Cavalcante e tantos outros Deputados. Lá estivemos para testemunhar o evento importante.

Seria desnecessário ocupar muito tempo, nesta tribuna, para mencionar as vantagens do projeto de emenda constitucional que antecipa a data do plebiscito, até porque, no ano passado, por ocasião do exame de uma emenda idêntica, da qual tive a honra de ser o primeiro signatário, o assunto foi exaustivamente debatido nesta Casa.

Naquela ocasião evidenciou-se a importância de mudar-se a data do plebiscito. Na própria justificativa de minha emenda, eu dizia que era um imperativo a mudança de data, até porque, na Constituinte, quando a matéria foi apresentada, aprovada e depois incorporada ao texto, o plebiscito que se pretendia na época era a respeito do Parlamentarismo, que havia sido então aprovado, tanto na subcomissão, como nas Comissões Temáticas e de Sistematização. Na última fase, em plenário, fui o autor da emenda que introduzia, nas Disposições Constitucionais Transitórias, a necessidade de um plebiscito para que o povo pudesse avaliar ou não a decisão da Constituinte de mudar o sistema de governo.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ RICHÁ — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador José Richá, no momento em que V. Exª faz a rememoração de toda a sua trajetória parlamentarista, reportando-se inclusive à fase de elaboração constitucional, em que foi, sem dúvida, marcante a sua presença na defesa da tese, permito-me, neste instante, interferir no seu discurso para dar conhecimento a Casa de que, ontem, na solenidade a que V. Exª alude, fiz questão de destacar, explicitamente, a iniciativa de V. Exª no âmbito do Senado Federal, apresentando proposta que, por razões que não cabem ser examinadas agora, não logrou guarida no plenário do Senado Federal. Talvez se V. Exª tivesse se precautelado — e até tentei essa solução — e esperado o dia seguinte, onde o *quorum* seria mais elevado, hoje a história da tramitação da emenda seria outra: a Emenda José Richá, aprovada pelo Senado, teria sido apreciada pela Câmara dos Deputados. Este aparte se situa na linha de lembrança de V. Exª, da sua luta e objetiva, sobretudo, realçar o seu trabalho como um dos grandes artífices dessa antecipação de consulta plebiscitária prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. JOSÉ RICHÁ — V. Exª tem toda razão e eu próprio testemunhei, em seu Gabinete, ontem à tarde, esse seu depoimento que muito me honra, que muito me desvanece.

Entretanto, Sr. Presidente Mauro Benevides, confesso, humildemente, que nunca tive a pretensão de ser dono da questão: Apenas me considerei o instrumento de uma causa e, por isso, fui o primeiro signatário da emenda. Já tive até oportunidade, no ano passado, quando se discutia, de dizer que fui muito estimulado pelo próprio Presidente da República a apresentar a emenda que antecipava o plebiscito. E era coerente essa antecipação. Por quê? Porque, como dizia, foi de minha autoria, na Constituinte, ainda na fase de plenário, a emenda que mandava o povo, através de plebiscito, referendar ou não a decisão tomada pela Constituinte, quando estabelecemos, na oportunidade, um prazo de 5 anos. Está aí o texto da minha emenda para quem quiser compulsar os Anais da Constituinte. O texto da minha emenda dizia explicitamente, claramente: após cinco anos da efetiva implantação do sistema parlamentarista de governo, o povo, em plebiscito, dirá se o novo sistema deve continuar ou voltar ao sistema presidencial de governo.

Entretanto, no plenário, para surpresa de todos, o parlamentarismo acabou sendo derrotado e, em seu lugar, ficou mantido o presidencialismo. Então, a minha emenda, que tinha recebido parecer favorável do Relator, ficou sem condições de ser reabilitada, a não ser que fizéssemos uma fusão com uma emenda do Deputado Cunha Bueno, que tratava especifica e exclusivamente da forma de governo. Como a emenda de S. Exª havia sido rejeitada pelo Relator, ele então a destacou, ou seja, pediu destaque, e como a minha emenda havia sido aprovada pelo Relator, evidentemente não pedi destaque, e nem poderia. Acontece que, na fase de plenário, o Projeto da Sistematização, de autoria do Relator Bernardo Cabral, foi derrotado pelo Substitutivo do Centrão. Então, nenhuma das duas emendas tinha parecer favorável e, portanto, só podia ser examinada a emenda que tratava sobre a forma de governo, de autoria do Deputado Cunha Bueno. E aí, como o Regimento permitia a fusão de emendas, fizemos um entendimento e o plebiscito, que deveria ser marcado

para 7 de setembro de 1993, acerca apenas da forma de governo, acabou se ampliando e se convertendo num plebiscito destinado a examinar a forma e o sistema de governo.

Mas, minha gente, desde aquela ocasião, desde a Constituinte, venho proclamando... Sei que o Senador Jarbas Passarinho estranhou a "minha gente"; não quero ter a primazia de ser dono dessa frase, mas a uso desde criança, quando talvez o Presidente Collor nem tivesse nascido ainda.

O Sr. Jarbas Passarinho — Achei gostosa a coincidência. (Risos.)

O SR. JOSÉ RICHÁ — Foi muita coincidência. Então, o único jeito de reabilitar a emenda que tratava do plebiscito era exatamente a fusão com a do Deputado Cunha Bueno. Só que, na fusão o autor da emenda principal, o autor do destaque, insistiu na data 7 de setembro, até porque, para os monarquistas, o simbolismo do 7 de setembro é muito importante, porque foi a Proclamação da Independência feita por um Imperador e esse tipo de conotação eles quiseram fazer com a data do plebiscito. Por isso, ficou fixado o 7 de setembro de 1993. Mas, desde aquela ocasião, eu me bato pela mudança da data, porque uma coisa é fazer um plebiscito em setembro de 1993, portanto, praticamente apenas um ano antes de eleições gerais de 1994, a respeito de um sistema que, se tivesse sido aprovado na Constituinte o parlamentarismo, ocorreria em plena vigência do sistema parlamentar de governo, e outra é fazê-lo às vésperas de eleições gerais, sob a égide do presidencialismo. Então, seria o caos, seria o caos total!

Até ousar dizer que se não houver a antecipação da data do plebiscito, o melhor é não realizarmos o plebiscito em setembro de 1993. Será preferível fazermos a eleição de 1994, elegermos um novo Presidente da República e, em 1995, retomarmos o assunto, transferindo o plebiscito para 1995.

Além disso, em 1994, vamos eleger um novo Presidente da República, todos os Governadores de Estado, 2/3 (dois terços) dos Senadores, a totalidade dos membros da Câmara e a totalidade dos membros de todas as Assembleias Legislativas. Vejam a dimensão desse pleito! É evidente que, um ano antes, o processo já terá sido anunciado. Como então fazer um plebiscito para decidir uma coisa tão importante, como o sistema de governo, praticamente ao iniciar-se uma campanha nacional dessa dimensão? Isso não cabe na cabeça de ninguém, mesmo na dos mais leigos em política, imaginem na cabeça de pessoas como nós, que temos alguns anos de experiência de militância!

Além disso, eu sempre disse e continuo dizendo: de nada adiantará, para o Brasil e para o povo brasileiro, mudar o sistema de governo se continuarmos com um quadro político cujo cenário é esse no qual estamos vivendo. De nada nos adiantará. Como parlamentarista convicto, sustento a necessidade de uma ampla reforma política, na qual a reforma do sistema de governo seja apenas uma das partes. Estaremos iludindo a população, se quisermos vender a idéia de que, mudando o sistema de governo estarão resolvidos os problemas do Brasil.

Não é isso. Em seguida à mudança do sistema de governo, nós teremos que, imediatamente, ou simultaneamente, pensar na mudança do sistema eleitoral — e eu advogo o voto distrital misto — e na reformulação da legislação partidária. Não é possível praticarmos o parlamentarismo com cinquenta ou sessenta partidos que são, muitas vezes, na realidade, simples tabuletas de aluguel, que vendem espaços de proselitismo.

pois a lei concede a cada partido a oportunidade, uma ou duas vezes por ano, de um espaço bem amplo nos meios de comunicação, especialmente no rádio e na televisão, para a pregação de suas plataformas. E o que temos visto nesses programas, desde que foi instituída essa prática? Um verdadeiro mercado, onde as legendas, algumas delas sem condições até de produzir um programa, vendem o espaço para os partidos maiores, partidos que já estão ensaiando a apresentação de candidatos à Presidência da República.

Esta é a realidade. Então, não adianta nada mudarmos o sistema de governo se conservarmos o mesmo sistema eleitoral e o mesmo sistema partidário. É preciso haver uma ampla mudança. Mas, se mantivermos o plebiscito em 7 de setembro de 93, não haverá condições de fazer as outras mudanças, porque a própria Constituição proíbe que se faça qualquer tipo de alteração na legislação político-eleitoral com menos de um ano de antecedência em relação à eleição mais próxima. Então, como aprovarmos um plebiscito para 7 de setembro de 1993? Se o parlamentarismo for o vencedor, nós teremos de 7 de setembro a 3 de outubro de 1993 apenas 25 a 26 dias para fazermos todas essas mudanças políticas, que são um complemento da mudança do sistema de governo.

É preciso que haja mais tempo! Por isso, advoguei a idéia de anteciparmos o plebiscito para abril deste ano. Infelizmente, por razões meramente circunstanciais, que não cabem aqui analisar, pois o que passou, passou, a emenda não foi aprovada. Mas, aproveitando uma emenda de autoria do Deputado José Serra, o grupo parlamentarista, até de comum acordo com os presidencialistas da Câmara, reabilitou a emenda, que antecipou o plebiscito para um ano depois da data que eu preconizei.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ RICHIA — Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho — Às vezes, o orador que está sendo aparteado é elogiado de uma forma meramente formal. Mas gostaria que V. Exª acreditasse na minha sinceridade quando digo que V. Exª é uma das figuras que aprendi a admirar com muita profundidade no nosso trato e no exercício da sua vida pública. Portanto, o que vou dizer, logo em seguida, não tome V. Exª como qualquer ironia, porque ganhei uma fama indevida, neste País, de ser um homem irônico. É que eu tenho um medo terrível dos neoconvertidos. V. Exª e eu fomos escalados, antes ainda da Constituinte, creio eu, ou já no período da Constituinte, para falarmos num painel sobre sistema de governo, no auditório Petrônio Portella: nós dois defendendo o presidencialismo, e outras duas pessoas, que já não me lembro, defendendo o parlamentarismo. Depois, V. Exª mudou de posição, com muita dignidade pessoal, e, acima de tudo, pela convicção a que chegou. Eu ainda sou um presidencialista abalado e um parlamentarista não convencido. Então, não cheguei à mesma posição de V. Exª. Mas quando falo no medo dos neoconvertidos, destaco que um dos maiores batalhadores que, a partir daí, pelo prestígio da sua palavra e da sua respeitabilidade, tem defendido o parlamentarismo é V. Exª e, agora, o Deputado Ulysses Guimarães, que era outro presidencialista que conheci como tal, convivendo com S. Exª como co-presidente da Comissão de Redação por S. Exª nomeado — como é um homem extremamente vivido, o Deputado Ulysses Guimarães não me nomeou como “vice”, nomeou-me “co”, o que dá uma impressão do paralelismo e nivelamento.

Mas há um ponto referido por V. Exª — que, com muita polidez e muita elegância, passou por ele, sem me atingir —, quando mostrou como é que aqui, no plenário do Senado, não foi aprovado o segundo turno da emenda de V. Exª. Há razões, Senador Richia, que só podem ser entendidas na moldura do seu tempo. Fora do contexto do seu tempo, elas não têm entendimento ou podem ser distorcidas. Tenho a impressão de que agi corretamente, do meu ponto de vista, da minha convicção. Quero afirmar a V. Exª e aos ilustres Senadores que aqui se encontram que, sinceramente, o Presidente da República foi até surpreendido quando, pela manhã, disse a Sua Excelência: “Vou lutar contra isso”. Imaginei uma porção de consequências que se avolumariam e acabariam, no meu entender — como cheguei a transmitir por telefone a V. Exª —, por fazer com que V. Exª e outros fôssem, por seu turno, arrastados, sem possibilidade de fazer valer o ponto de vista pessoal de V. Exª. Mas creio que, logo em seguida, Senador José Richia, houve uma reunião que a imprensa chamou de “Pequeno Conselho da República”, porque éramos todos conselheiros — só não estavam presentes os conselheiros eleitos aqui pelo Congresso e aqueles outros indicados pelo Presidente da República — onde estava o Senador Humberto Lucena, como também o Líder da Câmara e os Líderes de Oposição, portanto, os de maioria e de minoria, e estava eu próprio, como Ministro da Justiça. O nobre Senador Humberto Lucena deve estar recordado que, naquela ocasião, estudamos com o Presidente da República a possibilidade de acelerar a tramitação do “Emendão”, mas o Presidente da Câmara disse, desde logo, que não havia tempo útil para isso. Mas, em seguida, S. Exª propunha uma aceleração de medidas de aprovação de projetos de lei. E, nessa altura, o Deputado Genebaldo fez a proposta de que se antecipasse, para 21 de abril de 1993, o plebiscito. Eu tive, Senador José Richia, imediata concordância. A matéria não foi consagrada na reunião, porque o próprio Presidente da Câmara o com uma testemunha presente do caso — disse: “Não. Essa matéria não se põe aqui na decisão tomada agora”. Participo do ponto de vista de V. Exª e, nesse caso, sou um completo aliado do argumento de V. Exª: se deixarmos isso, como está na Constituição, para setembro, será um desastre. Concordo plenamente com V. Exª. Ainda não aderi ao parlamentarismo, mas, pelo menos, já faço um pouco de viagem a Canossa, perante V. Exª, no momento em que bato palmas ao seu argumento.

O SR. JOSÉ RICHIA — Obrigado, Senador Jarbas Passarinho, pela oportunidade de trazer esse assunto novamente à discussão. Quero, de uma vez por todas, colocar a minha opinião a respeito dele. Não queria tocar nesse assunto, mas já que V. Exª o levantou, acho ótimo que tenhamos a oportunidade de esclarecê-lo devidamente. Disse, há poucos instantes, antes precisamente do seu aparte, que razões circunstanciais levaram a estarmos em posições políticas diferentes. E quando há razões circunstanciais, como V. Exª também no seu aparte enfatizou, acredito que não cabe, numa questão tão abstrata como essa, querermos bater na mesa e considerar que temos razão, que o outro é que não tem. É uma questão apenas de ângulo de análise do problema. V. Exª está hoje convencido de que agiu acertadamente. Provavelmente, sim. Não quero discutir isso. Continuo convencido de que, mesmo que a minha emenda tivesse sido aprovada no ano passado e, portanto, o plebiscito já tivesse sido realizado em 21 de abril deste ano, não haveria nenhum tipo de problema para

o Governo, não se confirmariam aquelas suas preocupações, que V. Ex^a ainda hoje tem convicção de que poderiam acontecer. Até porque para antecipar a implantação do parlamentarismo seria preciso aprovarmos uma nova emenda constitucional, o que só ocorreu agora, porque as circunstâncias mudaram e já há praticamente consenso, tanto é que mais de 90% dos presentes aprovaram na Câmara. Assim mesmo, quantos meses levou a Câmara para aprovar a matéria em dois turnos, por causa de detalhes insignificantes! Imagine V. Ex^a se a minha emenda tivesse sido aprovada, e o plebiscito antecipado. Eu sei, porém, onde V. Ex^a quer chegar! Agora a crise se agudizou, e provavelmente nós estaríamos aí ouvindo o clamor das ruas, de forma emocional, para antecipar a sua implantação!

O Sr. Jarbas Passarinho — Sr. V. Ex^a me permitir...

O SR. JOSÉ RICHÁ — Neste caso, estaríamos reagindo do mesmo jeito. E bastaria, como aconteceu na Câmara agora, na tramitação dessa emenda do Deputado José Serra, que um pequeno grupo de Parlamentares se opusesse. O PT conseguiu obstruir a matéria durante cerca de 60 a 90 dias, e só não o fez por mais tempo porque houve um acordo, do contrário até hoje a emenda não teria sido aprovada na Câmara. Então, Senador Passarinho, continuo convencido de que mesmo com a aprovação da minha emenda, e na hipótese, na presunção de que o parlamentarismo tivesse sido aprovado, e mesmo com essa crise política de governo e de governabilidade que se verifica neste instante, acho que nós poderíamos resistir à implantação antecipada. E eu vou dar um último e definitivo argumento a V. Ex^a, de por que motivo eu e muitos parlamentaristas resistiríamos: é porque não nos convém, como parlamentaristas, mudarmos o sistema de governo e passarmos a ser os herdeiros dessa bagunça que aí está. Nós não queremos isso! Nós queremos tempo para preparar o País e, a partir desse preparo, eu continuo convencido, ainda hoje, apesar da crise ter se agudizado, de que aprovado pelo povo o plebiscito, para vigorar a partir de 95, haverá com isso uma natural distensão política. Porque o que impede muitas vezes a solução das dificuldades de um país é a perspectiva de que o Presidente, no atual sistema, se fortalece tanto que fica com o seu candidato imbatível na outra eleição. Desaparecido o fantasma da sucessão no sistema presidencial, desaparecerão também os preconceitos. Acho eu que haverá uma distensão política; o ambiente vai melhorar; todos, mesmo os não parlamentaristas, se aprovado pelo povo o parlamentarismo vão querer que a situação melhore. Como no parlamentarismo a rotatividade no poder pode-se fazer muito mais rapidamente, não haverá interesse de grupo político nenhum que o Brasil continue se arrastando por crises políticas infundáveis. Mas, Senador Passarinho, com relação à primeira parte do seu aparte, quero apenas fazer uma pequena retificação. Eu não era presidencialista. Até não sei por que fui escalado no grupo presidencialista naquele congresso internacional realizado no auditório Petrólio Portella, no qual honrado com a companhia de V. Ex^a, fui escalado para defender o sistema presidencial de governo. Aliás, a minha defesa foi muito fraca... e V. Ex^a foi muito convincente, porque V. Ex^a, além de ter muito mais talento do que eu, era um presidencialista muito mais convicto do que é hoje, diga-se de passagem. Então, V. Ex^a defendeu muito bem o presidencialismo. Eu não consegui defendê-lo bem, até porque disse na ocasião, que eu era parlamentarista...

O Sr. Jarbas Passarinho — Não me lembro do malogro de V. Ex^a não.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Isso é muita bondade de V. Ex^a.

Mas eu dizia na ocasião que, embora muito simpatizante do parlamentarismo, achava apenas que não havia condições políticas. E as razões — invoco a coerência — são as mesmas de hoje. E por que hoje estou tão inabalavelmente convencido de que o parlamentarismo é melhor? Porque hoje sinto condições concretas de complementarmos a mudança do sistema de governo com as outras mudanças políticas, como a mudança do sistema eleitoral e a do sistema partidário. Naquela ocasião, no início da Constituinte, não havia.

Depois, como a Constituinte foi um processo de debate eminentemente político, deu para aferirmos melhor o pensamento da elite política brasileira durante aquele período, porque não foram apenas os parlamentares que debateram as questões constitucionais; foi toda a população: os segmentos se organizavam e vinham aqui discutir conosco. Então, deu para que cada um de nós aferisse adequadamente até que ponto não seria uma temeridade mudarmos apenas o sistema de governo, sem haver condições de fazer as outras mudanças políticas. Comecei aí a me converter, e foi um processo muito rápido de conversão, de um presidencialismo de oportunidade para um parlamentarismo que atendia, inclusive, as minhas convicções políticas. E agora, já não tenho mais nenhuma dúvida, porque eu, no primeiro mês desta legislatura, fiz uma pesquisa e 94, 95% dos parlamentares responderam essa minha pesquisa — está lá, por escrito, tenho-a até hoje guardada: 53% dos membros da Câmara atual e 57% dos membros do Senado são a favor do voto distrital misto; são, quase na mesma proporção a favor da mudança do sistema partidário. Então, hoje, já não sinto mais nenhum óbice a me entregar de corpo e alma à tarefa de defender o parlamentarismo, porque hoje a situação é diferente da época em que participei daquele seminário — eu não tinha convicção de que, mudando o sistema de governo, iríamos mudar as outras questões também. E essa era a única preliminar em que nunca deixei de acreditar, tanto é que reafirmo hoje: se for para mudar apenas o sistema de governo, é melhor deixar como está, não vamos mudar nada.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador José Richá?

O SR. JOSÉ RICHÁ — Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador José Richá, V. Ex^a está discorrendo muito bem sobre o tema que é a antecipação da data do plebiscito. E eu gostaria que, inclusive, neste momento, ficassemos discutindo a data do plebiscito, porque, verdadeiramente, acho que a antecipação dessa data é do interesse da Nação como um todo, não importa se parlamentarista ou se presidencialista, não importa a forma de Estado que o sujeito esteja preconcebendo ou o que seja. Mas, V. Ex^a tem maior razão ainda quando diz da importância da antecipação para as reformas, e não para a reforma. Não é só a reforma partidária, temos que fazer uma reforma eleitoral plena, completa, porque, se o governo passa a ser do Parlamento, é um parlamentarismo, é uma hipótese e essa hipótese pode ocorrer, então, se mantivermos o sistema eleitoral vigente, vamos ter uma distorção tremenda. Oito cidadãos piauienses que se mudem para São Paulo, o voto deles, diga-

mos, se cada um tiver o peso um, os oito que se mudarem para São Paulo terão, somados, apenas o peso um. Isso no atual sistema eleitoral. Agora, se o Governo passa a ser escolhido, pelo Parlamento, o Parlamento tem que ter representação direta e proporcional à população. Acho que não estou falando nada além do óbvio. E alguém pode dizer: mas "como ficam os Estados pobres e o Nordeste?" A Casa que mantém a justiça na Federação continua sendo o Senado Federal, que muitos pensam ser apoucado, mas, na realidade, muda extraordinariamente de função. Mas eu quero apenas ressaltar a V. Exª, Senador José Richa, a importância da antecipação do plebiscito justamente para que, dado o resultado do plebiscito, venham as reformas indispensáveis para o caminhar da democracia no Brasil. Parabéns a V. Exª

O SR. JOSÉ RICHÁ — Nisso concordamos em todos os níveis.

Mas eu dizia, há poucos instantes, quando comentava o aparte do nobre Senador Jarbas Passarinho, que as razões circunstanciais que levaram a não aprovação, em segundo turno, da emenda da qual fui primeiro signatário nesta Casa, essas razões desapareceram. Hoje não existem mais razões e ninguém mais tem dúvidas sobre a emenda de antecipação do plebiscito que, num primeiro instante, foi interpretada como uma emenda de parlamentaristas, ou a favor dos parlamentaristas. Hoje ninguém mais tem esse tipo de desconfiança, porque a questão da data do plebiscito virou uma questão de bom senso e de consenso. Tanto é que, na Câmara, foi aprovada com larga maioria, quando se chegou a um acordo a respeito de detalhes. Praticamente mais de 90% dos presentes à sessão, quase 70% do total de deputados federais aprovou esse projeto de emenda constitucional.

Acredito, até porque já discutimos tanto essa matéria no ano passado, que a aprovação, agora, em dois turnos, no Senado será uma questão também de bom senso e de consenso.

Então, não tenho dúvidas de que o Senado vai aprovar, em dois turnos e muito rapidamente, esse projeto de emenda constitucional, porque essa matéria já está exaustivamente debatida.

Isso acontecendo, na minha opinião, o Congresso terá tomado, talvez, a mais importante decisão política das últimas legislaturas, já nem digo dos últimos anos, mas das últimas legislaturas.

Essa é a minha convicção inabalável.

O Sr. Humberto Lucena — V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ RICHÁ — Pois não, com muito prazer, concedo o aparte ao Líder Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador José Richa, não há dúvida quanto à aprovação da proposta de emenda à Constituição que antecipa o plebiscito sobre forma e sistema de governo para 21 de abril do próximo ano, pelo Senado Federal, em dois turnos, sobretudo após o que aconteceu na Câmara dos Deputados, quando houve um amplo acordo de lideranças em torno do texto final que chega agora a esta Casa do Congresso Nacional. Não se pode negar que a data fixada na Constituição, 7 de setembro do próximo ano, tornou-se por várias razões, muito inoportuna, particularmente por estar próxima do início do processo de revisão constitucional marcado para 5 de outubro e, além disso, porque nessa fase já estaria se desenhando praticamente a sucessão presidencial da República de 1994. Portanto, haveria um tumulto muito

grande que certamente iria interferir na campanha do plebiscito e traria prejuízos para a aferição da vontade popular em torno de temas da maior relevância, qual sejam, a forma de governo e, principalmente, o sistema de governo. Há os que, quando falam — não é o caso de V. Exª — nessa proposta de emenda à Constituição, dão a impressão de que praticamente já há uma vitória do parlamentarismo. Isso é um ledor engano.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Isso é um erro.

O Sr. Humberto Lucena — Não há nada disso. Quem vai, na verdade, dar a palavra final é a opinião pública, por intermédio do eleitorado quando for chamado a dizer "sim" ou "não" às questões que lhe serão colocadas quanto à permanência da forma republicana ou à introdução da forma monárquica de governo e, também, quanto à permanência do sistema presidencialista ou à introdução do sistema parlamentarista. Tenho para mim que aquela idéia que foi colocada, e que hoje consta de um projeto de resolução, da criação de uma comissão mista que vai tentar elaborar modelos pertinentes aos dois sistemas para efeito de orientação do eleitorado, durante a campanha do plebiscito, é uma medida interessante, mas eu tenho as minhas dúvidas quanto ao seu resultado prático. Sabe V. Exª que mesmo que amanhã seja aprovada a permanência do presidencialismo ou a introdução do parlamentarismo, só para falar do sistema de governo, o Congresso revisor, do ponto de vista rigorosamente constitucional, não ficará jungido àquele modelo que foi objeto de análise.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Legalmente, não, mas política e moralmente, sim.

O Sr. Humberto Lucena — Politicamente, sim; mas veja V. Exª que nada impede que o Congresso revisor, na sua soberania, possa alterar o modelo.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Mas é uma espécie de compromisso político, Senador Humberto Lucena. Eu tenho muito temor, e desde o começo venho insistindo nessa tese, de se chamar o povo para um plebiscito para dar um cheque em branco ao Congresso. É preciso haver um mínimo de comprometimento político do Congresso a respeito dos modelos, tanto de monarquia ou república, e de presidencialismo ou parlamentarismo.

O Sr. Humberto Lucena — Eu quero apenas, neste debate, que fique claro que isso não vai além de um compromisso político.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Exatamente.

O Sr. Humberto Lucena — Nada impede que, juridicamente, o Congresso revisor altere o modelo que servir de parâmetro à propaganda na campanha do plebiscito, tanto do presidencialismo como do parlamentarismo; até porque fatos novos poderão surgir, daqui para lá, que poderão levar ambas as partes, sejamos os defensores do presidencialismo, ou os do parlamentarismo, a sugerirem alterações. Para terminar, acho que o discurso de V. Exª vem reafirmar a necessidade imperiosa de nós aprovarmos, rapidamente, essa proposta de emenda, porque vamos entrar, brevemente, no auge da campanha municipal deste ano. Desejo, ainda, dizer a V. Exª que, da minha parte, o que ainda me põe em cautela com relação a um voto no sistema parlamentarista no Brasil é a questão de sermos uma República Federativa e termos, obrigatoriamente, que implantar o novo sistema nos Estados e Municípios. Eu tenho feito essa ponderação a vários parla-

mentaristas, como o nosso Senador Pedro Simon, o Senador José Fogaça e outros, e todos eles sempre me dizem que é o argumento mais forte que já ouviram. Na verdade, se V. Ex^a se detiver um pouco para refletir em torno desse ponto, V. Ex^a há de convir que não é fácil, primeiro, porque nós não podemos implantar o sistema parlamentarista apenas no âmbito federal; se isto acontecesse, seria uma incongruência, porque o modelo de organização do Estado tem que ser o mesmo, federal, estadual, e municipal; não pode ser diferente. Se por acaso se fizesse uma transição, iria ocorrer um fato, eu não digo inédito, mas um fato muito ruim — isto já aconteceu em 1961 — que seria nós termos o parlamentarismo no plano federal e o presidencialismo nos Estados, e aí os governadores com mandato de 4 anos, com uma influência muito maior do que a do primeiro ministro e eles tentariam uma interferência muito forte no Congresso, por suas Bancadas, não só na escolha, como na manutenção do primeiro-ministro, porque eles estariam com quatro anos garantidos, e o primeiro-ministro poderia cair a qualquer momento. Esse é o aspecto que deve ser mais debatido na questão do sistema parlamentarista no Brasil, hoje. Por mais que saibamos que, nos nossos estados e municípios, o processo de politização já tenha avançado muito, ainda estamos um pouco longe de poder ter o do sistema parlamentarista implantado nos Estados e Municípios, porque não tenho nenhuma dúvida, do ponto de vista teórico, o parlamentarismo é o melhor sistema de governo democrático. Se o Brasil fosse uma República unitária não somos, nem poderemos ser, porque, como V. Ex^a sabe, o sentimento autonomista dos Estados é imenso e insuperável — eu já seria hoje parlamentarista. Mas sendo como tem que ser, uma República Federativa, dificilmente acho que, no momento, se possa implantar, de maneira exitosa, o parlamentarismo no Brasil em nível federal, estadual e municipal. Mas, o que quero mesmo afirmar, neste instante, é que V. Ex^a esteja absolutamente certo de que, quanto a nós da Bancada do PMDB, daremos tudo que estiver ao nosso alcance para acelerar o máximo possível não só os trabalhos da Comissão Mista, que já deve estar se instalando, como também a votação em dois turnos pelo Plenário do Senado Federal da proposta de emenda à instituição do Deputado José Serra. Sabe V. Ex^a que também votamos, nos dois turnos, favoravelmente à emenda de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Obrigado, Senador Humberto Lucena. Concorde com quase tudo que V. Ex^a disse e com as suas preocupações. Só não comungo com a sua preocupação em relação à possibilidade de o parlamentarismo não ser muito exitoso num país federativo como o Brasil. Temos outros exemplos de parlamentarismo convivendo com a Federação. Não há nenhuma incompatibilidade entre parlamentarismo e sistema federativo. Eu citaria a Alemanha como exemplo parlamentarista.

O Sr. Humberto Lucena — Mas a Alemanha e o Canadá são países de uma sedimentação cultural, do ponto de vista político, que não se compara ao Brasil.

O SR. JOSÉ RICHÁ — No Brasil, não há parâmetro de comparação. O Brasil pratica a mais primitiva política de todo o mundo. Estamos abaixo do nível latino-americano em termos de primitivismo de prática política.

Veja, Senador Humberto Lucena, não concordo muito quando se faz esse tipo de comparação: o alemão, o europeu, o americano, o japonês, são muito mais cultos. Não! O povo é igual em todos os países. A diferença está é nas elites desses

países. Isso, sim! Deus seria até injusto se fizesse um povo diferente do outro, um povo mais culto, um povo mais inteligente. Aliás, o problema da prática política não está, no meu entendimento, diretamente ligado ao problema cultural. Pode haver um povo razoavelmente instruído e não tão culto e até não com muito bom-senso. Conheci, na minha longa vida política, cidadãos semi-analfabetos que se revelaram grandes líderes políticos municipais, até galgando vãos mais altos. Essa é uma questão de bom-senso, não é uma questão de educação ou até de cultura. Mas, assim mesmo, levando em conta as diferenças culturais — isso, sim, existe entre nós e outros países — é possível que não consigamos comparar o Brasil com a Alemanha. Mas é possível, sim. Por que não compararmos e até com pontos positivos a nosso favor, o Brasil com a Índia? Lá existe parlamentarismo em nível nacional e não em nível estadual, provincial. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nos Estados Unidos, onde teoricamente o sistema de governo é presidencial, a maioria dos municípios pratica o parlamentarismo, e não o presidencialismo. Então, como é que não se pode levá-lo para estados e municípios? Pode-se sim! Há um grupo de parlamentaristas que já tem um modelo, que vai ser, depois da aprovação da data do plebiscito, submetido à discussão geral. Nesse modelo, o grupo de parlamentaristas coloca para a discussão a sugestão de que, implantado em nível federal, no mesmo processo a que se chegou em nível federal, isto é, através de plebiscito, autorizado pelo Congresso Nacional, os estados fariam a mesma coisa: as assembleias autorizam o plebiscito, e o povo decide se quer continuar em nível estadual no presidencialismo ou se quer ir para o parlamentarismo. Até no município é facultado isso. Claro que, mudada a Constituição estadual, ela autorizaria os municípios, através da Câmara Municipal, a fazer ou não o plebiscito, e o município que quisesse, poderia; é perfeitamente compatível. Eu até acho que, quanto menor a comunidade, será mais fácil implantar, porque a comunidade elege o conselho, que seria a Câmara de Vereadores, e essa contrariaria um administrador, que não precisa nem ser do próprio município, e pode ser demitido a qualquer momento. E o que é isso na prática? O parlamentarismo. Aliás, a grande vantagem do parlamentarismo sobre o presidencialismo é exatamente esta: é a possibilidade de, sendo um sistema cujo modelo é flexível, ser adaptado às circunstâncias, ao tempo. O presidencialismo é um sistema inflexível; não pode dar certo em todos os países, porque os países são diferentes, e a cultura da população é diferente de um país para o outro. O presidencialismo pode dar certo em alguns países e não em outros, porque é um modelo só.

Já o parlamentarismo permite, por ser flexível, adaptar-se às peculiaridades do País, à cultura do seu povo e, ao longo do tempo, aperfeiçoar-se, fato esse que o presidencialismo não permite.

Essa seria uma discussão que nos tomaria muitos dias e não apenas alguns minutos. Agora, antes de conceder o aparte ao Senador Hugo Napoleão, quero apenas dizer que hoje estou absolutamente convencido de que, se essa decisão for tomada no Senado depois de campanhas de esclarecimentos por todos os grupos — os monarquistas, os republicanos, os presidencialistas, os parlamentaristas —, a tempo de o plebiscito poder ser realizado tranquilamente, este Congresso terá tomado talvez a mais importante decisão política das últimas legislaturas. Estou convencido disso, porque, desde a minha militância política, que vai desde os bancos escolares — portanto, lá se vão muitos anos —, sempre temi que estivesse

semos, principalmente as elites brasileiras, sempre buscando remédios inadequados para os males do País.

Estudei Ciências Humanas e sempre entendi que, antes de prescrever qualquer medicação, é preciso ter certeza do diagnóstico. E nós aqui, no Brasil, temos feito o diagnóstico errado a respeito dos nossos males. Todos os dias, ouço falar em crise econômica. Nunca entrou na minha cabeça como um país deste tamanho, com esta extensão territorial, o maior do mundo em terras agricultáveis, com uma grande quantidade de riquezas minerais e materiais de toda natureza, de toda espécie, com este povo numeroso e trabalhador, possa dizer que vive uma crise econômica.

Há crise social? Não, não há crise social. Os problemas econômicos e os nossos males sociais são decorrentes de uma crise que é política. Não há crise econômica, como não há crise social. O que há no Brasil — e sempre houve, há muitos anos vem acontecendo — é uma crise política. Então, não adianta buscarmos remédios econômicos para uma crise que é política, para um mal, para uma doença que é política. Por isso é que, no Brasil, muitos planos foram implementados nos últimos anos.

Apenas nesta atual legislatura, tivemos o Plano Cruzado, o Plano Verão, o Plano Arroz com Feijão, o Plano Collor I e o Plano Collor II. O Brasil já está cansado de tantos planos mirabolantes e heterodoxos, que mexem profundamente com a economia. E cada vez, ao insucesso de cada plano, o Brasil ressurge pior do que antes da crise que motivou o pacote.

Estamos buscando remédios econômicos para males que não são econômicos, nos políticos, pois a crise é política.

A situação social é dramática. Quem de nós a desconhece, meu Deus! As dificuldades sociais são dramáticas. A amostragem do IBGE de 1986 nos dá conta de que, no Brasil, 15% do número de famílias brasileiras vivem na miséria. Segundo o IBGE, famílias na miséria são aquelas que percebem de zero a um quarto do salário mínimo. Mais 20%, além desses 15%, vivem na pobreza absoluta. O que significa pobreza absoluta? São famílias que vivem com um salário que vai de um quarto até metade de um salário mínimo.

Portanto, 35% das famílias brasileiras estão na faixa da miséria ou da pobreza absoluta, totalizando 41% do número de brasileiros. Se fizermos um corte etário dessa população, vamos verificar que 54% das crianças com menos de 15 anos de idade são oriundas desses dois grupos de famílias, que vivem na pobreza absoluta ou na miséria.

Que tipo de país estamos construindo?

Isso pode ser chamado de crise social? Não, isso é uma consequência. Um país como este devia estar envergonhado de ter tanta gente vivendo na faixa da miséria ou da pobreza absoluta. Mas são dificuldades, de um lado, econômicas, com consequências sociais, mas a crise é eminentemente política. O que gera essas dificuldades econômicas? Ouço falar que é a dívida externa. Contudo, como não sou economista, não vou me aprofundar nesse tema.

Todos os dias, ouço os economistas dizerem que as dificuldades econômicas situam-se em três ou quatro pontos: a dívida interna, a dívida externa, o déficit público e, conseqüentemente, como componente dessas três dificuldades, a inflação, que ninguém consegue controlar.

Ora, se formos analisar um por um esses pontos, vamos ver que são dificuldades econômicas, mas que não configuram uma crise econômica. Se formos comparar o tamanho da nossa

dívida com o tamanho do nosso PIB, a nossa dívida externa é uma gota d'água, não representa grande coisa. O Brasil, em termos de PIB, de dívida externa, é um dos menos endividados do mundo ou pelo menos não é um dos mais endividados do mundo. É um café pequeno essa dívida externa, se comparada com o nosso PIB. Há países que têm uma dívida muito maior que a nossa, como o Japão, a Itália. Entretanto, nem dificuldades econômicas eles têm.

Em termos de orçamento primário, desde o último ano do Governo Sarney não temos déficit. Quer dizer, o orçamento tem sido superavitário. Agora, por que temos o déficit público? Por causa dos encargos das duas dívidas, a interna e a externa, e não por causa da execução fiscal do nosso orçamento. Então, são dificuldades? São dificuldades sim, mas não podem configurar uma crise econômica. O déficit público dos Estados Unidos, por ano, é uma vez e meia a nossa dívida externa total. O problema, então, não pode ser configurado como crise econômica.

A crise é política, porque tanto a dívida interna, como a externa, o déficit público e a inflação decorrem da falta de credibilidade do Governo. E esse é um problema político e não econômico.

Assim sendo, não adianta buscarmos remédios econômicos para uma doença que é política. Vamos buscar remédio político para uma doença que é eminentemente política.

Por isso a minha fé inabalável de que este Senado, aprovando, em dois turnos, a emenda à Constituição, ratificando a decisão da Câmara, será uma das mais importantes decisões políticas das últimas legislaturas. Assim, a Câmara, o Senado e o Congresso, estarão dando o primeiro passo para a busca do verdadeiro remédio, que é político, para a verdadeira crise que o Brasil vive, que é política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é hora, a meu ver, de analisarmos o mérito de cada forma ou sistema de governo. Apenas quis me aprofundar nesta questão, trazendo argumentos para a solução dessa crise política, por entender ser esse o primeiro passo para um conjunto de providências que se encaminham para o objetivo certo, que é o da ampla reforma política deste País.

Essa oportunidade que vamos dar, antecipando o plebiscito, de uma decisão racional e não emocional da população é muito importante. Realizarmos o plebiscito, como manda a Constituição, no dia 7 de setembro de 1993, já no início de uma campanha eleitoral da dimensão da que vai-se ferir em 94, será um contra senso que não tem tamanho.

É absolutamente imperdoável o Congresso omitir-se com relação à necessidade de adequar melhor a data para a realização desse plebiscito:

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ RICHÁ — Ouço o Senador Josaphat Marinho com muita honra.

O Sr. Josaphat Marinho — Quero assinalar, nobre Senador José Richá, mais do que a oportunidade, a propriedade com que V. Exª está tratando do assunto. Sendo um parlamentarista convicto, V. Exª, como vinha fazendo desde o ano de 1991, despersionaliza o debate em torno do novo regime. Poderia até dizer que, desde que presidiu aquele grupo de trabalho que elaborava uma fórmula parlamentarista, V. Exª bem procedeu, socializando o trato do parlamentarismo. E ainda agora V. Exª o faz, falando como quem estivesse preparando o regime parlamentarista. Sendo um regime de poder impessoal, sendo um regime de governo colegiado, V. Exª

esquece toda a espécie de personalismo para situar o problema em torno de questões adequadas. Isso é o que quero salientar. Confesso-lhe que, além das outras questões, de que já temos tratado, e que podem prejudicar a instituição do parlamentarismo, vêm-me preocupando, nos últimos meses, certas tendências personalistas na discussão do assunto. É preciso que o regime parlamentar, se vitorioso no plebiscito, não se institua com os vícios do personalismo, próprios do regime presidencial.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Nem com os vícios do personalismo, Senador Josaphat Marinho — e eu iria além —, nem com os vícios da prática política que, infelizmente, têm caracterizado o nosso dia-a-dia.

Por essa razão busco afirmar — e muitos parlamentaristas censuram-me por isso — que, se não houver a complementação de outras reformas políticas, será preferível não mudarmos o sistema de governo, deixarmos tudo como está!

Ou o sistema de governo virá mudado no bojo de uma ampla reforma política em que outras questões, como o sistema eleitoral, o sistema partidário, a questão administrativa,...

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex.^a diz bem: o quadro partidário.

O SR. JOSÉ RICHÁ ... e a própria administração do País tem que passar por uma reformulação. Ou não será possível adotarmos o Parlamentarismo, e o Presidente da República ver-se no dia seguinte ao da posse, ou no caso o primeiro-ministro, a braços com o seguinte problema: terá que nomear 57 mil cargos comissionados, que é a estrutura administrativa que está aí hoje. Temos que mudá-la. Quem de nós, qual o brasileiro que não elogia a estruturação administrativa das Forças Armadas, do Itamaraty, do Banco do Brasil? São instituições públicas exemplares! Exemplares! Ora por que não estendermos a todos e demais órgãos públicos essa mesma organização? Onde quem entra, entra por concurso, quem é promovido o é pelos seus próprios méritos, não depende de nenhum pistolão. Nenhum pistolão! É promovido pelos seus próprios méritos, pelos cursos que possui, pela preparação.

Um Oficial das Forças Armadas para chegar a General de 4 Estrelas, quantos cursos ele não tem que fazer? Quanto estudo?

Por isso, felizmente, o segmento Força Armadas, o segmento Itamaraty, e o segmento Banco do Brasil, em termos de nível cultural, está acima de qualquer outro segmento deste País. Por que não aproveitarmos isso?

Então, quando digo sistema de governo, falo também, em mudarmos a estrutura administrativa, organizando a máquina administrativa até ao nível de Secretário-Geral; mudarmos o sistema eleitoral adotando o Distrital Misto — e já antecipo sempre as minhas idéias, para cada um de nós já começar a refletir em cima e trazer a sua contribuição para o melhor sistema eleitoral, a melhor fórmula administrativa para o País, e a melhor forma de estruturar os partidos políticos.

Não é possível a convivência, no Parlamentarismo, com 40, 50 ou 60 partidos. Portugal e Espanha, logo depois da redemocratização, também, como no Brasil, tiveram uma enxurrada de partidos políticos. Pelo que me consta, Portugal criou 700 partidos políticos, e a Espanha cerca de 500. E agora o que acontece com a estrutura partidária da Espanha e Portugal?

Em Portugal, depois de tantos anos de uma liberalidade muito grande na organização de partidos, depois de uma bem concatenada reforma da legislação eleitoral e da legislação partidária, o povo acabou descobrindo o caminho certo de evitar a queda muito freqüente de gabinetes.

Então, há duas eleições consecutivas que o partido de Cavaco Silva tem maioria absoluta. É nisso em que vamos acabar chegando no Brasil, mas, antes, teremos que fazer uma reforma partidária para criar ...

O SR. PRESIDENTE (Mansueto de Lavor) (Fazendo soar as campainhas) — Senador José Richa, já estamos com 44 minutos além do tempo regulamentar. Existem outros oradores que querem fazer uso da palavra. Peço a V. Ex.^a que encerre o seu discurso.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Vou encerrar, mas não posso fazê-lo sem antes sanar uma injustiça que já cometi, tendo prometido, há muito tempo, um aparte ao nobre Senador Hugo Napoleão e de não me ter lembrado, até agora, de concedê-lo.

O Sr. Hugo Napoleão — Absolutamente, vou até fazer a boa intriga, porque quem assumiu a responsabilidade de ter passado o meu aparte foi o nobre Senador Ronan Tito, que insinuou que V. Ex.^a devesse — no que fez muito bem conceder ao sempre mestre Senador Josaphat Marinho. Não vou entrar no mérito quanto à forma de Estado e de governo. Eu tive oportunidade de fazê-lo exaustivamente durante a Constituinte, não apenas na Subcomissão do Poder Executivo, na Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, e até mesmo no plenário e em entrevistas diversas, inclusive através de rádio e televisão. Saiba bem V. Ex.^a que quando da emenda que apresentou à consideração dos seus pares, na Comissão incumbida de oferecer parecer sobre a matéria, ainda que tendo sido voto vencido e voto contrário, eu dei número para que ela pudesse chegar à sua conclusão. Disse a V. Ex.^a que votaria, como acabei votando duas vezes, contrariamente a antecipação. E lembro-me que, no encaminhamento da votação, só dois Senadores encaminharam contrariamente: o Líder do meu Partido, o Senador Marco Maciel e eu mesmo. Tenho uma posição presidencialista, mas não quero entrar no mérito, senão aproveitar o ensejo do brilhante pronunciamento de V. Ex.^a e comentar o documento que passei às suas mãos antes do discurso, porque acho que é oportuno. Trata-se do Requerimento nº 55, de 1992, já aprovado em 9 de junho deste ano, através do qual o Líder, Deputado Genebaldo Correia, requere a criação de uma comissão mista especial destinada a elaboração dos modelos a serem utilizados no plebiscito, sobre a forma e sistema de governo, previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Está estabelecida a comissão com duas subcomissões: uma presidencialista e outra parlamentarista, sendo que o modelo de monarquia constitucional será definido pela comissão mista especial. Depois, não apenas a comissão mas também o Congresso vão analisar os dois modelos que forem resultantes desse trabalho. Comunico a Casa, através de V. Ex.^a, que acho oportuno o exame da matéria.

O SR. JOSÉ RICHÁ — Foi muito oportuna e importante a iniciativa de V. Ex.^a. Antes do plebiscito e repito o que já disse — já tínhamos preocupação de cada grupo, tendo autonomia e devidamente prestigiado pelos demais grupos, ir organizando os modelos que julgarmos convenientes, de acordo com sua experiência, para que a população, no dia

do plebiscito, não seja chamada para votar no escuro uma coisa que não conhece, e dando, através desse gesto, uma espécie de cheque em branco ao Congresso Nacional.

O Senador Humberto Lucena disse muito bem: juridicamente não há nenhum comprometimento. Nós podemos fazer os modelos antecipadamente, o povo votar no plebiscito em função da sua preferência no modelo que bater mais com a sua sensibilidade, e depois não haver comprometimento nenhum.

Porém, o mais importante, a meu ver — e é isso que desejo que no futuro aconteça neste País —, mais importante do que o formalismo do ato jurídico que este País precisa é da certeza de que os compromissos politicamente assumidos vão ser cumpridos.

Tenho uma esperança muito grande de que a partir da mudança do sistema de governo e das outras mudanças políticas este Brasil vá ser passado a limpo, e daí para a frente nós tenhamos a oportunidade, ou pelo menos estejamos tentando através dessas mudanças políticas, de ter um outro tipo de comportamento; que o Brasil, a partir do plebiscito que vai decidir sobre forma e sistema de governo, seja um país diferente; um Brasil que se liberte dos vícios da prática política atual. Por isso é que quando falam: “Parlamentarismo com este Congresso? Ou, Parlamentarismo com esses partidos...” eu digo: não senhores, ninguém pode fazer uma idéia da prática do sistema parlamentar de governo com este cenário presidencial que aí está.

Tenho fundadas esperanças de que a partir do plebiscito vamos nos libertar dessa nossa prática política viciada, errada, paternalista, fisiológica, cartorialista e que não é privilégio apenas da elite política. Ela está tão arraigada na cultura popular, que o mesmo pecado que a elite política comete, a elite empresarial, a elite dos trabalhadores, a elite dos nossos meios de comunicação também cometem. Toda a elite brasileira está muito mal acostumada. Não somos apenas nós, os políticos, que estamos mal acostumados a essas práticas fisiológicas, cartorialistas e arcaicas de se fazer política ou de encarar o poder público. Não somos só nós, não! É toda a sociedade!

Temos que mudar essa nossa mentalidade, e o início dessa mudança são essas transformações políticas, que farão com que criemos um outro cenário na vida pública brasileira.

Muito obrigado e desculpe-me, Sr. Presidente, por ter me excedido tanto no tempo. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Richa, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. José Richa, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lavoisier Maia, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lavoisier Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna, para manifestar ao Senado e à Nação o meu mais profundo pesar pelo prematuro falecimento do Deputado Edivaldo Motta, do PMDB da Paraíba, ocorrido no último domingo, durante uma vaquejada, em Patos.

Homem público desde a mais tenra idade, iniciou ele a sua atividade parlamentar como Vereador na cidade de

Patos, em 1963, sob a legenda da ex-União Democrática Nacional. Posteriormente, passou a Deputado Estadual ainda pela União Democrática Nacional, filiando-se, posteriormente, à Arena e depois ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB. Em 1986, elegeu-se Deputado Federal pelo PMDB, e em 1990 ficou na primeira suplência, mas vinha exercendo o mandato em face de licença do Deputado Zuca Moreira, que foi convidado a integrar o secretariado do Governador Ronaldo da Cunha Lima.

O Deputado Edivaldo Motta tinha uma personalidade *sui generis*. Era um homem de temperamento brincalhão, mas de uma seriedade a toda prova. Nunca, em nenhum momento de sua longa trajetória na vida pública, ouvi qualquer comentário que pudesse significar um reparo à sua conduta. Homem honesto, deu provas sobejas da retidão do seu caráter no exercício dos mandatos que desempenhou, particularmente na Câmara dos Deputados. Tendo sido um Deputado Federal daqueles que se dedicam à assistência aos municípios que lhe dão apoio para se eleger e se reeleger. Edivaldo Motta foi um dos campeões, na Paraíba, no encaminhamento de pleitos de dezenas de Prefeitos do meu Estado, junto aos órgãos federais. S. Ex.^a pontificou ou também como um dos Deputados Federais da Paraíba que mais consignaram verbas no Orçamento da República, direcionadas para a solução de problemas de interesse geral das comunidades, como, por exemplo, obras de construção de escolas de primeiro e segundo graus, obras de construção e manutenção de postos de saúde, obras de extensão de linhas de eletrificação rural, obras de saneamento básico — abastecimento de água e rede de esgotos — e assim por diante.

Essas verbas eram liberadas por seu intermédio, na fase em que apoiou o Governo José Sarney, e não se conhece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhuma dúvida quanto à conduta do Deputado Edivaldo Motta, durante todo o seu procedimento nesse particular. Os Prefeitos que em S. Ex.^a votaram e que receberam de S. Ex.^a todo esse apoio são os primeiros a proclamar a maneira corretíssima, digna, austera, com que S. Ex.^a se houve sempre, a ponto de tomar a iniciativa de fazer denúncias contra outras pessoas que procuravam interferir nos processos de liberação de verbas porque, acima de tudo, ele tinha um compromisso: o compromisso com a honradez do seu mandato parlamentar.

Esse é o homem público que eu, neste instante, homenageio.

O Sr. José Richa — Nobre Senador, eu gostaria de lembrar a V. Ex.^a que, antes que encerre o pronunciamento, eu gostaria de apartear V. Ex.^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador. Já atenderei a V. Ex.^a

E desejo homenageá-lo não apenas como Senador mas, sobretudo, como Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, seção da Paraíba, que tinha a pessoa do Deputado Edivaldo Motta um dos companheiros e correligionários mais graduados, mais atuantes e mais prestigiados.

Era ele um homem do povo, de tal sorte que se tornou queridíssimo na sua cidade natal e em todos os municípios que o apoiavam, porque S. Ex.^a vestia a camisa do homem da rua, usava o chinelo do homem da rua. S. Ex.^a confundia com o povo, não só nas campanhas eleitorais, mas depois delas. Como Deputado, ia à sua terra natal e aos municípios que visitava e estava ali, em toda a parte, contando as suas anedotas. Era um grande amante e admirador da literatura

de cordel e, inclusive, nesse particular, deixou uma obra notável que, deve ser editada por amigos seus, em sua homenagem, porque estava na sua pele a vocação de um repentista, de um daqueles notáveis cantadores do nosso sertão. Tanto era assim que, edificou, na cidade de Patos, a sua terra natal, em homenagem aos cantadores do sertão, a Casa do Poeta.

Pois é a esse Deputado Edivaldo Motta, que desaparece numa hora de tantas perplexidades nacionais, diante de um clima de desmoralização da vida administrativa do País, que eu, neste instante, Sr. Presidente, quero prestar a minha homenagem e trazer um preito de saudade, em nome do PMDB e em nome do povo da Paraíba.

Ouçõ o aparte do nobre Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Senador Humberto Lucena, quero associar-me a essa homenagem que V. Ex^a presta à família do nosso inesquecível Edivaldo Motta nesta hora, e dizer que tanto quanto V. Ex^a estou chocado com o prematuro falecimento desse Parlamentar. Só quem não o conhecia mais na intimidade é que podia deixar de ter por ele a grande admiração que tive. Tivemos o privilégio, eu e minha mulher, de conviver com o Edivaldo, com a D. Francisca e com toda a sua família. E nesse convívio pessoal é que ficamos conhecendo verdadeiramente as pessoas. O Edivaldo Motta era muito mais do que isso que V. Ex^a tão bem, nesse rápido perfil que traçou, disse a respeito dele. Era realmente a figura de um típico político brasileiro, um homem preocupado com as suas bases. Nos dois mandatos que obteve nas urnas e que tive oportunidade de acompanhar, pude verificar que ele sempre se circunscrevia ao trabalho em quatro ou cinco municípios ao redor de Patos. Ele não estendia muito seu trabalho, porque achava que, depois de eleito, não teria condições de atender a uma região muito ampla. Então, ele se concentrava no seu distrito para poder atender, quase que pessoalmente, todos os seus eleitores. Isso é muito raro! Para mim, que sou um defensor do voto distrital, o Edivaldo Motta era o típico representante do sistema distrital de votação. Por isso, a sua tremenda identificação com a população que ele representava. E à parte isso tudo, que constitui uma característica política digna de ser mencionada e de ser realçada, ele era uma figura pessoal extraordinária! Ele sabia, por exemplo, que eu gostava — e gosto até hoje — de carne de sol. Ele sempre fazia carne de sol em sua casa e nunca deixava de me convidar. Então, tivemos a oportunidade, eu e minha família, de conviver mais intimamente com a família do Edivaldo. E ele era realmente isso tudo que V. Ex^a diz. No trato pessoal, extrovertido, educadíssimo, atencioso, uma figura extraordinária. Também lamento que uma pessoa, um político como Edivaldo Motta tenha, tão prematuramente, nos deixado. E acho que V. Ex^a tem toda razão quando diz que a Paraíba perde muito com o falecimento de Edivaldo Motta. Quero associar-me a essa homenagem que V. Ex^a presta, neste instante, à memória desse grande homem público da Paraíba.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a enfatiza muito bem, Senador José Richa, que foi uma morte prematura a sua, porque ele desapareceu aos 53 anos de idade, portanto, no verdor dos anos, se se pode dizer assim, sobretudo para quem se dedicava à política e tinha ainda pela frente um grande caminho a percorrer.

Só quero me deter mais um pouco naquele traço que considero o principal da sua personalidade, que era a sua intransigente honestidade pessoal e política.

Em Patos, durante o seu velório e o seu enterro, conversando com parentes e amigos, cheguei a tomar conhecimento de mais uma particularidade de Edivaldo Motta. Ele, cuja família tinha um patrimônio muito grande na cidade, constituído de casas, de terrenos, diminuiu muito esses bens, porque só empobreceu na política. Na política, uns aumentam o patrimônio; ele, pelo contrário, diminuiu o seu e o de sua família, para fazer face às despesas com as campanhas eleitorais de Patos e, sobretudo, quando não conseguia subvenções federais para ajudar uma Fundação beneficente, a "Fundação Miguel Mota", que mantinha escolas gratuitas e postos de saúde.

Por isso, V. Ex^a podem perceber que homem extraordinário era Edivaldo Motta, num País, como o nosso, onde esses valores morais estão desaparecendo.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Nelson Wedekin — Senador Humberto Lucena, talvez só por esse último fato a que V. Ex^a fez referência — o fato de alguém fazer política por tanto tempo e acabar perdendo patrimônio, às vezes acumulado pela família — o Deputado Edivaldo Motta já mereceria a homenagem justa que V. Ex^a faz a ele em seu nome pessoal e em nome do Partido que V. Ex^a preside na Paraíba. Quero, em nome da Liderança do PDT, alinhar-me à homenagem a esse homem público que tão prematuramente deixa a vida pública, deixa os seus amigos, mas deixa, sobretudo, um exemplo para nós todos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Hugo Napoleão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Hugo Napoleão — Eminentíssimo Líder Humberto Lucena, conheci o Deputado Edivaldo Motta por ocasião da minha investidura nas funções de Ministro de Estado da Educação. S. Ex^a costumava frequentar o Ministério para o trato de assuntos da sua Paraíba, sempre com a característica, que saltava aos olhos, de seriedade no cumprimento do dever, de honestidade de propósitos. Quando saí do Ministério, tive oportunidade de conviver com ele nas sessões plenárias do Congresso Nacional, onde sempre manifestava as características às quais fiz referência. Guardo dele uma rede, do melhor artesanato da Paraíba, que me foi ofertada por ele quando eu não era mais Ministro da Educação; deu-me como colega de Congresso Nacional. Guardo-a, portanto, com muito carinho, simbolizando o nosso relacionamento, que foi dos melhores. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a dá o seu testemunho da abnegação com que o Deputado Edivaldo Motta tratava dos interesses da Paraíba, particularmente dos municípios em que era votado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica, portanto, nestas singelas palavras, nossa exaltação à memória do Deputado Edivaldo Motta. Desejo enviar, de público, uma mensagem de renovação de pêsames à sua querida esposa, Francisca Araújo Motta, à sua filha Ilana, ao seu genro Nabor e à sua querida mãe D. Zefinha.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouçõ V. Ex^a

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminentíssimo Senador, quero associar-me às homenagens que V. Ex^a presta ao nosso companheiro, ao nosso colega de Câmara dos Deputados, Edivaldo Motta. Devo dizer-lhe que segunda-feira fui surpreendido, de maneira amarga, ao ler a notícia do infausto acontecimento que foi o seu falecimento. Éramos companheiros dos vãos das quintas-feiras à noite. Conversávamos, trocávamos idéias. Quinta-feira passada, viajamos juntos, e, não sei por que, tive a impressão de que o Deputado Edivaldo Motta estava preocupado, estava — talvez — a sentir alguma coisa, um prenúncio de que algo não estava bem. Ele fez a viagem até Salvador — trecho em que fui seu companheiro — calado, quieto, não participou muito das nossas conversas. Quando eu soube, segunda-feira, veio-me logo à mente a lembrança de que o Deputado Edivaldo, possivelmente, já naquela viagem não devia estar passando bem. Quero dizer, a exemplo de V. Ex^a e de outros, que lamento profundamente. Trata-se da perda de um filho ilustre, de um Deputado atuante, de um homem que empobreceu na vida pública — como V. Ex^a prestou testemunho neste momento — para servir à sua Paraíba.

Viveu pouco, servindo à sua Paraíba, mas viveu intensamente o amor que ele teve por sua terra. Por isso, este sergipano se associa e reverência à sua memória, nesta tarde, quando V. Ex^a vem à tribuna para falar das saudades, das virtudes, da falta que faz à Paraíba o desaparecimento de Edivaldo Motta. Era isso o que eu gostaria de acrescentar.

O SR. HUMBERTO LUCENA — As palavras de V. Ex^a sensibilizam-me profundamente, nobre Senador Francisco Rollemberg, pelo testemunho que dá do espírito fraterno que vivia em Edivaldo Motta e que fazia com que ele se relacionasse de maneira tão fácil com todas as pessoas, sobretudo com os seus colegas, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao concluir, digo que a cidade de Patos, onde nasceu o Deputado Edivaldo Motta, compareceu coletivamente ao seu sepultamento. Foi uma das homenagens póstumas mais enobrecedoras, a que eu já assisti, a um homem público. À medida que ia passando o cortejo fúnebre, a multidão, postada nas ruas ou lá dentro do Campo Santo, o aplaudia, com palmas calorosas, numa última reverência àquele que foi, acima de tudo, um servidor do povo, principalmente das suas camadas mais humildes e carentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lavoisier Maia) — Quero me associar, em meu nome pessoal e em nome da Presidência desta Casa, à justa homenagem que o Senador Humberto Lucena presta ao grande parlamentar, à grande figura humana que foi Edivaldo Motta, que tão prematuramente desapareceu.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lavoisier Maia) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pude apartar o Senador José Richa no momento em que S. Ex^a fazia a sua exposição a respeito do parlamentarismo, porque eu estava com o Embaixador do Brasil na China em meu gabinete. Acompanhei fragmentariamente o debate, o discurso,

mas não podia deixar de aproveitar a oportunidade para, ao louvar o fato de o Senador José Richa ter voltado a esse tema com tanta energia e tão apropriadamente, porque o momento é agora, o Senado está prestes a deliberar sobre a questão da antecipação do plebiscito, lembrar algo mais, e agradecer ao Senador Richa, porque ele próprio teve essa lembrança em conversa comigo.

No sistema parlamentarista, nós não teríamos comissão parlamentar de inquérito. As comissões de inquérito, hoje, ocupam um tempo enorme do Congresso, que se transformou, independentemente de sua vontade, em quase força de fiscalização policial. Nós hoje temos uma pauta magra aqui, no Congresso, mas certamente os jornais estão cheios de notícias das CPI. Nós, ontem, não pudemos nem sequer encaminhar as urgências relativas a projetos importantes da reforma agrária, dos portos, porque há uma sensação, aqui no Senado, de que vamos ver as coisas devagar. Há uma desconfiança generalizada. Certamente o Senado vai encarar os projetos chamados modernizadores com o interesse necessário, e longe de nós querer, pelo menos a maioria de nós, é o PSDB, em particular, obstruir seja a reforma agrária, que obviamente nós não a obstruiremos, seja a modernização necessária aos portos. Nós queremos simplesmente algum tempo para examinar a matéria. E esse tempo fica dividido com comissões de inquérito.

No parlamentarismo, isso não ocorre, porque praticamente o Governo está prestando contas ao Plenário, e já teria caído, vamos ser francos; já teria caído o Governo, há muito tempo, se o sistema fosse parlamentarista. Pode voltar depois, se mostrar bom comportamento, mas já teria caído.

Mas, no caso, o nosso presidencialismo deturpado levamos a uma certa paralisia do processo decisório, o que me causa medo. Em 1964 houve isso. Wanderley Guilherme dos Santos, que é um sociólogo, mostrou como o Congresso foi parando de decidir. Por sorte, o nosso não parou de decidir. Até pelo contrário, parece que ele sentiu a sua enorme responsabilidade e decidiu até depressa, na Câmara, e o Senado fará o mesmo, em poucos dias mais. Mas o Governo, realmente, ficou paralisado e resolveu sair dessa paralisia, o que me preocupa muito, por uma tática extremamente arriscada.

Que Deus nos livre e guarde do tempo do General Médici. Os projetos de impacto daquela época estavam no contexto de uma sociedade silenciosa. A nossa é barulhenta. Estive na SBPC, semana passada, e pude ver de perto o barulho. Pode se ver de perto o barulho quando se sai daqui, do que chamam "Ilha da Fantasia", que é Brasília, e se começa a ouvir os ecos da campanha eleitoral. O primeiro debate dos candidatos à Prefeitura de São Paulo foi quase todo ele sobre o plano nacional. E sobre um tema importante: A ética na política. Isso vai incendiar o País, no bom sentido, não no mau sentido. Vai se cobrar cada vez mais um comportamento de decência dos partidos, dos políticos. Isso vai tomar conta da campanha eleitoral, dentro em breve.

Mas o Governo não faz projetos de impacto, eu dizia, como se fazia antes, numa sociedade que estava adormecida; a nossa não está adormecida. Há uma certa defasagem, um certo descompasso entre a estratégia adotada pelo Governo e a reação da sociedade.

Vi agora, com extrema preocupação, uma nota do Presidente da República. A minha primeira reação foi dizer: Não deve ser dele. Mas a letra é dele. Por que achei que não deve ser de Sua Excelência? Porque o Presidente da República é um homem que tem muitas qualidades, entende muita coisa

importante. Inclusive me pareceu ter entendido que o seu relacionamento com o Congresso tinha que ser um relacionamento de outra natureza, depois do primeiro ano de tantos conflitos com o Congresso. Entendi que, na mudança do Ministério, o Presidente tinha percebido a importância do Congresso e tinha querido mudar o rumo. Alguns dos nossos antigos companheiros, como o ex-Senador Jorge Bornhausen, só foram para o Governo, tenho certeza, no pressuposto de que haveria esse bom entendimento. O próprio Senador Jorge Bornhausen disse isso expressamente. E foi para mudar que esse novo Ministério foi composto. Imagino o incômodo que sentem eles — e até fico aliviado, porque podia eu também sentir esse mesmo incômodo, não fosse a nossa decisão de não participar do Governo. Mas entendo as razões que levaram alguns ao Governo. Seriam as mesmas que nós teríamos levado ao Governo: mudar.

Agora, como é que muda, quando vejo um bilhete do Presidente, que me lembrou Jânio Quadros, que usava essas mesmas técnicas? Só que aquele terminou renunciando. Não sei se esse; acho que não. Diz assim:

"Pedro Luiz:

Estou preocupado com o estado de saúde da Ana, sobretudo depois da violência cometida contra ela, ao forçarem seu depoimento no instante em que convalesce de um parto delicado. Pelo relato feito a mim, foi uma desumanidade para com a mãe e a mulher. Rogo a Deus pela recuperação de suas condições físicas e emocionais."

Nós todos rogamos.

"Afinal, nem ela nem ninguém, em sua situação, merece esse tratamento."

Ora, a opinião pública vai pensar que o Congresso, a CPI, foi lá para atazanar uma pobre senhora que tinha dado à luz em condições precárias. Não sou membro da CPI, mas imagino que o Presidente da CPI é o responsável. O responsável por esse ato de desumanidade é o Deputado Benito Gama. Mas duvido que S. Ex^a tenha feito uma desumanidade. Além do mais, S. Ex^a pertence ao PFL. É homem do Governo. Não faria isso por razões políticas. E certamente não faria por razão também de um tratamento normal, correto. A Sr^a Ana Acioli estava em uma casa retirada, uma casa em São Paulo, convalescendo, efetivamente, de um parto delicado, pelo que tudo indica. Mas ela voltou ao hospital somente para que houvesse maior cuidado com ela. E foi ouvida por dois membros da CPI, o Presidente, Deputado Benito Gama, e o Relator, Senador Amir Lando. Isso não constitui desumanidade, me parece.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Senador.

O Sr. Humberto Lucena — Estou tão atarrecido quanto V. Ex^a com a divulgação de mais esse bilhete do Senhor Presidente da República. Não tratei do assunto porque estava, há poucos momentos, na tribuna, fazendo uma homenagem póstuma a um companheiro da Paraíba que faleceu prematuramente. Mas acho que V. Ex^a trata oportunamente do assunto, porque ele tem muito a ver com o funcionamento institucional do Congresso Nacional. Ainda há pouco, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, quando eu vinha da minha residência para o Senado Federal, tive a oportunidade de

ouvir, pela Rádio Globo, a transmissão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e, particularmente, a palavra candente do Senador Mário Covas. S. Ex^a protestava contra essa manifestação do Senhor Presidente da República e exigia da CPI uma nota de desagravo, perante a opinião pública e, com isso, para preservação da imagem do Congresso Nacional, que tem sido tão atingida ao longo do tempo, como sabe V. Ex^a. Pode sentir, nas palavras do Senador Mário Covas, justamente a revolta pela injustiça, e até pela injúria que o Senhor Presidente da República cometia contra a CPI, ao acusá-la de violência contra a Sr^a Ana Acioli, por ocasião da audiência que teve que fazer no Instituto do Coração perante os seus médicos assistentes, os seus advogados e, sobretudo, perante o Presidente e o Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. Segundo o Senador Mário Covas, os demais membros, inclusive ele próprio, anuíram em deixar na sala somente os dois membros mais graduados da Comissão, tendo em vista ser o espaço pequeno e para evitar que houvesse problema que pudessem afetar o estado de saúde da Sr^a Ana Acioli. O Senador Mário Covas fez essa intervenção na Comissão Parlamentar de Inquérito, e acredito que a CPI, a esta altura, deva estar divulgando nota nesse sentido, porque é seu dever indeclinável. Ao concluir o meu aparte, quero dizer a V. Ex^a que acho profundamente deplorável que o Senhor Presidente da República não só emita esse bilhete agravando a CPI, e, portanto, o Congresso Nacional, como, sobretudo, tome a iniciativa de interferir...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Abertamente.

O Sr. Humberto Lucena — Abertamente, do alto das duas funções, no processo de apuração das denúncias do seu irmão Pedro Collor de Mello que está sendo conduzido pelo Congresso Nacional por intermédio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Se V. Ex^a me permite, o Presidente foi o primeiro a achar que a Sr^a Ana Acioli deveria ser investigada, tanto que, embora ela já estivesse afastada por motivo de gravidez, Sua Excelência expediu uma nota, licenciando-a para que ela ficasse mais à vontade no depoimento. Foi Sua Excelência quem praticamente induziu a CPI a ouvir a Sr^a Ana Acioli.

O Sr. Humberto Lucena — Exatamente. Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, para terminar, essa interferência inoportuna e indébita do Senhor Presidente da República vem ao encontro daquela colocação que fiz recentemente no meu último pronunciamento, na semana passada, a respeito da CPI, quando lembrei que seria muito bom, prudente e, sobretudo, éticos que Sua Excelência tirasse uma licença de trinta ou sessenta dias, para que os inquéritos pudessem se desenvolver longe de qualquer constrangimento. Veja V. Ex^a como eu tinha razão. Porque, agora, no momento em que a CPI continua os seus trabalhos, vai ao Incor tomar o depoimento da secretária do Presidente, que é, hoje, uma testemunha-chave em todo esse processo, Sua Excelência intervém no processo dessa maneira, tentando constranger os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e o próprio Congresso Nacional. V. Ex^a tem o meu apoio na sua intervenção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Nobre Senador Humberto Lucena, agradeço o aparte de V. Ex^a.

De fato, eu não tinha mencionado o aspecto que V. Ex^a salientou, de que houve uma interferência indébita, um cons-

trangimento sobre a Comissão. Naturalmente, a Comissão vai prosseguir os seus trabalhos sem se preocupar com bilhetinhos, mas isso tem um efeito emocional. Com isso, na verdade, o Presidente está tratando de ganhar a opinião pública. Acho que é legítimo que cada político ganhe a opinião pública; mas é preciso que também não deixe de atender aos reclamos da opinião pública organizada — no caso, que a CPI apure. O Presidente poderia ter poupado a Sr^a Ana Acioli desse constrangimento; era só ter publicado o modo pelo qual suas contas são pagas, e ela imediatamente estaria liberada. Se foi o Cláudio Vieira, está perfeito. É só mostrar como ele pagava e quem lhe dava o dinheiro.

Ouçõ o Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Senador Fernando Henrique Cardoso, não tenho nada a acrescentar ao mérito da questão que V. Ex^a está trazendo, porque já ficou evidenciado, e inclusive complementado pelo aparte do Senador Humberto Lucena, que não houve nenhuma violência da CPI; pelo contrário, apenas duas pessoas, a conselho dos médicos, foram autorizadas a entrar para colher o depoimento dessa senhora. E pelo próprio Código Penal, como alguns juristas já estão aqui dizendo há muito tempo, até os moribundos podem, em determinadas circunstâncias, prestar depoimento, não há nenhum tipo de problema nisso. V. Ex^a diz muito bem: bastava o Presidente explicar como eram pagas suas contas e talvez nem precisássemos ouvir a D. Ana Acioli. Por que a CPI, embora com apenas dois membros, fez questão de ouvir rapidamente? Porque o Congresso, de um modo geral, e a CPI, de um modo especial, quer terminar isso o quanto antes, porque há um clamor nacional para que esta questão não continue se arrastando por muito tempo. Na verdade — e V. Ex^a, no início do seu discurso, ressaltou muito bem — o Congresso está paralisado praticamente, o País está paralisado, não há investimentos; todos estão aguardando os resultados dessa CPI. Ela tem que continuar, agir muito rapidamente e concluir os seus trabalhos.

OSR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Principalmente na parte européia.

O Sr. José Richa — Enviar para a Justiça. Não vejo mal nenhum nisso. V. Ex^a acentuou muito bem que os dois Parlamentares que foram colher o depoimento de D. Ana Acioli são duas figuras educadíssimas — quem está acostumado, como nós aqui, com o trato pessoal com elas sabe disso. O Deputado Benito Gama, além do trato pessoal extremamente simpático, tranquilo, calmo, educado, é membro do Partido que dá sustentação política ao Governo. Então, jamais seria sua intenção ir lá colher, num momento emocional, o depoimento de alguém que está convalescendo de um problema delicado de saúde. E o Senador Amir Lando também: todos nós que convivemos com ele diariamente sabemos como é delicado no trato pessoal. Então, não há nenhum mal nisso. Agora, o Presidente poderia ter aliviado sua secretária, se explicasse adequadamente a origem dos recursos com que o Sr. Cláudio Vieira disse que municiava a conta de D. Ana Acioli para pagar as contas pessoais do Presidente. Bastava isso. Mas a questão não está aí, Senador. Precisamos entender de uma vez por todas — e aqui não fala o fanático parlamentarista — que, no presidencialismo, é assim mesmo: toda crise política acaba se transformando em crise institucional. Por quê? Porque a essência do presidencialismo é o conflito entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, enquanto que a essência do sistema parlamentarista é exatamente o contrá-

rio: é a solidariedade entre o Executivo e o Legislativo, porque a sorte de um depende do êxito e da eficácia do outro. As crises acabam se transformando de crises políticas em crises institucionais exatamente por isso: porque vão se exacerbando os conflitos e, numa hora de crise então, exacerba-se muito mais o conflito. O Senador Mário Covas tem razão quando fez referência a isso no seu discurso ou num aparte a um discurso. O Presidente Collor nunca teve uma bala só; Sua Excelência tem muitas, sendo que a última sempre foi reservada ao Congresso. Temos que ter consciência disso, porque não é a primeira vez. A história está-se repetindo. Todos os presidentes da República que se sentiram acudados dirigiram a última bala ao Congresso. Exatamente porque aí Sua Excelência tem condições de se sair bem; porque só o Congresso Nacional, como um Poder do mesmo nível do que Sua Excelência chefia, tem condições de apurar devidamente a questão.

A crise política que se instaurou a partir das apurações de denúncias contra membros do Governo acaba-se transformando em crise institucional por isso. Na medida em que o Congresso avança e quanto mais acudado o Poder Executivo se sente, mais o Presidente irá se voltar ao Poder Legislativo, pois o temperamento enfrentador, polêmico, de confronto do Presidente Collor faz parte do seu estilo. Não resta a menor dúvida de que, daqui para frente, o conflito será pior, razão pela qual entendo que essa CPI deva encerrar rapidamente os seus trabalhos. Todos devemos ter consciência, assim como a opinião pública, de que devemos prestigiá-la.

V. Ex^a tem razão ao dizer que se o parlamentarismo fosse o sistema de governo em vigor, não teríamos CPI. Já imaginaram quanto tempo estaríamos ganhando discutindo os reais e convenientes problemas do Brasil se tivéssemos, todo esse tempo, dedicado às comissões de inquérito, concentrados na discussão e na solução dos problemas nacionais? Um exemplo disto é o reajuste fiscal. Há uma consciência nacional da sua necessidade. O Executivo fala nisso há dois anos e, até hoje, não chegou o projeto. Se o tempo do Congresso não fosse desperdiçado na CPI, também estaria aqui discutindo e talvez, antecipando-se ao Executivo, propondo um projeto de reajuste fiscal. Queira V. Ex^a desculpar a minha insistência, mas até para a crise que está aí a solução é parlamentarismo no Brasil.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Estou desconfiado de que o Presidente Collor tem uma aliança secreta com o Senador José Richa, diante dos inúmeros exemplos favoráveis ao parlamentarismo. Realmente, o Senador José Richa consegue tirar leite de pedra. Essa nota foi feita para ajudar o parlamentarismo.

Brincadeira à parte, V. Ex^a tem razão. Nas condições atuais, o único sistema presidencialista que tem funcionado relativamente a contento é o americano, que, como os tratadistas chamam, é congressional. Não é propriamente um sistema presidencialista clássico, é congressional. Fora disso, a tendência ao choque é inerente ao sistema. No desespero, efetivamente é mais fácil que os presidentes reservem o último tiro para o Congresso do que a si próprios. Só os que têm um alto sentido da história, como Getúlio Vargas, terminaram por utilizar a bala no coração dele próprio. Em geral, fazem um "fujimorismo" qualquer.

No Brasil, não há risco do "fujimorismo" porque não existem as outras condições necessárias para isso. Embora veja com preocupação esses apelos diretos do Presidente à massa, esta está calejada. Com a situação econômica atual, dificilmente a massa presta atenção — não digo nem ao presi-

dente — a qualquer líder político. A massa está mais preocupada com a sua sobrevivência e vendo, com muita tristeza, que, ao invés de tomarmos as decisões necessárias a minorar seus sofrimentos, estamos tendo que tomar decisões necessárias a restabelecer a moral pública.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Nelson Wedekin — Hoje participei da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e apenas quero confirmar, como testemunha, as informações que foram aqui passadas pelo Senador Humberto Lucena. A Srª Ana Acioli não foi ouvida no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito, portanto, não no Congresso Nacional, porque todos respeitam a sua condição de paciente e convalescente. Nem sequer foi ouvida na casa onde se encontra, mas no Instituto do Coração, para que não houvesse nenhum risco de um agravamento possível de sua saúde. Antes mesmo de ser ouvida, os membros da comissão — o Presidente Benito Gama, o Relator Amir Lando e mais seis Deputados e Senadores — consultaram os seus médicos — um cardiologista e um hematologista — que disseram, com toda a clareza, que ela poderia perfeitamente depor sem nenhum risco para a sua saúde. Mais do que isso, o depoimento, depois da decisão de que apenas o Presidente e o Relator a ouviriam, foi assistido por dois advogados de D. Ana Acioli e também pelos dois médicos. Durante todo o tempo, a saúde, a pressão, enfim, os outros dados da condição de saúde da D. Ana Acioli foram devidamente controlados. Não houve, portanto, nenhuma violência. Não houve nenhum ato de desumanidade. Ao contrário, no mínimo, um dos médicos afirmou que, para a condição de saúde dela, aquilo se constituiria num alívio, num escoadouro capaz até mesmo de melhorar a sua saúde.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — No caso então, o Presidente é o algoz, porque não deseja que ela tenha esse alívio.

O Sr. Nelson Wedekin — Não tenho dúvida nenhuma sobre isso, Senador. Gostaria também de colocar que hoje já conhecemos o conteúdo do depoimento de D. Ana Acioli, segundo que não há nenhum comprometimento maior do governo. Portanto, o Presidente da República está fazendo uma espécie de tempestade em copo d'água, o que vai colocar a Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de elaborar, como deve fazer, uma nota para esclarecer a população, para não ficar a CPI, o próprio Congresso e nós todos, de algum modo, na condição de pessoas desumanas, de pessoas que cometem violência contra pessoas doentes. De tudo isso, o grave é realmente o bilhete do Presidente da República. Pelo menos de sexta-feira para cá, Sua Excelência demonstra sinais inquietantes da sua própria inquietação. Uma, quando classifica o sindicato do golpe — ou sei lá quem — como uma espécie de pocilga, expressão que Sua Excelência próprio usou. Num segundo momento, no domingo, nos seus gestos mais ou menos típicos, diz: "Dá-lhe Collor!". Comportamento esse um tanto, a meu juízo, desequilibrado. Quer dizer, o Presidente da República deveria estar, sem dúvida nenhuma, ouvindo esse clamor da Nação a que se referiu o Senador José Richa, que quer a verdade, a justiça, a punição dos culpados e responsáveis. Nação essa que, na sua grande maioria, não faz nenhum prejulgamento, mas que quer que os fatos sejam definitivamente apurados. Por isso, cumprimento

V. Exª, que levanta essas questões, com os respectivos apartes, e o faz, creio, em nome das nossas Casas, do Congresso Nacional, das nossas instituições.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Nelson Wedekin, agradeço a V. Exª os esclarecimentos prestados e o apoio que dá ao meu protesto.

Queria aproveitar o ensejo do que diz V. Exª para recordar que, até hoje, nenhum líder partidário, nenhum presidente de partido, mas nenhum mesmo, foi à tribuna do Senado ou da Câmara para pedir outra coisa a não ser isenção. Nada, ninguém. Houve, sim, declarações sobre renúncia, sobre impeachment, mas não nossa, não dos que conduzem os partidos. Isso é extraordinária. Quando vejo certas comparações, como o famoso sindicato do golpe, é patético.

Em 1964, a situação era outra, havia uma tremenda cisão no País, luta de classes, movimento social, luta política, alternativas políticas prestes a ocuparem o poder, diretrizes novas para o País, combate de idéias; agora, não há nada disso.

Quando se vai discutir aqui um projeto modernizador, o conjunto das forças políticas apóia. Esse projeto dos portos veio da Câmara com o apoio do conjunto das forças políticas. Votaram todos, com exceção do PT e PDT por algum detalhe. A alguns outros, com o da isonomia, e reforma Agrária o apoio é global. global. Então, não existe isso e ninguém está utilizando politicamente o episódio para tirar vantagem. Ao contrário, o que o País pede é um outro tipo de comportamento, é o comportamento de que não se faça isso. O que o País pede é clareza.

Ontem, assisti a uma parte do depoimento do motorista da Srª Ana Acioli, Sr. Eriberto França, no Programa Jó Soares, e fiquei profundamente impressionado com a simplicidade, a firmeza e a tranqüilidade dele. Não houve demagogia alguma. Aquilo é que sensibiliza. Hoje sensibiliza quem é direto, e o Congresso está sentido isso e não está transformando esse episódio num episódio de exploração política.

O Sr. Hugo Napoleão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Hugo Napoleão — Eminente Líder Fernando Henrique Cardoso, V. Exª me permitirá contar uma pequena história, simples história, muito narrada no Nordeste. Um filho foi estudar numa cidade distante dos pais e, em precisando de recursos, passou um telegrama, pedindo-os. O pai, irritado e agressivo, virou-se para a mãe e disse: "Olha que absurdo! Papai, mande-me dinheiro! Ele precisa me respeitar! Ele não manda em mim!" A mãe, pegou o telegrama e disse: "Eu vou ler, talvez você não tenha lido bem. Ele diz assim — afirma ela, com a voz suave e meiga: Papai, mande-me dinheiro."

Então, V. Exª há de me permitir que eu tenha uma leitura ótica do documento do Presidente um pouco diferente das já expendidas pelos meus nobres e estimados Pares. Acho apenas que Sua Excelência demonstrou um sentimento de afeto que tem pela sua secretária, de amizade, e que Sua Excelência tem, como qualquer cidadão, o direito de expressar aquilo que pensa. Sua Excelência formulou apenas uma questão, julgando da inoportunidade da tomada do depoimento. Mais nada! Só isso!

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Hugo Napoleão, V. Exª deve conhecer até melhor do que eu da generosidade do coração do Presidente. E V. Exª leu

o bilhete com o olhar de mãe. Eu não vou ler com o olhar de pai. (Riso.)

Mas, de qualquer forma, acho que num ponto o Presidente, apesar da generosidade e do afeto que possa e deva demonstrar pela sua secretária, há um ponto que foi mencionado pelo Senador Lucena, e que vai além disso. É que o Presidente da República critica a CPI e interfere na sua ação. Sua Excelência podia até lamentar tudo isso com o coração grande, mas não podia, como Chefe de Estado, externar uma opinião crítica sobre outro Poder que está investigando a sua secretária, e o está fazendo a partir de um gesto do próprio Presidente, que disse que queria tudo investigado até o fim — repito — colocou a secretária em disponibilidade, ela foi afastada pela Secretaria-Geral do Palácio para ser investigada, ela, naquele momento, estava grávida.

De modo que não há nada a estranhar. O sentimento de afeto, acho respeitável. Aí, acho que a sua leitura nordestina é brasileira. Nós todos sentimos esse mesmo sentimento de afeto. E acho até que o Presidente devia ter sido mais afetuoso com a secretária. Repito: já devia ter dado as informações necessárias sobre quem paga as contas de Sua Excelência, para tirá-la da discussão.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Fernando Henrique Cardoso, também quero cumprimentá-lo por estar avaliando criticamente o bilhete do Presidente da República em que, de maneira tão agressiva, ataca o procedimento isento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que ontem, com muita responsabilidade, pelo relato feito hoje pelo Presidente Benito Gama, pelo Relator Amir Lando e pelos componentes, especialmente daqueles que lá estiveram — e me refiro, inclusive, ao que disse o Senador Mário Covas, há pouco, ao referir-se às palavras do Senador Odacir Soares, que colocou, com muita clareza, o cuidado que os membros da CPI, que lá estiveram ontem, tiveram para com a saúde da Sr^a Ana Acioli — tiveram o cuidado de perguntar aos médicos se ela estava em condições de dar o seu depoimento. Ouviram dos médicos responsáveis que seria até melhor que ela o fizesse, até para que a sua angústia, a sua ansiedade diminuíssem. A preocupação que havia assobrado a Sr^a Ana Acioli era justamente o fato de ela estar por depor, uma vez que estava sendo chamada. O Presidente da República, este, sim — conforme salientou o Senador Antônio Mariz — pediu, logo após o parto, há quinze dias, que ela assinasse uma declaração — que até está por ser esclarecida se ela assinou aquela declaração ainda com o papel em branco ou se com tudo já formulado, até com seu nome datilografado — e isso tudo deve ser esclarecido. Acredito até que tenha sido esta uma das questões que o Senador Amir Lando, Relator, fez. O Presidente da República não pode estar em ataques contra a CPI, porque, desta maneira, Sua Excelência acaba contradizendo a sua própria atitude de possibilitar, de viabilizar a CPI em tudo aquilo que se faz necessário para a apuração isenta. Hoje, a **Folha de S. Paulo** dá a informação de que o Vice-Presidente, Itamar Franco, promete dar todo o apoio à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Vai ajudar as investigações, na sua próxima interinidade, a partir de terça-feira próxima, quando está prevista a ida do Presidente Collor à Espanha. Na verdade, não há senão que cumprir o dever parlamentar, seja o Presidente Fernando Collor, seja o Vice-Presidente

Itamar Franco, há que cumprir a sua obrigação constitucional de facilitar o trabalho da CPI, sem qualquer óbice. E a crítica do Presidente da República à CPI constitui uma maneira de tentar intimidar, limitar o trabalho que a comissão precisa realizar. Não estamos sabendo, até o presente instante, se conseguiremos ouvir, depois de amanhã, os Srs. Ironildes Teixeira e Guy de Long-Champs que, pelo jeito, estão colocando dificuldades e ainda não confirmaram a sua presença, embora convocados para depor na CPI. Então, tipicamente, mais uma dificuldade que se coloca no caminho da CPI. Mas é necessário pensar-se o seguinte: na medida em que as pessoas que estão sendo objetos de apuração da CPI, por suas responsabilidades, cometeram ilícitos penais, crimes, nós, membros da CPI, temos que levar em conta essas dificuldades, porque as pessoas não virão aqui para dizer: eu roubei, eu matei, fiz isso ou aquilo. O Juiz Giovanni Falconi, que acabou sendo morto pela máfia por prender mais de 300 membros dessa organização, obviamente não conseguiu que eles chegassem perante a justiça e dissessem tudo o que tinham feito. Foi a partir de um trabalho longo, paciente, de coleta de informações que se chegou a evidências comprobatórias. Nós, membros do Congresso Nacional e da CPI PC, temos que levar em conta que há barreiras, que elas estarão existindo, no sentido de tentar dificultar nosso trabalho, e que, mesmo assim, teremos que realizá-lo com responsabilidade e isenção. Meus cumprimentos a V. Ex^a

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Agradeço a V. Ex^a Creio que a expressão final do seu aparte é a expressão de todos nós. Os trabalhos têm que prosseguir com toda a persistência, tranqüilidade e firmeza necessárias, a despeito dessas tentativas de se criar um clima negativo.

O Sr. Mário Covas — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço o aparte do nobre Senador Mário Covas.

O Sr. Mário Covas — Tomo a liberdade de invadir o seu discurso...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. Ex^a sabe que aqui o terreno é aberto, todos invadem tudo e eu também.

O Sr. Mário Covas — Sou protagonista desse episódio. Há algumas coisas que nem todos e a opinião pública, muito menos, sabem. A D. Ana não está no hospital, ela está em uma casa, numa casa em Alphaville: uma casa de pessoas amigas que a acolheram lá, e está sendo bem tratada. Não está no hospital. A situação dela não demanda hospital, nesse momento. Todavia, quando a CPI pretendeu ouvi-la, comunicou-se com os dois médicos que a tratam. E os médicos sugeriram que a audiência fosse feita ontem, exatamente porque ontem ela iria ser chamada ao Incor, e este seria o local ideal para ela prestar esse depoimento com assistência médica, inclusive. De forma que, a escolha da data, a escolha do local, a assistência de natureza médica não foi iniciativa da CPI. O laudo apresentado pelos médicos foi submetido, aqui, aos médicos do Senado Federal, que concordaram com a mesma coisa. A CPI — e isso foi votado na CPI. E, quando foi votado, não houve voz discordante. O Presidente houve por bem designar apenas oito membros da CPI para ir a São Paulo. Tanto quanto possível, um de cada partido diferente. Eles tiveram, creio eu, bancadas equilibradas: quatro Deputados e quatro Senadores. Pois bem, ao chegarmos lá, nós

nos reunimos primeiramente com os médicos, que nos disseram as eventuais dificuldades que ela poderia ter durante o depoimento. Uma delas seria a alternância da pressão, a outra seria eventualmente instantes de choro, de nervosismos em face das circunstâncias, mas que eles permaneceriam durante todo o tempo ao lado dela, controlando isso, e que, portanto, a qualquer momento que houvesse algum tipo de agravamento, eles imediatamente pediriam para suspender. Isso foi feito ainda antes de nós nos encontrarmos com a D. Ana. Um ou dois membros da comissão insistiram com os médicos sobre a inconveniência de ela fazer o depoimento, e os médicos chegaram ao ponto de dizer: "Não, o melhor dia de fazer é hoje. Ela está com problema de úlcera nervosa, e essa expectativa de depor é um fato que contribui negativamente. Portanto, quanto antes ela fizer isso, melhor. É até melhor que ela faça seguidamente, com a comissão e com a Polícia Federal" — onde, eu creio, ela deve estar depondo hoje, e lembro que a Polícia Federal é um órgão sob o comando do Presidente da República. A CPI não é, mas a Polícia Federal o é. Pois bem, em seguida, subimos todos e fomos ao quarto onde ela estava. Foi o primeiro instante em que nós nos encontramos com ela. Havia em sua companhia dois advogados, os dois médicos, uma acompanhante. Fui eu até que, quando chegamos, naquele contato inicial de um certo constrangimento, evidentemente, tomei a iniciativa de fazer — acho que abusando da idade — o que me pareceu um gesto carinhoso: perguntei a ela como é que ia o filhinho. Ela me disse que ia bem. Em seguida, eu disse: mas o pessoal lá de perto está reclamando que ele chora muito alto etc. Ela respondeu e, em seguida, chorou. Nós nos retiramos da sala espontaneamente. Nem os advogados, nem os médicos nos pediram, e nem ela. A única coisa que ela fez, perguntada pelo Presidente da comissão se preferia não fazer o depoimento com a imprensa presente, foi dizer que preferia não fazer. Nós fomos a outra sala e decidimos, sem interferência de ninguém, que apenas o Presidente e o Relator iriam. Nós seis ficaríamos de fora, para não criar um ambiente onde parecesse que a opressão física estivesse presente em detrimento dela. Todo o depoimento foi feito apenas perante o Presidente da comissão, o Relator, os dois advogados dela, os dois médicos que a acompanharam permanentemente e os técnicos para a gravação, além da senhora que lhe faz companhia. Todo o tempo foi assim. E parece que deu certo, porque durante o depoimento ela não voltou sequer a chorar. A gravação do depoimento vai ser reproduzida agora na comissão. De forma que, ao final do depoimento, como a imprensa estava muito ávida de notícias lá embaixo, o Presidente e o Relator foram rápidos ao dar a notícia. Eu me lembro até que quando um veio me entrevistar, eu disse: "Olha, eu vou para casa assistir o jornal da televisão", porque o Presidente e o Relator nem tiveram tempo de falar conosco, eles foram direto à imprensa. Dessa maneira se processou a coisa. E eu fico profundamente admirado quando vejo o Presidente dizer que "pelo relato feito a mim..." Alguém lhe fez um relato. Quem teria sido? Os dois advogados? Não, os advogados são dela e não do Presidente. Os dois médicos? Não, os médicos estavam tratando dela. O Presidente da comissão? Era até natural, mas o Presidente da comissão, ao chegar aqui, fez um relato completamente diferente desse. O Relator? Mas S. Ex.^a também fez um relato diferente desse. Portanto, quem teria relatado ao Presidente esse fato? Nenhuma das pessoas que estavam lá diziam a mesma coisa. E aí o Presidente da República comete essa heresia: julga o compor-

tamento ético-moral dos membros da comissão, acusando-nos de selvagens, de pessoas que desrespeitam o estado emocional de uma pessoa e que não são capazes de atentar para o que elas estão sofrendo. Dizem-nos: "Sobretudo, estou preocupado com o estado de saúde da Ana". Espero que essa preocupação não tenha começado com esse bilhete. Nem sei se o Presidente visitou a sua secretária antes; mas, de qualquer maneira, a partir deste instante, de repente isso lhe chamou a atenção e o fez lembrar-se do fato, mas continua.

"Sobretudo, depois da violência cometida contra ela, ao forçarem seu depoimento no instante em que convalesce de um parto delicado.

Pelo relato feito a mim, foi uma desumanidade para com a mãe e a mulher!

Rogo a Deus pela recuperação de suas condições físicas e emocionais. Afinal, nem ela, nem ninguém em sua situação, merece esse tratamento".

Este bilhete é datado do dia 15 de julho, hoje, referindo-se, portanto, aos acontecimentos de ontem. A Comissão agiu com inteireza. Aliás, não há razão para ser diferente. A Comissão tem uma Direção e uma Relatoria que se têm comportado com muita grandeza e com muita dignidade, e todos nós, afinal, somos pessoas humanas, temos filhas, temos irmãs. Nenhum de nós teria interesse em "cometer violência" nenhuma. Mas entendo isso, entendo que agora se venha com essa conversa para que, no instante em que sejamos obrigados a explicar isso aqui, se coloque na defesa. No instante em que sejamos obrigados a analisar esse fato, deixemos de analisar os fatos fundamentais, que são aqueles que efetivamente estão ocorrendo. Essa técnica, o Presidente inaugurou quando apareceu na televisão, quando passou para o ataque e, portanto, deu sinal de como as coisas se produziram daí para frente. Menos em meu nome, Sr. Senador, mas em nome das pessoas que estão na Comissão, daqueles que foram a São Paulo, devo dizer que não houve um deslize de natureza ética, uma violência de natureza humana. É inimaginável que se fosse capaz de proceder dessa forma. E, por outro lado, repilo de forma mais veemente a afirmativa feita pelo Presidente da República. Sua Excelência não tem direito de julgar o comportamento dessa Comissão; mas, se nos julga, dá-nos o direito de julgá-lo. Se a Dona Ana padece hoje de um grande problema é porque ela tem uma conta e tem que dar conta de como aquela conta se enchia. E isso é menos culpa dela — aliás, nenhuma culpa dela — do que culpa do Presidente da República.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Mário Covas, os esclarecimentos de V. Ex.^a se juntam a outros esclarecimentos que procuramos prestar aqui, tanto eu quanto outros Senadores que me apartearam.

E, com relação ao comportamento da CPI, acho que não há uma voz neste Senado que discrepe. A CPI agiu com a maior correção e isenção. Pode haver discrepância quanto ao julgamento do significado desse bilhete. Acredito que a maioria vê claramente o que esse bilhete significa. Significa o que disse o Senador Mário Covas, significa uma tentativa de passar para o ataque, para evitar que se discuta a questão central, que é a defesa.

Eu disse aqui — a maior parte dos Srs. Senadores chegou depois — que era muito simples a defesa da Sr.^a Ana Acioli: era só o Presidente da República mostrar ao País os documentos que confirmam o que disse na televisão: "Quem paga

as minhas contas é o Sr. Cláudio Vieira". Pronto, o assunto se encerraria e a Dona Ana Acioli ficaria na paz do deuses.

O Sr. Senador Divaldo Suruagy — Permite-me V. Exª uma aparte, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Ouço V. Exª, com muito prazer, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Exª colocou, nesses últimos argumentos que ofereceu à Casa, a situação com a maior precisão possível. Se alguém envolveu, se alguém está sendo rude, se alguém está sendo impiedoso com a Drª Ana Acioli — que chamamos em Alagoas de Aninha — esse alguém é o Presidente Fernando Collor, porque Sua Excelência foi quem incluiu o nome dela nesse rol de acusações. Foi o Presidente quem permitiu, quem autorizou que ela manobrasse suas contas durante quase dois anos, sem citar as fontes de financiamento dessa conta. Se o Presidente tivesse apresentado seus extratos de conta, os seus depósitos e as suas retiradas, teria evitado tudo isso. A Drª Ana Acioli é realmente mais uma vítima do Presidente Fernando Collor — aliás, como todo o povo brasileiro é uma grande vítima do Governo Collor — porque se ela tem algum pecado, foi ter prestado durante dezesseis anos serviços com lealdade, carinho e dedicação ao Presidente Fernando Collor. Ela não tem a menor participação, nenhuma culpa nesses fatos, a não ser ter obedecido às ordens do Presidente, porque é inconcebível para qualquer pessoa de bom senso que uma secretária manobre, durante um ano, mais de 500 mil dólares, pagando todas as contas de grande porte e de menor porte do Presidente da República, e o Presidente desconheça esse fato. Como quer também desconhecer o fato de que foi feita uma reforma num apartamento de propriedade dele, em Maceió, no Edifício Miguel Ângelo, ap. 1102, onde colocaram vidros à prova de bala, onde colocaram uma porta de aço blindada, igual à porta de cofre de banco, e ele também não sabe de nada, não sabe quem fez essa reforma. Fizeram, também, uma reforma na Casa da Dinda, com jardins suspensos, gastaram uma fábula e o Presidente também não sabe de nada. O Presidente também não sabe quem pagou aquele avião, o Falcon, que o levou através de dois continentes para passar dois dias nas Ilhas Seychelles. Não sei se V. Exª sabe o porquê da saída súbita do Presidente das Ilhas Seychelles, porque ele não gostou delas. Estavam lá três artistas de Hollywood. Então, o governante do Brasil ficou num plano secundário. Isso incomodou a vaidade do Presidente. Ele saiu das Ilhas Seychelles e foi para o Cairo, onde estava o Embaixador Marcos Coimbra. Tudo isso é um retrato fiel do perfil de Sua Excelência o Presidente da República. Se existe mais uma vítima nesse entrevero todo, essa vítima se chama Ana Acioli, ou Aninha, como carinhosamente é conhecida lá em Maceió.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Divaldo Suruagy, pelos seus esclarecimentos. Eu fiquei preocupado quando V. Exª comentava o desconhecimento do Presidente sobre fatos comecinhos de sua vida. Espero que Sua Excelência saiba da vida do País com maior precisão do que sabe sobre sua própria vida e que se preocupe menos com as nossas e mais com a do País, que é o que é realmente necessário.

Eu queria aqui falar como Líder por 5 ou 10 minutos. Perdo-me V. Exª, Sr. Presidente, mas temos aqui no Senado esse estilo, que é o da tertúlia.

O Sr. Amir Lando — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Concedo o aparte a V. Exª com muita honra, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, eu, na condição de Relator, que nunca tive vocação para ser um Torquemada, tenho conduzido os meus interrogatórios da forma mais civilizada possível, branda até, porque entendo que a verdade deve surgir naturalmente e que o interrogador pode armar os dilemas mais apertados, mas é impossível obter-se resposta que se deseja: o dono da resposta sempre é o depoente. Tenho agido dentro desse princípio. E mais, devo fazer aqui esse esclarecimento ao Senado da República, ontem, ao ouvir a Srª Ana Acioli, até despi esse depoimento do formalismo natural, porque a forma, o rito sempre foi a fortaleza da autoridade, até a fortaleza do poder. O poder despido do rito às vezes se confunde, é evidente, com o homem comum; a autoridade que se esconde no homem comum nem sempre é reconhecida sem o rito. Então, é fundamental o rito; a forma rígida é fundamental no processo. Mas devo dizer que, propositadamente, tentei conduzir esse depoimento da forma mais coloquial possível, até fazendo o decair de sua importância e — por que não — até da qualidade que deveria necessariamente atingir. A minha conduta foi lhana, foi uma conduta até cândida. E da parte da depoente senti tranquilidade, serenidade, e até posso dizer que no depoimento — não somos mestres em psicologia — senti uma descontração continuada e crescente da depoente, e ela, com certeza, ao final da inquirição, estava menos tensa do que quando se iniciou. Então, posso dar esse testemunho ao Senado, para que fique gravado nos Anais, que o depoimento, claro, aconteceu em condições excepcionais, dentro de uma *mise-en-scene*, até porque havia uma certa armação teatral nisso tudo é preciso que se diga isso também, não vamos aqui esconder os fatos, esconder o sol com a peneira como se diz — mas, na verdade, se eu jamais cometera uma violência, nobre Senador, eu que sempre defendi os companheiros que na época difícil do regime autoritário sofreram pressões, que foram torturados nas inquirições; jamais me passaria pela cabeça cometer uma violência contra quem quer que seja, e, principalmente, contra uma pessoa que tinha, realmente, o estado de saúde alterado. Alterado; não era tão greve. A Comissão se acautelou de todas as providências, dos pareceres médicos para proceder a essa tarefa. Jamais iríamos fazer algo que ferisse ou que configurasse uma violência. E devo dizer mais, para terminar. Chegou um momento em que eu entendi, inclusive, e coloquei em discussão, a possibilidade de não se ouvir Ana Acioli. Por quê? Porque eu tinha uma preocupação: que tomassem o depoimento todos os Membros ali presentes, e não apenas o Relator, exatamente para não diminuir a importância e a qualidade do depoimento. Era essa a minha convicção, esse foi o pensamento que manifestei naquela hora. Mas em função da ponderação dos demais membros da Comissão e também da ponderação dos médicos assenti em promover esse depoimento apenas com a presença do Sr. Presidente, da minha pessoa, dos advogados, médicos, etc. Era isso que eu tinha a esclarecer ao Senado da República. Muito obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador Amir Lando, na ausência de V. Exª já houve quem fivesse traçado o seu perfil, que coincide totalmente com o que diz V. Exª agora. V. Exª é uma pessoa lhana, cortês, de trato absolutamente civilizado, que jamais praticaria uma violência com quem quer que fosse, e muito menos, no caso, com

a pessoa que estava sendo inquirida por V. Exª, em estado de saúde precário ou, pelo menos, com alguns problemas de saúde. V. Exª fez o depoimento que fez para que houvesse registro nos Anais do Senado, mas saiba V. Exª que de parte dos seus colegas o depoimento era, já de antemão, desnecessário, porque não pairavam dúvidas a respeito do seu estilo e do modo como V. Exª conduziria essa investigação.

O Sr. Maurício Corrêa — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Com muito prazer.

O Sr. Maurício Corrêa — Senador Fernando Henrique, li o bilhete do Presidente da República e fiquei atônito, porque nós, ali, somos acusados de termos praticado atos de violência, de desumanidade e de coação contra a paciente que se encontra em estado de convalescência. Esse gesto não atinge, não agride, não contrasta, não violenta somente o Senador Amir Lando e o Deputado Benito Gama, que se encontravam na sala privativa do hospital para tomar o depoimento da Srª Ana. Esse bilhete atinge a todos nós, porque V. Exª até disse, no começo, com muita propriedade, que foi um desrespeito a um órgão do Congresso Nacional, por conseguinte, foi um ato de desrespeito contra os dois membros da CPI que se encontravam na sala, contra os que se achavam em São Paulo, e contra todos os Membros do Congresso, tanto os Deputados quanto os Senadores. E nós não praticamos nenhum ato de violência. Não quero tecer considerações a respeito disso, porque o assunto já está mais do que esclarecido. Houve permissão, houve anuência, houve assentimento médico, foi até um alívio terapêutico para ela. Há razões que explicam, até do ponto de vista médico, que seria preferível que ela depusesse naquele momento, para se sentir aliviada depois. Os médicos já disseram isso. O que quero dizer a V. Exª é que o Presidente da República não está colaborando, na medida que ele faz gestos como esse; ele, que já não tem uma base, uma sustentação parlamentar, faz ficar mais confusa a situação, porque a política é a arte de saber negociar, é a arte de transigir. O que o Presidente pode fazer é média perante a opinião pública brasileira, com alguns setores que vão ficar sensibilizados, não conhecem os fatos, interpretam mal e podem achar que realmente a CPI se exorbitou quando se deslocou de Brasília para ouvir uma paciente no hospital, que não sabem dessas minúcias, não conhecem esses detalhes. O importante é dizer que nós estamos trabalhando com afinco, com seriedade, temos que promover um resultado satisfatório, à luz das provas que estamos obtendo, sem nenhum radicalismo, mas com a convicção de estarmos praticando um ato previsto na Constituição, um dever funcional nosso. Quero cumprimentar V. Exª por ter trazido esse assunto ao plenário, porque o Presidente realmente foi de uma infelicidade incrível ao lavar esse bilhete, ao publicá-lo, e anunciá-lo à Nação; é mais um fosso que se abre entre a Presidência da República e o Congresso Nacional. Se a sua situação já é precária, imagine depois de uma agressão dessa natureza! Cumprimento V. Exª por ter abordado essa questão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Senador, muito obrigado pelo aparte. Quero dizer que V. Exª desdobrou os nossos comentários num aspecto mais geral, político, que eu não tinha feito, mas V. Exª já fez, e eu devo concordar.

Efetivamente, se alguém aconselhou o Presidente, seguramente o fez mal; se ninguém o aconselha, ele deve procurar quem o faça, porque esse caminho não leva a nada além

do agravamento da situação do Presidente politicamente falando; situação que não é de tranquilidade. Eu disse aqui e repito: nenhum Líder, nenhum Partido, até hoje, aqui no Congresso, fez outra coisa a não ser pedir o que V. Exª disse: apuração com isenção do que ocorra; ninguém extrapolou.

O Presidente está se defendendo por antecipação. Quem se defende por antecipação se incrimina. Não há razão para que ele comece a desenvolver essas táticas conhecidas; infelizmente já vivemos algumas décadas de existência e passamos por outros momentos, portanto, sabemos como isso ocorre. O Presidente, provavelmente, está incorrendo num erro político. Aqui há amigos políticos, não apenas pessoais, do Presidente, que poderiam esclarecer melhor o espírito do Presidente.

O erro que ele está cometendo é o de considerar que táticas que funcionam na campanha eleitoral possam funcionar em um momento que não é eleitoral. Neste momento, o Presidente tem que trazer argumentos e convencer. Os grupos com os quais ele vai defrontar-se que são os partidos, os representantes dos setores, organizados da sociedade, podem, momentaneamente, sentir a emoção, mas vão agir segundo a razão ou, se não quiserem, neste laivo de iluminismo de minha parte, vão agir segundo os seus interesses que, na medida do possível, são razoáveis.

O Presidente da República está provocando reações emocionais. Não sou psicólogo, mas sou sociólogo, e esse tipo de comportamento é conhecido, catalogado; é inadequado para a situação. Ainda mais, erro político adicional, mesmo a provocação emocional, o estímulo emocional pode fracassar se ele não encontra um terreno propício; e a eletricidade que está no ar não é favorável a gestos demagógicos do Presidente. O sentimento da sociedade brasileira, neste momento, pelo menos da parte com a qual convivo mais de perto, que é São Paulo, não vai nessa direção.

Chocou-me muito o primeiro debate havido, já mencionei aqui, na televisão, praticamente, o debate se centrou nas questões nacionais e na chamada ética na política. Os dois debatedores que mais insistiram nessa direção — o Senador Eduardo Suplicy e o candidato do meu Partido, Deputado Fábio Feldmann — para minha surpresa (não que não creia nas virtudes de ambos, mas porque me parecia que no debate, eventualmente, pelo menos um contendor, que é o Vice-Governador de São Paulo, tinha se saído tão bem quanto eles a pesquisa eleitoral demonstrou que a população aprovou o comportamento do Senador Eduardo Suplicy e do Deputado Fábio Feldmann numa proporção muito maior do que o daqueles, que corretamente haviam expandido argumentos de tipo político mais tradicional.

A população está indignada. Se o Presidente não percebe isso, se pensa que pode ultrapassar a indignação com bilhetes, equivoca-se. Alguns foram capazes disso quando os bilhetes coincidiam com o rumo da indignação. Mas quando o bilhete vai na direção contrária ao rumo da indignação, o efeito pode ser bumerangue e ter efeito contrário.

V. Exª pode ter razão. (O Sr. Presidente faz soar a campanha).

Sr. Presidente, gostaria apenas de conceder o aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Solicito a V. Exª que conclua o seu pronunciamento, porque ainda temos nove Srs. Senadores inscritos para fazer uso da palavra.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, já vou concluir. Estou aqui ansioso, pois há pessoas esperando por mim, mas não posso ser descortês com os meus colegas. Meu discurso já está concluído, mas concedo os apartes.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Mesa se confessa embevecida com o discurso de V. Ex^a, mas...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Pego aos comparatistas que dêem apartes breves.

Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon — Sr. Presidente, como sou um dos nove incritos e não vou falar, fugo o aparte, preenchendo assim o meu tempo. É realmente impressionante o bilhete do Presidente. Fico a me perguntar: será que, quando fala à Nação o Presidente da República, o tom de veracidade é esse do bilhete? Será que a forma como se dirige ao povo brasileiro, será que a maneira do Presidente da República se orientar e de se dirigir em determinadas direções é aquela do bilhete? Ali, é difícil dizer, mas o Presidente não está dizendo a verdade. Seria fácil averiguar. Sua Excelência falou com os advogados ou com os médicos da secretária? Ele falou com o Presidente da CPI que é do partido que apóia o Governo.

Com quem ele falou para escrever aquele bilhete? Como é que um Presidente mente à Nação fazendo uma afirmativa como aquela, de tal gravidade? Se a senhora secretária realmente está vivendo um estado tão grave, se a sua situação pós-parto é tão difícil, como era a situação dessa senhora há dez dias? Esse mesmo Presidente, que está tão preocupado com a saúde da D. Ana, foi procurá-la para escrever aquela carta cujo teor deu conhecimento à Nação. E na carta que ela escreveu à Nação há dez dias ela analisa e debate. Ela deve ter levado algum tempo para fazer aquela carta que serviu de defesa ao Senhor Presidente da República. Ou então escreveram para ela, como alguém diz aqui, e ela só assinou. Aliás, sob e isso já houve alguém que considerou idêntico o estilo da carta com o estilo das palavras do Presidente. Ou é ela que escreve a palavra do Presidente ou é o Presidente que escreveu a carta.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — A proximidade do estilo da secretária com o do Presidente é normal.

O Sr. Pedro Simon — Na verdade, o Presidente da República faz afirmativas daquela natureza. E V. Ex^a diz muito bem: partiu para o ataque. De uns tempos para cá, desde que criou o sindicato do golpe, o Presidente partiu para o ataque. Ao invés de se defender, de silenciar ou de propiciar a possibilidade de investigação, ele partiu para o ataque, para o boicote aos trabalhos da CPI. Desta tribuna, há cerca de quinze dias, quando alguém fez um depoimento aqui — o ilustre Senador pelo Espírito Santo — dizendo que o ambiente na CPI era isso, era aquilo, eu disse que não era verdade. O ambiente da CPI é absolutamente respeitoso. Quero fazer justiça aos parlamentares do Governo, que estão permitindo as investigações, e também fazer justiça ao Governo, que as está permitindo. Hoje, não digo a mesma coisa. De uns tempos para cá, o Governo está realmente boicotando os trabalhos da CPI, é o Presidente do Banco do Brasil, é o Presidente do Banco Central. Hoje, veio depor o Governador do Paraná. Um Jornal importante do Rio de Janeiro veicula uma notícia de que haveria uma fita da Caixa Econômica Federal. Conforme o depoimento do Governador do Paraná,

essa fita seria distribuída, contendo graves afirmativas quanto ao Governo do Paraná. Outro dia, surgiu uma notícia na imprensa sobre um membro da CPI: fulano de tal, membro da CPI, comprou uma casa, e não se sabe como é o Imposto de Renda de onde veio o dinheiro para comprar aquela casa com relação aos demais membros da CPI, estão investigando como adquiriram terras. A nota oficial do Banco do Brasil, hoje, diz que o sigilo bancário deve ser garantido como se a CPI quisesse acabar com o sigilo bancário — que não admitirá jamais que se acabe com o sigilo bancário. Uma nota agressiva sobre o Presidente do Partido de V. Ex^a, do ex-Governador Tasso Jereissati, e em cima da CPI. A imprensa está noticiando hoje, na casa de um ilustre Membro da CPI, o Governador com o grande empresariado nacional. Não há dúvida de que as manchetes na imprensa estão refluindo, que a CPI está diminuindo. É verdade. Quando se diz que o Presidente está dando a volta, pode até ser verdade. O doloroso é quando se lê uma notícia como aquela da *Folha de S. Paulo*, de que não foi uma operação a três, mas uma operação a quatro, em que o Sr. Paulo Octávio vendeu para o Sr. PC, para a Secretária, e a Secretária para o Presidente o doloroso, repito, é não se ver nada dizendo que isso é mentira, ninguém diz que isso é mentira.

Quando a imprensa publica que se gastaram milhões de dólares — acho isso até exagerado — para se fazer o jardim e mais não sei o quê na Casa da Dinda, não veio ninguém para dizer que isso não é verdade; desapareceu o cidadão; não veio até agora um desmentido. Então, o Presidente da República estaria dando voltas, não provando, mas tapeando, misturando, agredindo, esvaziando, mas não dando uma resposta. O Senhor Presidente da República pode enganar, mas sou obrigado a dizer que estou começando a ficar preocupado comigo mesmo! Desde o início, fiz questão de dizer, não aceitei ser Relator da Comissão pois queria ficar na minha posição pessoal e na mais absoluta imparcialidade. Estou começando a me inclinar contra o Presidente por uma razão muito simples: quem não deve não esconde. O Presidente da República, até agora, não provou nada.

Poder-se-ia dizer: tem-se que apresentar prova com relação ao Presidente. Mas o Presidente está escondendo a prova, está boicotando, está dificultando que se encontre a prova, está tomando a posição de quem, não tendo defesa, não tendo como se defender, parte para a agressão, para a destruição, para a desmoralização. Nobre Senador, juro por Deus que não estou preocupado em conseguir fatos contra o Presidente. Que bom se o Presidente da República, a esta altura, tivesse desmoralizado a *Folha de S. Paulo* ou a *Veja*, ou a *IstoÉ*; tivesse mostrado que aquele motorista mentiu, que pagaram para ele, que tudo aquilo não corresponde à verdade. Ao invés disso, o que Sua Excelência vem tentando, dia após dia, é dificultar o trabalho da CPI. Vem o Presidente do Banco Central e diz que não pode responder, que leva muito tempo, o que não é verdade. Vamos supor que não se consiga nada: como vai sair desse episódio o Presidente da República? Será que Sua Excelência tem a ingenuidade de imaginar que o problema dele é só conseguir meia dúzia de votos na CPI? É tentar golpear os membros da CPI no sentido de que nada consigam contra ele? Qual é a sua posição perante este Congresso e perante o País? Não sei se isto ocorre com V. Ex^a, mas, por onde ando no Rio Grande do Sul, só recebo afirmativas muito duras, muito acres, inclusive, às vezes, tenho que responder de maneira rispida, dizendo que não posso aceitar esse tipo de coação e que vou agir conforme a minha consciência.

cia. Às vezes não admitem, por onde a gente anda, outra análise que não seja a de ter coragem de enfrentar isso que aí está. Será que o Presidente da República imagina que é com esse tipo de Presidente da República imagina que é com esse tipo de golpe, agredindo como agrediu hoje à CPI; é com esse tipo de ação, onde não se defendendo, passa a atacar e a ofender, que Sua Excelência vai ficar dois anos e sete meses na Presidência da República? Sem apoio, sem respeitabilidade, sem credibilidade, sem confiabilidade, vai se basear em quem? Será que o Dr. Antônio Carlos e o Dr. Brizola vão garanti-lo permanentemente? Creio que Sua Excelência vai ter que ter luz própria para se defender, à margem das pessoas que lhe estão dando apoio. Até agora há uma coisa muito grave: não houve uma palavra, uma linha do Senhor Presidente contra o Sr. PC. Houve uma época em que eu não sabia como interpretar isso; mas, à medida que os fatos foram aparecendo, revelando a intimidade do problema, comecei a entender por que o PFL, por que os homens do Governo, cobrava dele uma palavra de rompimento como o Sr. PC, e essa palavra não vinha. Parece que as coisas são realmente mais graves e mais difíceis. Trago a minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a Eu não estive lá mas entendo toda a revolta do Senador Mário Covas e dos outros membros, inclusive do Presidente da Comissão, que, ao ler o depoimento, disse: "É mentira o que está sendo dito, porque eu estava lá, eu presidi, eu tomei conhecimento e nada disso aconteceu".

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Obrigado, Senador, V. Ex^a usou uma palavra chave no Brasil de hoje: "mentira."

Se o Presidente dissesse ao País: "Estou equivocando eu errei" seria uma defesa mais razoável do que dar a volta pseudamente por cima e, ao invés de responder, ameaçar.

O País se dispõe a entender a confissão de erro, de culpa até, mas não se dispõe a entender a omissão, não se dispõe a entender a tentativa de, com outras mentiras, sustentar a mentira inicial.

Ouçõ o Senador Aureo Mello, último Senador a quem concedo a palavra. Sr. Presidente, lamento muito, mas V. Ex^a sabe que, por mim, já teria parado.

O Sr. Aureo Mello — Senador Fernando Henrique, é um verdadeiro temporal o que se observa neste plenário em relação ao Presidente Fernando Collor. O Presidente Fernando Collor é também, na sua atividade particular, um jornalista, um comentarista, um homem que aprecia os acontecimentos que se desenrolam e expende a sua maneira de pensar. A D. Ana Acioli realmente está enferma de maneira muito grave, gravíssima; a informação que se tem é que ela está sujeita a ser alcançada pela morte.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Como todos nós, infelizmente.

O Sr. Aureo Mello — Mais não tão de imediato e com um motivo à vista e definido. O Presidente pensou que o fato de a Comissão se deslocar do seu ponto de trabalho, aparentemente com uma pressa indescritível e injustificável, para ir até ela cobrar depoimento, poderia parecer, como na opinião de qualquer jornalista ou de qualquer pessoa, um ato precipitado e até de grande crueldade. Os jornais noticiam que a D. Ana Acioli recebeu a Comissão trêmula e angustiada. No momento em que o nosso querido Senador Mário Covas, com aquela sua poderosa voz de baixo profundo, perguntou-lhe: "Como vai o seu filho?" (riso), a D. Ana Acioli

entrou em tremedeira e danou-se a chorar, como se diz na gíria, desandou a chorar. Isto acarretou um recuo da Comissão, que percebeu a interrogação quase policial e quase sádica em relação à depoente. A Comissão, então, atrosamente, reduziu-se a seu Presidente e ao amável Senador Amir Lando, que lhe fez as perguntas com a suavidade decorrente do seu temperamento. O Presidente tomou conhecimento disso, sem dúvida, e deve ter ficado bastante sensibilizado, porque sabe da dedicação da Sr^a Acioli nas suas atividades. Não é mole ouvir o nosso colega Mário Covas perguntar: "Como vão os seus filhos?" quanto mais uma pessoa altamente sensibilizada pela enfermidade. Além disso, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, também se falou sobre o Presidente não ter dado uma explicação a respeito do assunto. Acontece que o Presidente não está em causa, não está sendo ouvido pela Comissão. O Presidente, por tabela, anda fazendo uns bilhetinhos, para que, desses bilhetinhos, se tome conhecimento do seu ponto de vista. O Presidente está irrequieto. Percebe-se que, nesse massacre que vem sofrendo por parte da imprensa, Sua Excelência está magoado, angustiado, tenso. Os órgãos de comunicação, agem como um cardume na mesma direção. É unânime. Todos tratando de escarificar as carnes políticas do Presidente, como se Sua Excelência fosse uma baleia pescada. E isso realmente dói e magoa. O Presidente também não explicou o relato dos jardins suspensos da Babilônia, que seriam os jardins da casa da Dinda, porque não está nas suas atribuições dar explicações a respeito. Sua Excelência não está sendo inquerido, não está sendo interrogado, não lhe cabendo, portanto, manifestar-se dessa maneira. Quanto ao seu convívio, sua amizade com PC, no momento em que ainda não há prova constituída de que o PC é um bandidão, um criminoso e, ao invés disso, ele pode ser apenas um amigo que trabalhou numa campanha presidencial, não se justifica que o Presidente Collor vá romper com esse homem assim de inopino. O que há de concreto foi a intempestiva asseveração do seu irmão, o Sr. Pedro Collor, que levantou essa tremenda tempestade dentro de uma lagoa. O Presidente, quando falou que tinha uma bala para abater o "tigre" da inflação, estava, evidentemente fazendo uma comparação poética e até oriental, mas, ao mesmo tempo, tem distribuído balas de goma para aqueles que estão apreciando o seu desempenho. Ainda ontem, estive com Sua Excelência, que me disse: "Quanto mais se exerce sobre mim esse massacre, respondendo com o meu trabalho, com a minha luta pelo País". O Presidente responde com a Rio-92; com a diminuição da dívida brasileira; com idas e vindas ao mercado exterior, para que as firme o Mercosul e a unidade das repúblicas da América do Sul pela sua emancipação. O Presidente tem na mente, na sua juventude — juventude essa que, para nós, mais maduros, é quase juvenil mesmo, no sentido de inocência —, um desejo de servir ao Brasil. Acredito nesse desejo, porque tenho, às vezes, conversado com o Presidente: Gosto de Sua Excelência e tenho a sensação de ver, naquele rapaz, um indivíduo que está com uma bandeira na mão, empunhando-a, no sentido de realizar uma obra que esteja talvez acima de sua capacidade, acima da força dos seus ombros. Quando diz. "Dá-lhe, Collor", está-se referindo aos problemas que afligem o Brasil aos problemas que acometem ao nosso povo. Quero agradecer, sensibilizado, a bondade de V. Ex^a em ouvir este quase desabafo de um admirador do Presidente Collor.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senador Aureo Mello. Não posso, entretanto, deixar de fazer umas poucas considerações sobre o que diz V.

Ex^a a quem estimo, V. Ex^a que foi inclusive, colega do meu pai na Câmara dos Deputados. Temos, portanto, antigas relações. Além do mais, V. Ex^a tem esse dom quase amazônico de, ao descrever os processos, os fenômenos, dar tintas bastante vivas.

Entendo e até louvo que alguns membros dos partidos do Governo defendam o Presidente.

O Sr. Aureo Mello — Quando V. Ex^a, falou no seu pai, lembro-me que ele, eu, junto com Aarão Steinbruck e o General Felicíssimo Cardoso, irmão dele, fomos cassados na Liga de Emancipação Nacional, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, porque a nossa Liga estava muito infiltrada de socialistas e se tornando meio perigosa. Quando V. Ex^a fala no seu pai, eu me comovo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado. Essa é a mesma razão pela qual ouvi carinhosamente o seu aparte e louvo o fato de que V. Ex^a defenda o Presidente.

Com toda sinceridade, o que V. Ex^a diz quanto ao Presidente ter vontade de melhorar o Brasil sempre foi a minha crença. Lamento, talvez mais do que a maioria, o que está acontecendo. Mas é por isso mesmo que lamento. Lamento que, havendo um programa tão grandioso pela frente, o Presidente seja hoje cobrado de coisas de outra natureza, sendo que umas não resolvem as outras: a boa vontade para com a secretária; a generosidade; a intenção para com o Brasil, que apoiamos, em vários momentos, quando justo, não obscurecem outros fatos. Tudo é louvável. Por mais que façamos ginástica mental para evitar a questão mental, não conseguimos. V. Ex^a, com a imaginação que tem e, repito, com o espírito amazônico, descobriu o culpado: é a voz do Senador Mário Covas. O vozeirão do Senador Mário Covas em contraponto com a voz de flauta do Senador Amir Lando, que é maviosa. O Senador Mário Covas tem voz de bicho-papão, o Senador Amir Lando tem uma maviosa; o choque entre as duas vozes é que provocou o bilhete do Presidente. Essa foi a defesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante do discurso do Sr. Fernando Henrique Cardoso, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB — RR. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no ano passado, enviou ao Congresso Nacional projeto de emendas à Constituição, antecipando-se à revisão da Carta Magna prevista para 1993. O objetivo explicitado das emendas era o de permitir maior governabilidade do País, aprimorar a máquina administrativa e solucionar a questão tributária.

O que chama nossa atenção é que entre as emendas propostas existe uma que altera o texto do § 4º do art. 199, com supressão das expressões "processamento" e "seus derivados".

O § 4º do art. 199 da Constituição reza: "A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento, e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo o tipo de comercialização".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a primeira pergunta que surge é como a alteração desse texto constitucional poderá aumentar a governabilidade, aprimorar a máquina administrativa ou solucionar a questão tributária? Nada dessa natureza me parece justificar esta emenda neste momento. Na ocasião do envio do projeto de emendas, o Conselho Federal de Medicina manifestou que se tratava de retirar as barreiras constitucionais para um "projeto do Ministério da Saúde de importar tecnologia obsoleta e exportar sangue". Vários dirigentes de hemocentros do País chegaram a denunciar entendimentos com empresa francesa para transferência de superada tecnologia de processamento de hemoderivados em troca de envio de plasma ao exterior.

Sr. Presidente, a XXVIII Assembleia Mundial de Saúde, em 1975, recomendou aos países membros da Organização Mundial de Saúde que favorecessem a implantação de serviços nacionais de transfusão de sangue baseados na doação gratuita e voluntária, que analisassem a prática comercial do fracionamento de plasma e os seus riscos para a saúde humana e que tornassem as medidas necessárias e elaborassem leis específicas sobre sangue, seus componentes e derivados a fim de proteger a saúde de receptores e doadores. Vários países organizaram serviços nacionais de sangue para resolver problemas de auto-suficiência do sangue, seus componentes e derivados, como a França, Holanda, Inglaterra, Canadá, Bélgica, Suíça, Dinamarca e Finlândia.

O Brasil, em 1980, iniciou a construção de hemocentros, serviços públicos destinados à coleta, processamento e controle do sangue. São hoje cerca de 42 hemocentros, que consomem mais de 150 milhões de dólares americanos em recursos do governo federal. Para atingir a auto-suficiência neste campo, com produção de albumina e concentrado do fator VIII, este para hemofílicos, é necessário aumentar o número de doações de sangue para cerca de 2,9 milhões por ano, segundo fontes do Ministério da Saúde, seis vezes mais que as efetuadas atualmente.

Essa meta só poderá ser alcançada com uma política de doação de sangue voluntária e gratuita, acompanhada da ampliação da rede de hemocentros e aumento das coletas nos hemocentros existentes.

Segundo ainda fontes do Ministério da Saúde, o Brasil importa cerca de 100 milhões de dólares anualmente em hemoderivados. Estas divisas poderiam ser economizadas com a ampliação do número atual das plantas de fracionamento do plasma. Existem hoje apenas três: uma em Recife, outra em São Paulo e a última em Brasília. O Brasil já dispõe de tecnologia para construir e implementar estas plantas.

A Constituição Brasileira de 1988 contemplou a política de sangue preconizada pela Organização Mundial de Saúde, ao proibir a sua comercialização e a de seus derivados. Por que, continuando a coleta e a transfusão de sangue proibidas de serem comercializadas, na emenda do Senhor Presidente da República, o processamento do sangue e os seus derivados poderiam ter livre comércio? Como vamos incentivar a população brasileira a doar gratuita e voluntariamente seu sangue e este ser revertido em lucro para terceiros?

Seria isto ético e moral?

Porque desenvolver um sistema comercial de processamento do sangue paralelo ao Sistema Nacional de Hemocentros?

O Governo Federal tem hoje como prioridade a desestatização de empresas públicas. A propaganda oficial dessa política proclama que o Estado não pode e não deve atuar em setores típicos da iniciativa privada. Diz ainda que o Estado

deve concentrar seus esforços em áreas tais como educação, saúde e justiça. Ora, Sr. Presidente, por que então querer privatizar o processamento do sangue, uma atividade tão sujeita a escândalos comerciais e tão vital para a saúde da população? E o que tem isto a ver com a governabilidade do País?

Não, Sr. Presidente. O Congresso Nacional precisa estar atento a estas investidas encravadas sorrateiramente num projeto de emendas constitucionais cujo objetivo explicitado é o de garantir melhores condições administrativas deste País.

O sangue, seus componentes e seus derivados são reservas estratégicas de um país. A sua mercantilização já gerou inúmeros escândalos no Brasil e expõe a população a riscos de aquisição de doenças para as quais não há ainda tratamento específico, como hepatite B e Aids.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não só não há razão plausível para justificar esta proposta de emenda constitucional no momento, como a sua aceitação pode trazer inúmeros problemas à saúde já combatida da população brasileira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, transporte de carga evoluiu muito nos últimos tempos, tornando-se mais barato e mais eficiente. Dentre os inúmeros aperfeiçoamentos verificados no deslocamento de mercadorias, encontra-se o que se convencionou chamar de transporte multimodal.

Largamente utilizado no mundo inteiro, o transporte multimodal de carga é aquele em que, mediante um único contrato, produtos são transportados desde a origem até o destino através de mais de uma modalidade de transporte, sob a responsabilidade de um mesmo operador.

A inteligência desse sistema de deslocamento de carga traz vantagens evidentes para os que o operam e para os que dele precisam se utilizar. A racionalização, a eficiência e o menor custo tornam-se possíveis sem maiores desgastes para cliente e transportador. O objetivo principal de levar mercadorias de um lugar para outro com maior segurança, no menor tempo, pelo menor custo torna-se mais facilmente alcançável. Tudo isso acontece mediante a assinatura de um único documento, em que todas as condições e responsabilidades encontram-se previamente estabelecidas.

O Brasil é um país de dimensões continentais, com amplas possibilidades de transporte. Cabotagem, navegação fluvial, estradas de ferro e de rodagem e aviação oferecem ao País uma vasta gama de opções de integração e de prática do transporte multimodal. Precisamos, por consequência, explorar esse imenso potencial em nosso próprio benefício, utilizando todas as oportunidades disponíveis.

Falta-nos, contudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma legislação própria, adequada às nossas necessidades e à nossa realidade, para que o País possa se utilizar plenamente desse avanço tão significativo do transporte nos dias de hoje.

Essa legislação é indispensável para que os vários operadores de transporte multimodal possam atuar no sistema. Ela deverá regular a emissão do conhecimento multimodal, que funcionará como contrato, bem como as responsabilidades dos operadores nos casos de perdas ou prejuízos à carga ou atrasos na sua entrega.

Tramita no Congresso Nacional, desde o princípio de 1990, o Projeto de Lei nº 4.586, da Câmara dos Deputados, de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo dispor sobre o transporte multimodal de carga, estabelecendo as normas para o trabalho dos operadores, as diretrizes gerais para os contratos de transporte, as responsabilidades legais e as penalidades cabíveis. O Projeto introduz, ainda, o conceito de unidade de carga para os fins dessas operações.

Esse Projeto, lamentavelmente, avançou muito pouco na Câmara. Encontra-se, hoje, na Comissão de Viação e Transporte daquela Casa, onde ainda não tem relator designado. Pode e deve ser, contudo, o instrumento que sirva como ponto de partida para dotar o Brasil de uma legislação moderna, no que concerne ao transporte multimodal de carga. Cabe ao Congresso Nacional acelerar a tramitação do Projeto, aperfeiçoando-o no que couber. Essa deve ser a nossa contribuição à solução do problema, que já tarda em ser resolvido.

Essa legislação deverá considerar, para que atenda plenamente às necessidades nacionais, alguns aspectos das atuais condições do transporte de carga. O aumento crescente do comércio com o exterior deve, sem dúvida, ser levado em conta. Não se pode negligenciar, na feitura dessa Lei, a realidade trazida pela participação do Brasil no Mercosul.

Dentro dos estudos que vêm sendo realizados no nível do Mercosul, o Subgrupo de Trabalho nº 5, referente a Transporte Terrestre, recomendou ao Grupo Mercado Comum que "exorte os respectivos Governos a viabilizar as medidas que tendam pertinente, a fim de evitar que nos seus órgãos constitutivos se propiciem instrumentos normativos relativos ao transporte multimodal, à margem dos avanços que na matéria se produzam em nível de Mercosul."

Esta recomendação traduz, sem dúvida, a preocupação das delegações dos países componentes do Mercosul com a compatibilização das legislações nacionais com as tratativas que vêm sendo feitas a nível daquele órgão.

Esses entendimentos já têm produzido resultados, como, por exemplo, a decisão tomada no Subgrupo de Trabalho nº 6, que trata do Transporte Marítimo. As delegações participantes daquele Subgrupo analisaram o Convênio de Transporte, Multimodal das Nações Unidas, tendo havido objeções das delegações argentina e uruguaia quanto àquele instrumento. Por essa razão e pela possível demora da entrada em vigor daquele Convênio, considerou-se desejável que o Mercosul tenha convênio próprio na matéria. Em razão disso, a delegação brasileira comprometeu-se a apresentar um projeto do referido convênio.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, verifica-se que precisamos recuperar o tempo perdido. Em breve seremos capazes de ter um pacto sobre transporte multimodal a ser aplicado no Mercosul, produzido por sugestão de brasileiros, sem que tenhamos ainda uma legislação nacional moderna sobre a matéria.

É por esta razão que desejo exortar os Senhores Deputados Federais a votar o Projeto de Lei nº 4.586 com a maior rapidez possível, para que nós, no Senado, possamos, da mesma forma, cumprir com celeridade e eficiência o nosso papel. Temos que dotar o Brasil de uma legislação moderna, compatível com as necessidades nacionais e harmônica com os requisitos de comércio exterior, notadamente no que diz respeito ao Mercosul. Esse é o nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a atual safra de grãos que o País está colhendo este ano é a segunda maior de sua história. Esse fato, que por suas consequências econômico-sociais deveria gerar grande júbilo e regozijo em todos os segmentos nacionais, lamentavelmente vem acompanhado de uma nefasta pregação cultural capaz de reduzir em 20% a pujança daquele resultado.

É inacreditável, Sr. Presidente, que um País pobre, que luta com tantas dificuldades econômico-financeiras a cada colheita, dê-se ao luxo de desperdiçar 20% dos cereais que produz.

No presente caso isso corresponde a 14 milhões de toneladas de comida, incluindo soja, milho, arroz e feijão, os quais irão para o lixo, sem que cheguem à mesa do consumidor. Como e por que ocorre esse desperdício brutal e perverso é do que gostaríamos de tratar aqui, Srs. Senadores.

As causas primeiras desse desperdício são um reflexo de nossa cultura, de nosso despreparo educacional, de nossa irresponsabilidade coletiva, do nosso desinteresse enquanto cidadãos. A descrição do processo de esbanjamento atinge praticamente todas as etapas do processo econômico, como se fora meticulosamente programado, seguindo um perverso cronograma de desperdício. O "buraco negro", capaz de tragar nossos alimentos e nosso dinheiro se espalha por todas as etapas: produção, armazenagem, transporte e distribuição.

Já na produção uma parte do alimento que foi plantado se perde e nem chega a sair da fazenda. Pelas estradas do País fica outra expressiva quantidade, em razão de o transporte ser feito em caminhões inadequados para esse tipo de carga. Lembra, com muita pertinência, reportagem da revista *Veja* de 27 de maio, que nos Estados Unidos e na Europa, onde o transporte é feito em caminhões e vagões ferroviários apropriados, essa perda é praticamente inexistente. Em relação aos depósitos, e fato que eles existem em quantidade que seria suficiente para armazenar toda a safra atual, mas, como sempre, há problema administrativos que colocam em risco a preservação dos cereais. Muitos depósitos têm tetos esburacados e com grande presença de ratos e insetos. Lamentavelmente, Srs. Senadores, os problemas não se cingem à boa preservação do espaço físico dos depósitos. No município de Juína, 550 quilômetros a noroeste de Cuiabá, reflete-se um exemplo de descaso administrativo com a colheita. Ali também a safra atingiu grandes proporções: os agricultores da região colheram arroz, feijão, café, milho, em números significativos. O problema que se afigura é onde guardar essa produção, pois alguns armazéns da cidade estão ocupados por mais de 1.200 toneladas de milho, esquecidas lá desde a safra de 1987, e, conseqüentemente, sem condições de consumo. Todavia, permanecem em depósitos, ocupando lugar da safra atual. ontece em Juína é uma significativa amostra do que ocorre em outros pontos do País.

Os problemas de distribuição da super-safra irrompem também nos portos encarregados de escoar a produção. Nesse caso, além da perda do grão, ocorre ainda um gasto desnecessário de tempo e, conseqüentemente, o prejuízo dos produtores com o atraso na comercialização da mercadoria. Exemplo disso ocorreu no Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que, por estar equipado com máquinas antiquadas e não dispor de bons serviços de manutenção, não conseguia

dar vazão à quantidade de soja que chegava ao cais. Eram mais de 10.000 toneladas de soja, paradas em 3.000 caminhões acarretando uma fila de 40 quilômetros.

Sr. Presidente, o mesmo quadro de desperdício, provavelmente com danos ainda maiores, ocorre também com frutas, verduras e legumes. Só na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo — CEAGESP — perdem-se verduras e legumes suficientes para preparar 2 milhões de pratos de sopa por dia. Todo o circuito de produção de hortaliças e frutas, incluindo o encaixotamento e o transporte, acarreta grandes perdas.

Srs. Senadores, muito ainda poderia ser descrito e mensurado em relação a esse desperdício na agricultura, mas cremos que já é tempo de centrar nossa atenção nas causas e consequências que envolvem esse fato. Ele parece traduzir uma lição que não está sendo absorvida por dirigentes, governantes e povo. Ela comprova a necessidade de se buscar atitude crítica em relação a esses esbanjamentos. É evidente que esses fatos refletem *latu sensu* as nossas carências em educação e, mais especificamente, a necessidade de treinamento de pessoal e de melhoria de equipamentos.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o *Jornal do Brasil*, edição de 11 de julho do corrente ano, divulgou uma notícia que me chamou a atenção devido ao seu elevado significado no aprimoramento de nossas tradicionais e históricas relações com Portugal.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma homenagem pessoal do governo português a um cidadão brasileiro, a um homem público que sempre procurou contribuir e valorizar o fortalecimento de nossos laços afetivos, culturais e de cooperação e intercâmbio com aquele País, que originariamente foi berço da Nação brasileira.

Homem público e homem de letras, José Sarney, pelos seus relevantes méritos, veio a merecer do governo português mais uma singela e expressiva homenagem, que também se traduz no reconhecimento de Portugal ao seu desempenho, inclusive quando Presidente da República, em favor dessa nobre causa de sempre aproximar os dois países.

A homenagem com que foi distinguido o Senador José Sarney, conforme a nota, consistiu na inauguração de um autódromo com o seu nome, situado no Complexo Turístico do Algarve, numa cerimônia com a presença do Presidente Mário Soares, que confirmou comparecer logo que José Sarney assegurou que estaria presente em companhia de Dona Marly.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esse acontecimento é motivo de satisfação para todos nós que estimamos o Senador José Sarney e lhe valorizamos os seus inegáveis e relevantes méritos como cidadão, escritor, estadista e, especialmente, como membro do Senado Federal a que muito tem honrado.

Essa solenidade, Sr. Presidente, foi também mais uma homenagem do povo português à Nação brasileira.

Finalizando, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, da nota a que me referi, publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 11-7-92.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

HOMENAGEADO

O Senador José Sarney (PMDB — AP), com a inauguração de um autódromo que será batizado com seu nome hoje, no Complexo Turístico de Algarve, em Portugal. O Presidente português, Mário Soares, só confirmou presença depois que Sarney assegurou que compareceria. O ex-Presidente viajou a Portugal na quinta-feira, em companhia da mulher, Dona Marly, e deve voltar ao País no final da próxima semana.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Amazonino Mendes — Chagas Rodrigues — Eduardo Suplicy — Eptácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Flaviano Melo — Henrique Almeida — Lourival Baptista — Raimundo Lira — Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 516, DE 1992

Requeiro à Mesa, na forma do art. 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Doutor Reinhold Stephanes, as seguintes informações relativas às denúncias veiculadas na imprensa (cópia do artigo anexo).

1) Conforme demonstra o artigo publicado no jornal **O Globo**, edição de 15 de janeiro de 1992, existem elementos concretos de ter havido o envio de dinheiro para o exterior. Que providências foram tomadas no sentido de se verificar a existência de tal fato?

2) Além da Ação Judicial movida pelo Ministério Público Federal, que recentemente resultou na condenação dos envolvidos nas fraudes junto ao INSS, que providências foram tomadas pelo Ministério da Previdência Social no sentido de se reaver o numerário remetido para fora do País?

3) Que medidas foram adotadas para que se procedesse o seqüestro de bens daqueles que, envolvidos nas fraudes, foram condenados pela Justiça?

Sala das Sessões, 15 de julho de 1992. — Senador **Esperidião Amin**, Líder do PDS.

(Ao exame da Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 70 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

— 1 —

OFÍCIO Nº S/17, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Ofício nº S/17, de 1992, pelo qual a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro solicita autori-

zação para emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro daquele Município (LFTM — RJ), vencíveis no segundo semestre de 1992. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140 do Regimento Interno, designo o nobre Senador Aureo Mello para proferir parecer.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil encaminha ao Senado Federal, através do Ofício "S" nº 17, de 1992, pedido formulado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para que seja autorizada a emissão e colocação no mercado, mediante ofertas públicas, de Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM — Rio).

Pretende a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com os recursos advindos da operação acima referida, realizar o giro de 18.510.000 LFTM — Rio, com vencimento no 2º semestre de 1992, deduzida a parcela de 12% a título de juros.

A solicitação ora examinada foi encaminhada na vigência da Resolução nº 58/90, do Senado Federal e, portanto, instruída de acordo com as exigências e parâmetros constantes dessa norma.

Ocorre que desde o dia 1º-7-92, encontra-se em vigor a Resolução nº 36/92, que substituiu aquela Resolução nº 58/90, modificando disposições referentes aos limites globais e condições das operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Assim, o pleito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, há que se adaptar à norma em vigor, para que possa ser examinada pelo Senado Federal.

Nesse sentido, faz-se necessário dotar o processo de peças indispensáveis a saber:

— Pedido de autorização encaminhado diretamente pelo Chefe do Executivo Municipal ao Senado Federal (art. 13, Res. nº 36/92).

Parecer conclusivo, exarado no máximo de dez dias pelo Banco Central do Brasil, com demonstração das condições de endividamento da Prefeitura e observância dos limites estabelecidos na Resolução nº 36/92, para atendimento da solicitação (§ 1º art. 6º, Res. nº 36/92).

— Demonstrativo de esquema de amortização dos títulos (§ 5º art. 7º, Res. nº 36/92).

As demais exigências já se encontram atendidas.

Diante do exposto concluímos pela necessidade de diligenciar, junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de que sejam remetidos ao Senado Federal os documentos acima descritos, permitindo, então, o exame do pleito.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O parecer conclui pela realização de diligência.

De acordo com o art. 349 do Regimento Interno, não é permitida a realização de diligências nos projetos em regime de urgência c.

Para viabilizar a realização de diligência, faz-se necessária a extinção da urgência. Nesse sentido, foi encaminhado à Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 517, DE 1992

Requeremos, com fundamento no art. 352, parágrafo único, alínea b, do Regimento Interno do Senado, a extinção

da urgência para o Ofício nº S/17, de 1992, pelo qual a Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro solicita autorização para emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro daquele Município.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1992. — Senadores Maurício Corrêa — Jonas Pinheiro — Chagas Rodrigues — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará à tramitação normal.

A Presidência, nos termos do art. 138 do Regimento Interno, tomará as providências necessárias para a realização de diligência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Encerrada a matéria da Ordem do Dia, volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, por cessão do nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o acordo da dívida externa com os bancos privados, ainda não levou o Brasil ao mundo dos sonhos. Mas, pelo menos, o acordou de um terrível pesadelo de mais de uma década. A dívida externa que pesa sobre todos, na melhor das hipóteses, não é mais um pesadelo. Conflituosa, como estava, por um absoluto desacordo com os credores, era um peso a sobressaltar a Nação.

As seqüelas das dívidas contraídas pelos países pobres junto aos financiadores internacionais ultrapassaram, em muito, quaisquer limites. A dívida externa é um dos fatores paralisantes da economia nos países mais frágeis, pois aprofunda os traços de dependência entre nações e cria um contínuo fluxo de drenagem dos recursos dos países pobres aos ricos. Provoca imensa disfunção social, como o desemprego, o aviltamento dos salários e a lamentável deterioração da educação, da habitação, da alimentação, do saneamento e de tantas outras obrigações do Estado.

Essa questão é grave! O sumo pontífice, João Paulo II, em sua mensagem às Nações Unidas, em 14 de novembro de 1985, assinalou:

“Problema de atualidade internacional, que também apresenta um aspecto ético e humanitário, é a questão da dívida do Terceiro Mundo ao exterior, principalmente a da América Latina.”

E concluiu:

“Existe, hoje, um consenso acerca do fato de que o problema das dívidas globais do Terceiro Mundo e das novas relações de dependência que elas criam não se pode colocar unicamente em termos econômicos e monetários. O custo econômico, social e humano desta situação com frequência é tal que põe países inteiros à beira do precipício. De resto, nem os países financiadores, nem os países devedores têm nada a ganhar com o crescimento de situações de desespero que fugiriam a todo controle.”

Nesse contexto, entende-se por que o Governo do Presidente Collor passou, através do Ministro Marcílio Marques Moreira, a diligenciar novos conceitos para o tratamento da

questão da dívida externa, pois, sem um equacionamento racional, o problema tornar-se-ia impossível de avançar, em qualquer rumo, para superar a multifacetada crise brasileira.

Assim explicitou recentemente o Presidente a questão:

“O novo enfoque apresentado representa um avanço importante, tendo em vista a perspectiva equivocada das negociações anteriores e seus conseqüentes fracassos. Tal abordagem baseia-se no fato de ser o Estado responsável por cerca de 90% da dívida externa. A questão, portanto, deve ser tratada considerando-se a dívida total do setor público, ou seja, reconhecendo-se que o problema da dívida externa é predominantemente fiscal e deve ser tratado no contexto global da reestruturação financeira do setor público. Assim, qualquer proposta que vise a uma solução duradoura para a questão externa deve necessariamente respeitar a capacidade de pagamento do setor público, ou seja, a habilidade do Estado de gerar recursos.”

Diz mais:

“A proposta brasileira busca evitar novas e desgastantes rodadas de negociação no futuro. Isto é possível porque o setor público brasileiro é solvente, ou seja, no médio prazo, os recursos disponíveis do setor público são suficientes para arcar com o serviço de sua dívida. Para tanto, é requerido apenas o refinanciamento parcial do serviço da dívida externa, durante um determinado período. A obtenção de tal refinanciamento é condição básica para a estabilização interna e a retomada do crescimento que, por sua vez, viabilizam o pagamento integral da dívida externa pública.”

Fielis a essa orientação, os negociadores da dívida externa brasileira, dentre os quais destaco o Dr. Pedro Malan, levaram aos credores internacionais a proposta de pagamento da dívida em condições favoráveis ao País.

Em virtude de diretriz do Ministro da Economia, concluiu-se o acordo em melhores termos dos que os originalmente propostos.

É claro que o acerto da dívida não tem reflexo imediato no comportamento dos preços internos. Talvez permita que os credores reposicionem contabilmente os débitos brasileiros. Deixando os empréstimos ao Brasil de serem classificados como **non-performing**, a comunidade internacional certamente sentir-se-á em condições de retomar os financiamentos com um cliente tradicional. Ao mesmo tempo, um dos objetivos do acordo é permitir a intensificação do comércio internacional: mais exportações e mais investimentos significam maior exposição do parque produtivo brasileiro à concorrência internacional. Dar-se-á, posteriormente, o aumento da produção, o reemprego da força de trabalho, a melhoria do consumo e a queda da pressão inflacionária.

Sob o aspecto político, o acordo da dívida externa chegou no momento inadiável, sobretudo pelo fato de ter sido atendido o pressuposto da “capacidade de pagar” — incluído nos ajustes por exigência do Senado. “Como o principal não se pagará durante 30 anos, a preliminar é matéria vencida”.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com muito prazer, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Hugo Napoleão, não sei se o acordo da dívida externa produzirá todos

os efeitos que têm sido noticiados. Certo é, porém, que dele emergem conseqüências grandemente favoráveis ao País, quer pelo resguardo da fisionomia da Nação no exterior, quer por abrir oportunidade a determinadas soluções no âmbito interno. Se, no quadro interno, medidas políticas e administrativas forem adotadas em consonância com o acordo externo, decerto poderemos minorar a angústia do povo e marchar para a retomada do desenvolvimento, o que depende muito de firmeza e de planejamento.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Concordo com V. Exª, a quem agradeço o aparte, e aproveito o ensejo extremamente oportuno da colocação para dizer que, com relação ao acordo da dívida, o próprio ex-Ministro Delfim Netto o considerou uma demonstração de maturidade. O ex-Ministro Maílson da Nóbrega afirmou que "o Governo está exagerando na comemoração, mas o acordo é bom para as circunstâncias atuais". O ex-Ministro, e hoje Deputado, Roberto Campos afirma: "Esse acordo foi bom para extinguir a idéia de que o Brasil é caloteiro por vocação". A revista *Veja* desta semana, nº 29 do ano 25 editada em 15 de julho, salienta que "em alguns detalhes, o acerto negociado pela missão brasileira é melhor do que o do México ou da Argentina, celebrados como conquistas dos devedores". E acrescenta que, desta vez, os técnicos eram bons.

O Brasil obteve o prazo necessário para que o setor público, através do crescimento da economia, crie os recursos necessários ao pagamento da dívida e uma significativa redução do montante devido.

Finalmente, Sr. Presidente, em função da alternativa da fixação de taxas razoáveis para a liquidação do débito, o acordo vale por uma carta de alforria à economia brasileira. É, portanto, possível economizar divisas, atrair investimentos externos, obter novos recursos internacionais, viabilizar, enfim, condições de crescimento econômico.

O Sr. Divaldo Suruagy — V. Exª me permite um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Tenho o prazer de ouvir V. Exª

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Hugo Napoleão, sem desejar diminuir a importância do pronunciamento de V. Exª e sem, naturalmente, diminuir os comentários de ex-Ministros da economia brasileira como Delfim Netto, Roberto Campos, Maílson da Nóbrega, eu ousaria interromper o pronunciamento de V. Exª para enfatizar o óbvio. Esse acordo somente terá validade após a aprovação do Senado e o reconhecimento de 95% dos credores. No entanto, o Presidente convocou cadeia nacional de rádio e televisão para anunciar o acordo. Aliás, Sua Excelência convocou, em poucos dias, uma cadeia atrás da outra, neste momento em que vem sendo encurralado por tantas acusações, que fatalmente atingirão a sua figura. E atingirão por uma razão muito simples: essas figuras que surgiram no cenário nacional — Dr. Paulo César Farias, Dr. Cláudio Vieira surgiram em função do Governo Collor. Ninguém nesta Casa, nenhum Senador, ninguém neste País, excluindo os alagoanos, conhecia o empresário Paulo César Farias. Ninguém o conhecia no Governo Sarney, no Governo Figureiredo, no Governo Geisel. Ele é uma conseqüência do Governo Collor, ninguém há de duvidar, assim como o Cláudio Vieira. Então, o Presidente, encurralado, anunciou ao País uma simples carta de intenções como se fosse a solução. O perigo das afirmações do Presidente é que é mais uma encenação teatral. E o povo brasileiro, na sua ingenuidade, está imaginando que a economia brasileira está totalmente

salva, que a inflação vai baixar e que a recessão vai diminuir. Nada disso vai acontecer! As declarações terão, mais uma vez, um efeito bumerangue, ou seja, voltar-se-ão contra o Presidente, porque se trata de mais uma encenação teatral. Esse acordo, depois da aprovação pelo Senado, vai precisar da anuência de 95% dos credores, que é a quase totalidade. A inflação, que é o que interessa ao povo, não vai baixar, nem a recessão vai diminuir. Quer dizer, trata-se de mais uma panacéia que é oferecida à população brasileira. Por isso, pedi desculpas e interrompi o brilhante discurso de V. Exª para colocar os pontos de vista de quem faz oposição ao Governo. É mais uma encenação teatral que o Presidente oferece à Nação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Permita-me, nobre Senador Divaldo Suruagy, discordar de V. Exª. Não se trata de encenação. O próprio Ministro da Economia, Márcio Marques Moreira — e creio que V. Exª concordará comigo no sentido de que se trata de um homem sério e de palavra — já externou o seu júbilo quanto ao acordo da dívida. Sei que — como V. Exª salientou — vai haver alguns meses até a assinatura do acordo, e que o Senado terá de analisá-lo, de aprová-lo. O processo do México foi semelhante, também houve um acordo, que chegou aos seus termos últimos e, meses depois, tudo foi reduzido por escrito.

Estou certo de que, não obstante os momentos de dificuldades por que passa o País, nós brasileiros temos confiança nos seus destinos, haveremos de encontrar o porto seguro de uma nova etapa da vida nacional o aparecimento e o surgimento de novas oportunidades de emprego, com a queda da inflação e a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento. É o que todos nós desejamos para o bem deste País e dessa população tão sofrida, mas igualmente generosa.

Prossigo, Sr. Presidente, dizendo que a revista *IstoÉ*, também de 15 de julho de 1992, no seu nº 1.189, registra que houve uma vitória extraordinária e traz...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg. Fazendo soar a campainha.) — Esgotado o período regimental, prorrogo, de ofício, a sessão por mais 15 minutos para que V. Exª possa concluir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Muito grato a V. Exª. Não demorarei a concluir. Como dizia, a revista *IstoÉ* também traz a afirmação de que houve uma "vitória verde-amarela", de que "na quinta-feira vieram as loas", concluindo que: "Com o acordo o Brasil volta a ser considerado pela comunidade financeira internacional um bom risco, com grandes vantagens comparativas em relação a outros países que disputam os mesmos recursos". Isso foi dito pelo Sr. José Eduardo Nascimento, presidente da Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas — APEOP.

O Sr. Elcio Álvares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Elcio Álvares — Em primeiro lugar, quero manifestar a minha satisfação em ver o Presidente do nosso Partido, o Partido da Frente Liberal, ocupar a tribuna para abordar um tema de tão grande importância como esse da negociação da dívida. Já tive oportunidade de dizer em outras ocasiões que esse acordo, para nós, principalmente aqueles que integram o Senado da República, tem um aspecto muito singular e importante. Em todos os passos da negociação, em nenhum

momento o Ministro Márcilio Marques Moreira e sua equipe deixaram de dar satisfação ao Senado. Através de encontros informais, houve um debate bastante acentuado logo após o documento que encerrou, praticamente, a negociação dos juros vencidos da dívida. E a partir daí ainda tivemos a oportunidade de debater o assunto com o Embaixador Jório Dauster. Assumiu o comando da negociação um outro diplomata também da mais alta qualidade, que é o Dr. Pedro Malan. E em todos os momentos, com a presença indistinta dos Partidos que compõem a Bancada deste Senado, principalmente Partidos de Oposição, o Governo se mostrou, através da palavra do Ministro Márcilio Marques Moreira e de seus auxiliares mais diretos, inteiramente aberto ao debate construtivo para resolver esse problema, que realmente afligia o Brasil há cerca de 10 anos. Esse aspecto é positivo, porque quando aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, a parte referente aos juros vencidos — tive a oportunidade de ser um dos relatores da matéria — frisei, até certo ponto irredutível, que nós não tínhamos participado da essência do negócio. E, pior ainda, a parte que me competiu, que foi a análise sob um ângulo jurídico, foi altamente criticável, porque convencionamos honorários com advogados estrangeiros, e, logicamente, nós, devedores, não tínhamos nenhuma chance de impor condição nenhuma, e quando o acordo chegou ao Senado, através da Comissão de Assuntos Econômicos, estava praticamente perfeito e acabado. A partir daí mudou a relação do Ministério da Economia com o Senado da República. E, justiça seja feita, em nenhum momento o Governo se furtou a prestar todas as declarações. E lembro-me de um episódio, que é bastante ilustrativo, no momento em que todos nós celebramos o êxito da negociação. Havia, em relação a alguns dos elementos que participaram dessa reunião, a pretensão de que nós poderíamos, em relação exatamente aos países, reduzir o montante da nossa dívida. E aí surgiu a palavra inexorável do Japão, dizendo o seguinte: Nós reduzimos, mas negócios com o Brasil nunca mais. Logicamente, essa nova negociação já mudou de figura. É uma negociação com bancos privados. E aí ressalte-se a habilidade do Governo brasileiro num ponto que quero destacar: o que nos foi passado e que obteve a anuência de praticamente a unanimidade dos integrantes do PSDB, do PT, do PFL, PMDB, foi muito melhor il, porque os banqueiros não agiram como os países, que não admitiram, de maneira nenhuma, a redução da dívida. Os banqueiros nos deram uma redução bastante apreciável — ela varia, evidentemente — na ordem dos 35%, e com um detalhe: o nosso acordo foi muito melhor do que o do México e o da Venezuela, parecido com o acordo da Argentina.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Exatamente.

O Sr. Elcio Álvares — Então, o grande mérito é que o Ministro Márcilio Marques Moreira, dentro do temperamento típico da sua personalidade — não é homem de muito falar, não é homem de muito prometer —, conseguiu um resultado que, justiça seja feita, está muito além daquilo que pretendíamos como o mínimo, porque entendíamos, naquela ocasião, que era o instrumental necessário com o qual deveríamos revestir o nosso negociador, Pedro Malan, para entrar em entendimento com os bancos estrangeiros. Logicamente, o acordo ainda não está acabado. E seria, até certo ponto, estultice dizer que o acordo está acabado. Esse acordo, dentro de quatro semanas, no máximo, virá para o Senado da República, em forma de um protocolo, para então a Comissão

de Assuntos Econômicos dar a sua palavra final. E a partir daí o Brasil vai ter de negociar com a maioria expressiva de quase cerca de 95% dos bancos que integram exatamente o pool dos credores brasileiros. Mas, verdade seja dita, numa hora de tanto pessimismo, numa hora em que as notícias são colocadas sempre no sentido negativo, foi um grande tento. do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e do Ministro Márcilio Marques Moreira e de sua equipe. Queremos e fazemos votos de que realmente a negociação se mantenha íntegra, dentro da inicial que foi formulada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e colocada perante os Srs. Senadores, para que tenha um desfecho que será saudado, no início de 1993, como uma vitória realmente consolidada do Governo brasileiro. Não se pode falar, neste momento, em paixão política, não se pode falar em partidos. Temos de examinar o alto alcance dessa decisão no que se refere à inflação, ao desemprego, à recessão. É uma perspectiva que, não obstante alguns comentários ácidos de jornais internacionais — e alguns têm até uma razão muito relevante para produzir esses comentários — não temos dúvida nenhuma: o Ministro Márcilio Marques Moreira, o negociador Pedro Malan, o Presidente Francisco Gros e toda a equipe que compõe o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, lavraram um tento. E queira Deus que essa negociação, que foi feita da maneira mais translúcida, mais democrática, se colime com o êxito total em 1993, quando teremos celebrado, de uma vez por todas, a negociação global da dívida externa brasileira. Felicito V. Ex^a, na qualidade não só de magnífico Senador que é, mas também de representante do nosso Partido, na qualidade de Presidente, porque a sua palavra não situa somente o ponto de vista de um Senador dos mais respeitados, mas também traz a contribuição do nosso Partido ao debate que deve se impor, com patriotismo, no momento em que o Brasil anuncia as preliminares do acordo definitivo da dívida brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Acolho e recolho, sensibilizado, o teor do aparte de V. Ex^a, inclusive as generosas palavras que me dirigiu. V. Ex^a, que é um homem da maior competência e que conhece profundamente os problemas brasileiros, delineou, em poucas palavras, a realidade do momento presente.

Fez muito bem, também, em mencionar o Dr. Francisco Gros, Presidente do Banco Central do Brasil, e o Embaixador Jório Dauster, que encaminhou grande parte dessa negociação. Ela chega num momento importante na vida brasileira. Ela chega num instante em que o Brasil se reposiciona. Aliás, o próprio Presidente da República disse-me: "O Brasil agora voltou ao radar mundial".

Estávamos efetivamente desacreditados. E estamos agora nos redimensionando perante a comunidade das nações e perante todos os credores. O Brasil vem acertando, *pari passu*. Antes, foi com o Clube de Paris. Agora, com os credores. Dentro em pouco, o Senado haverá de homologar esses entendimentos, haverá de aprová-los, para que os termos sejam assinados no exterior.

E com grande alegria, nobre Senador Elcio Álvares, direi a V. Ex^a que o Brasil, além do acordo com os bancos internacionais, se acertou com o governo da França, ao qual deve 2,7 bilhões de dólares. É o primeiro acordo bilateral depois do acordo realizado com o Clube de Paris, em fevereiro último.

Em referência ao acordo com os bancos privados, o Secretário-Geral do Clube de Paris, Jean François Cirelli, disse

que era um sinal de confiança na política econômica do Brasil. Esse sinal de confiança manifestado por uma autoridade internacional desse porte, indiscutível e indubitavelmente, vem trazer credibilidade ao nosso País.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com muito prazer, ouço o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — A análise que V. Exª faz, Senador Hugo Napoleão, é vital para o momento político-administrativo do Brasil. É evidente que essa questão da dívida externa, como da dívida interna, é salutar. Na verdade, toda a Nação brasileira torce para que essas soluções resultem bem, exemplarmente bem. Bem senhor do assunto, porque toca a essa área internacional com a qual tanto se identifica a personalidade do orador, na verdade, essa questão recebe luzes, neste momento. A dissertação que V. Exª faz é animadora. Queremos que tudo dê certo. Acredito que, em matéria de dívida externa, não há oposição, não há situação, não há parte indiferente; o que há é o notável interesse nacional, para que, finalmente, possamos resolver toda essa questão. Diga-se de passagem que o Senado Federal tem sido pródigo na solidariedade ao Poder Executivo, à medida em que, dentro de suas aptidões, colabora e viabiliza as gestões que são adotadas pela Presidência da República, através dos órgãos que atuam ligados a esse setor. Acredito que a presença de V. Exª, na tribuna, dissertativa, contando esses detalhes, é salutar para o Senado Federal, cuja competência toca tão de perto e tão intimamente essa questão. Parabéns pelo pronunciamento que V. Exª faz, neste momento, aqui no Senado Federal, ao mesmo momento em que nós, todos de Oposição, de Situação, nós, Senadores de todos os Estados, o que queremos é o sucesso absoluto do País, do Brasil, do nosso Estado, nessas gestões tão difíceis com Bancos internacionais, sejam privados, sejam públicos; negociações que atingem outros Estados; negociações que passam pelos difíceis caminhos do sistema financeiro internacional. Parabéns a V. Exª

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que é um dos parlamentares mais destacados do Congresso Nacional, especificamente do Senado Federal, professor de Direito que o é também, conhecedor profundo das situações de fato vividas pelo Brasil e que igualmente se preocupa com as suas soluções.

Eu queria revelar a V. Exª uma situação curiosa. É que V. Exª fez referência à minha afinidade com problemas internacionais. Coincidentemente, tenho meu querido pai, Aluizio Napoleão, que é diplomata de carreira; meu avô, Edmundo Quinto Alves, que exerceu a diplomacia, e meu bisavô, Pecegueiro do Amaral, que era Chefe de Gabinete do Barão do Rio Branco. E eu, em sendo Deputado Federal, pertenci à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e pertenco, hoje, com muita honra, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Nunca desejei fazer o concurso para o Instituto Rio Branco, mas sempre admirei a carreira diplomática que exerce um fascínio muito grande sobre este seu admirador.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Essa estirpe mencionada por V. Exª justifica por laços familiares uma competência que se deve, no entanto, à sua própria experiência no exercício do Governo do seu Estado, no exercício do mandato de Deputado Federal e pela sua passagem, mais que brilhante, por

esta Casa. Na verdade, o Senador Hugo Napoleão prima aqui, sempre que trata de questões internacionais, pela bela fundamentação. Daí por que eu dissera, no meu pronunciamento, que essa área era da competência, do conhecimento e da intimidade de V. Exª. Nem me reportara evidentemente à sua estirpe, às pessoas da sua família que são igualmente notáveis, especificamente nesse campo. Então, V. Exª tem uma competência nesse campo. Então, V. Exª tem uma competência por herança e por vivência própria.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Muito obrigado; o aparte de V. Exª me deixa profundamente sensibilizado, e eu devo, naturalmente, dizer que nutro afeto e afeição pelos assuntos internacionais, até por uma questão e não de osmose, pelo menos de ancestralidade.

O Sr. José Richa — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Ouço, com muito prazer o nobre Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Senador Hugo Napoleão, gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do seu discurso, trazendo um tema tão atual e tão importante nesta hora para o Brasil. Realmente, o acordo da dívida era uma questão que vinha há praticamente uma década perturbando a concentração que todos nós devíamos fazer a respeito dos nossos problemas internos. Não é pelo volume que a dívida externa nos assustava. Eu até dizia, há poucos instantes, da tribuna, que comparada com o PIB brasileiro a nossa dívida externa é coisa pequena. Entretanto, ela foi, por razões políticas, agravando a nossa situação interna; um problema que praticamente não deveria acontecer, acabou acontecendo. E eu alio à questão da dívida externa, junto com a dívida interna, o déficit público, porque ele cresce à medida que o Brasil, por falta de um adequado equacionamento da dívida externa e da dívida interna, tem encargos financeiros dessas duas dívidas, que impediam que nós equilibrássemos a nossa situação fiscal; e isso gerava condições quase que impossível de combate à inflação.

Eu dizia também que antes desses problemas, que afligiam a nossa economia, configuraram uma crise econômica, elas configuravam uma crise política. Veja V. Exª, nós não pagamos a nossa dívida; entretanto, um simples acordo da dívida causou um alívio na tensão internacional, que nos propiciará condições favoráveis; um dos pontos dessa dificuldade econômica já está equacionado. Resta agora, com o equacionamento deste, que sem dúvida era o primeiro que tinha que ser enfrentado, resta agora equacionarmos o problema da nossa dívida interna, que tem muito mais um componente político do que econômico, porque tudo gira em torno de credibilidade, e credibilidade não é um componente econômico; ele passa a ser um problema que pressiona a questão econômica. Mas, ele é um componente político. Equacionada a dívida externa, feito o acordo, causa um tamanho alívio interno, que nós podemos agora nos debruçar sobre as questões internas e, quem sabe, já equacionar politicamente também a questão da dívida interna.

Com isto está praticamente resolvido o déficit público. Desde o último ano do Governo Sarney, eu dizia ainda há poucos instantes, que não há déficit primário, pelo contrário, há um superávit primário em termos de orçamento; o que aumentava, o que causava realmente o déficit eram os encargos da dívida. Então, com isto, criam-se as condições concretas, reais, para um combate efetivo, vigoroso, à inflação. Essas questões, que são eminentemente políticas, fazem com que

nós prestamos mais atenção e refletimos a respeito da busca dos remédios adequados para a doença corretamente diagnosticada. Eu acredito muito que, sendo os males políticos, a busca de remédios políticos é o caminho correto. A dívida externa independia das reformas políticas que nós precisamos fazer. Mas, evidentemente, o equacionamento dela cria condições para agora, com mais tranquilidade, pensarmos nas reformas políticas. V. Ex^a traz, nesta tarde, ao debate um assunto bastante oportuno. Eu não diria que a negociação da dívida foi em condições excepcionais. Foi, no momento, o máximo que o Brasil poderia obter, depois de ter cometido tantos desacertos na negociação da dívida. Esse é um mérito que indiscutivelmente deve ser creditado ao Governo do Presidente Collor, não se pode deixar de reconhecer isso: Sua Excelência teve habilidade política para conduzir politicamente a negociação e acabar chegando a um acerto que, se não foi excepcional, era o melhor que o Brasil, na atual circunstância, poderia obter. Isto foi um alívio. Daqui para frente, podemos retomar o equacionamento das questões internas. Queira Deus que debulemos este mal crônico no Brasil que é a inflação, que tanto tem corroído o salário do trabalhador e tanto tem impedido a retomada do crescimento da economia, que vai, em última análise, ser o fator decisivo na solução dos nossos problemas. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade e pelo talento com que V. Ex^a aborda a questão, permitindo-nos discutir um tema que não é muito popular, mas que a Nação, tem por intuição, tem consciência de ser realmente um assunto muito importante. É o primeiro passo para a solução dos problemas e a retomada, sobretudo, do crescimento, gerando renda, receita e, conseqüentemente, dando condições para que, através de mais empregos e melhores salários, a renda possa ser melhor distribuída. Cumprimento V. Ex^a por esse brilhante discurso que vem fazendo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Extremamente valiosas a colaboração e a contribuição trazidas por V. Ex^a ao meu modesto pronunciamento. Homem experiente que é. V. Ex^a situou bem: os problemas se interrelacionam. Não se pode dizer que o acordo da dívida irá solucionar, de uma maneira completa, total, definitiva, cabal e peremptória, todas as situações ou todo o arcabouço das questões brasileiras. Ele é um grande impulso para a resolução desses problemas, pois contribuirá para o surgimento de mais empregos; faticitará a queda da inflação, dará credibilidade, viabilizará mais recursos a serem investidos no nosso País.

De uma maneira geral, problemas econômicos, sociais políticos se interrelacionam. O País, é um só, que desejamos forte, próspero e, se possível, com a população feliz e sofrendo muito menos do que vem nos últimos anos. Muito grato, eminente Senador José Richa.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Com muito prazer, buço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador, V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, com a proficiência de sempre, aborda um assunto de magna importância e um assunto do momento. Depois de passarmos em alguns vestibulares: primeiro, a negociação que foi da inadimplência; segundo, a negociação que foi dos juros vincendos; terceiro, a negociação com o Clube de Paris, agora, finalmente, estamos na negociação para o estoque da dívida com os bancos particulares.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Exato.

O Sr. Ronan Tito — Gostaria de voltar um pouco ao que disse o Senador José Richa: o Brasil vive muitas vezes de afirmações bombásticas, como, por exemplo, a de que tem a maior dívida do mundo. O Brasil nunca teve a maior dívida do mundo, seja em termos percentuais do seu PIB, da sua renda *per capita*, seja em termos nominais. A maior dívida do mundo, sem dúvida nenhuma, é a dos Estados Unidos da América do Norte, em termos nominais. Em termos de Produto Interno Bruto, a nossa dívida, se comparada à da Argentina, do México e de outros países, é uma brincadeira. Quando se faz um tabu, quando se cria em torno desse assunto uma certa mística, então, ele começa a ter um caráter emocional, e, vejam, é uma coisa eminentemente econômica. E foi aí que a coisa desandou. Num determinado momento, vimos correntes expressivas da população brasileira — se não numericamente expressivas, eu diria atualmente expressiva — dizerem que não podíamos pagar essa dívida, estava paga essa dívida etc. Vou ficar um pouco neste raciocínio: quando não se quer pagar uma dívida, a primeira coisa que devemos dizer é que queremos pagar a dívida. Fui empresário durante muitos anos e sei que, quando não se quer pagar um banco, a primeira coisa é procurar o banco e dizer-lhe que não está podendo pagar e que quer estudar com ele um rescalonamento. O que fizemos? Não queríamos pagar e dizíamos que não famos pagar. Tive oportunidade, no plenário do Congresso Nacional, na visita do Presidente George Bush, de denunciar um fato inusitado, um fato terrível: estávamos fazendo uma transfusão de sangue às avessas. Tínhamos sido atropelados pelo Primeiro Mundo e nós, Terceiro Mundo, estávamos fazendo uma transfusão de sangue do atropelado para o motorista que atropelou. E remetemos, na década de 80, na fatídica década de 80, 91 bilhões e 200 milhões de dólares, líquidos, para as economias centrais, com um discurso barroco, rocoó, ultrapassado, estúpido: “Não queremos pagar a dívida”. Quando falamos que não queremos pagar a dívida, sabe o que acontece? Aumenta o *spread*, que é a taxa de risco entre a captação e o reemprego do dinheiro; aumenta o seguro da dívida, e fogem os emprestadores. O que acontece? Dá no que deu. Ficamos dez anos dizendo: “Não vamos pagar a dívida”. Fomos quem mais pagou dívida no mundo, com essa estupidez e com esse discurso.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — É verdadeiramente incrível.

O Sr. Ronan Tito — É incrível. E a nossa dívida aumentou substancialmente. Por quê? Porque o ônus da dívida aumentou, na medida em que nos propusemos, à época, a ser caloteiros. Desgraçadamente, esse é o fato. No momento em que dissemos: “Vamos arcar com a dívida”, a dívida passou a diminuir de valor e de importância. De importância porque, sinceramente, na hora em que acabarmos de referendar isso aqui no Senado, e que o Dr. Pedro Malan, com a sua equipe, for lá trocar papagaios, contratos etc., viramos uma página. Aquela dívida vencida passa a ser vincenda e, da maneira como foi negociada, na securitização, com bônus norte-americanos, dentro de dois anos, não estaremos devendo nada a bancos particulares, a não ser os juros. E foi tratada, eu diria, com bastante competência. Disse muito bem o Senador José Richa: não é o melhor acordo. Eu diria: é o melhor acordo que já se teve até hoje em termos internacionais, melhor do que o do México, melhor do que o da Argentina, melhor do que o dos outros países; mas não era o que queríamos — queríamos era dar o calote, não é? Quando se fala

em acordo, temos que caminhar para o possível. Então veja, Senador, a importância de virarmos essa página. É estultice pensarmos que, resolvendo um problema grave, resolvemos todos os problemas. Um país com a nossa população, com o nosso PIB e com a complexidade que tem a nossa economia não resolve um problema com uma solução, com duas soluções ou com dez soluções. É um caleidoscópio e de grandes problemas, porque o País é grande, o PIB é grande, a população é grande, a extensão territorial é grande. Mas vamos, pelos menos, virar essa página, que apaixonou muito o debate daqueles que, segundo Gustav Boon descobriram que agradam mais o povo estimulando a sua paixão do que resolvendo os seus problemas. Nós, V. Ex^a e eu — permita-me deixar a modéstia de parte — que queremos ajudar a resolver os problemas do nosso povo, iremos aticar paixões? Sou testemunha da vontade de V. Ex^a de querer sempre resolver os problemas. Modestamente, sempre me coloquei, na Oposição ou como apoio ao Governo, querendo resolver os problemas. Vamos subtrair uma página de paixão e vamos começar a conversar em termos frios e razoáveis. E, nesse momento, o que é que vai acontecer? O que aconteceu no dia em que fizemos a negociação da inadimplência, em que tive o privilégio e o trabalho de ter sido o seu relator. Lembro-me de que o Senador Eduardo Suplicy, do PT, disse: se fizermos esse acordo, vamos estourar com o nosso fluxo de caixa e não vamos conseguir pagar e nem manter um mínimo, que são três meses de importação. Como economista pós-graduado, chegou a impressionar a imprensa, tanto que a imprensa deixou de publicar o trabalho da Comissão, o trabalho do Relator, o acordo internacional e só publicou essa assertiva. No entanto, a profecia do Senador Eduardo Suplicy não se concretizou. Ao contrário, o Brasil nunca teve uma reserva cambial tão alta em toda a sua história depois que assumiu suas dívidas e disse que iria pagar. Por quê? Porque reverteu o fluxo. A comunidade internacional voltou a conceituar o Brasil como um país sério, um país que honra seus compromissos, confiável para receber investimentos. Hoje, felizmente em toda a sua história. Espero sinceramente que seja brevemente superada, a partir do momento em que assinarmos o convênio com a banca particular do estoque da dívida. Nesse caso, teremos reservas bem maiores e suficientes para revertermos não só o fluxo, mas também a situação dessa sangria cruel do atropelado para o atropelador. Parabenizo V. Ex^a como o Presidente do seu Partido, que traz um assunto aqui que não é partidário. Certa vez, na Comissão de Assuntos Econômicos, disse que, quando se discute a questão da dívida externa, não temos Situação e Oposição, mas apenas duas posições: a situação brasileira e a situação dos credores internacionais. V. Ex^a coloca muito bem, como presidente do PFL, essa situação. Entendo que não só o discurso de V. Ex^a é importante, mas também toda a nossa posição, a posição de V. Ex^a, que tem sido a posição da maioria deste Plenário, vai passar a contagiar a população brasileira para que superemos essa página mais emocional do que verdadeiramente problemática para o nosso País. Parabéns a V. Ex^a pela coragem, pela percuciência com que aborda esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Nobre orador, lembro a V. Ex^a, que já ultrapassamos o tempo da prorrogação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Vou concluir, Sr. Presidente.

Quero apenas situar que fôlgo com as palavras do ilustre Senador Ronan Tito, que, de uma maneira abalizada, concreta, fez uma abordagem esplêndida, magnífica, sobre a situação, olhada do ângulo mais imparcial.

O Senador Ronan Tito, devo dizer — os Srs. Senadores todos sabem —, prima pela grandeza de gestos e atitudes, e está, mais uma vez, não obstante a sua postura de oposicionista, combativo que é, reconhecendo que este acordo da dívida representará um passo à frente, um alívio incomensurável nas dimensões do nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a revista *Veja*, a que fiz referência, diz que o acordo com os bancos internacionais, com o FMI e o Clube de Paris anexou novamente o Brasil ao sistema financeiro internacional e abriu caminho para um período de melhor entendimento com o cartel de credores.

Deve-se expandir a produção, reduzir o desemprego, ampliar os salários, contribuir para eliminar o déficit público e a melhoria no atendimento à educação, saúde, habitação, com o objetivo de viabilizar melhores padrões de vida.

O acordo não é o fim de uma jornada, é o início de uma nova e frutífera etapa. Ajustes serão necessários. Não se pode dizer agora que o sol já raiou. Não! A noite terminou. Todavia, os arrebóis da aurora tingem os céus. Nós, brasileiros, já podemos sorrir com fundadas esperanças.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

(O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992 (nº 11/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF 174ª REUNIÃO

Às onze horas do dia vinte e sete de maio de um mil novecentos e noventa e dois, na sala de reunião da Primeira-Secretaria, em sua centésima septuagésima quarta reunião, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Dirceu Carneiro, Primeiro-Secretário e Presidente do Conselho de Supervisão e as presenças dos Conselheiros Mendes Canale, José Ribamar Mourão, Rubem Amoresi e Agacieli da Silva Maia. O Senhor Presidente abriu a reunião determinand

a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada. Da pauta de reunião consta o Processo nº 305/92, que dispõe sobre a Concorrência nº 1/92, para aquisição de papéis para impressão. O Relator, Conselheiro Rubem Amoresi, em substancioso parecer, à vista do que consta no Processo opina pela legalidade da aquisição e por sua aprovação pelo Conselho. O Sr. Presidente coloca o parecer em discussão e votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Nada mais haven-

do a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Valdeque Vaz, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Brasília, 27 de maio de 1992. — Senador **Dirceu Carneiro**, Presidente — **José Ribamar Mourão**, Conselheiro — **Mendes Canale**, Conselheiro — **Rubem Amoresi**, Conselheiro — **Agacil da Silva Maia**, Conselheiro.